Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Quarta-feira 3.4.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 594 / € 1,50 / Direção interina **Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)**

MARCELO AVISA: PORTUGUESES DERAM "A VITÓRIA AO SETOR MODERADO E NÃO AO SETOR RADICAL" DA DIREITA

PÁGS. 4-7

TOMADA DE POSSE DO GOVERNO DE MONTENEGRO

PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

CRIANÇAS E JOVENS ALICIADOS POR "FIRMAS" CRIMINOSAS. DELINQUÊNCIA JUVENIL E GRUPAL CONTINUA A SUBIR

JUSTIÇA O mais exaustivo retrato sobre a criminalidade praticada por jovens, concluído no âmbito da Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta, revela uma realidade perturbadora sobre tudo o que falha no sistema e é preciso mudar para prevenir este fenómeno. 64 crianças com menos de 12 anos integraram gangues. PÁGS. 8-9

SEGURANÇA Autoridades dão luz verde à manifestação xenófoba no Porto PÁG. 11

HABITAÇÃO Um quarto dos senhorios enfrenta atrasos no pagamento das rendas PÁG. 14

Guerra
Israel entre a ameaça do Irão e a pressão da comunidade internacional

PÁGS. 16-17

ONDE ESTAVA HÁ 50 ANOS?
ISABEL PIRES DE LIMA
PROFESSORA

PÁG. 3



100 ANOS DE MARLON BRANDO
Um homem chamado desejo

PÁGS. 24-25



Até ver...

Leonídio Paulo Ferreira
Diretor adjunto do Diário de Notícias

1949, primeiro ano da era perigosa em que vivemos

Tantas vezes descrita como "a aliança militar mais bem-sucedida da História", a NATO nasceu faz amanhã 75 anos, por via da assinatura em Washington de um tratado de defesa mútua entre 12 países liderados pelos Estados Unidos. Não fosse o tal sucesso, afinal de 12 (entre eles, Portugal) passou para 32 membros e não deve ficar por aqui, dir-se-ia que estávamos a assinalar uma efeméride, um evento longínquo de uma era longínqua, pois a NATO nasceu com a Guerra Fria e esta última acabou quando em 1989 caiu o Muro de Berlim ou, mais bem vistas as coisas, em 1991 quando a União Soviética se desagregou.

E que objetivo, que atualidade, tem hoje a aliança militar nascida quando Harry Truman era presidente americano? Fazer frente à Rússia, herdeira dessa União Soviética que a 29 de agosto de 1949 se dotou da bomba atómica e obteve a paridade estratégica com os Estados Unidos, e, adivinha-se, fazer frente também, mais cedo ou mais tarde, ao desafio de uma China que a 1 de outubro de 1949 proclamou a República Popular, pondo fim a um século de humilhação e lançando os alicerces para o regresso à condição de grande potência que foi sua ao longo de milénios.

Fundação da NATO a 4 de abril em Washington, explosão atómica a 29 de agosto em Semipalatinsk, triunfo da revolução comunista em Pequim a 1 de outubro. Percebe-se agora a razão do título desta análise?

Sim, 1949 até pode parecer que foi há muito tempo, mas na realidade não. Se tivermos em conta o calendário cósmico celebrizado pelo cientista americano Carl Sagan na série televisiva *Cosmos* – aquele calendário de um só ano que põe o *Big Bang* a acontecer a 1 de janeiro, o surgimento do Sistema Solar a 9 de setembro e os primeiros primatas a aparecer sobre a Terra a 30 de dezembro –, continuamos no último segundo, do último minuto, da última hora, de 31 de dezembro. Sim, historicamente, 1949 e 2024 são quase, quase, o mesmo, e geopoliticamente 1949 explica muito do que se passa em 2024.

Truman, admita-se, morreu há muito, José Estaline também e o país que liderou até já não existe, e Mao Tsé-tung, se ressuscitasse, não reconheceria a China atual como comunista, apesar de o seu partido continuar a mandar. Quase, quase o mesmo historicamente, não quer dizer o mesmo: desde 1949, a Humanidade foi ao espaço, África foi descolonizada, a União Europeia tornou-se sinónimo de Europa, inventou-se a internet e estamos ameaçados pelo aquecimento global. Mas quem são as figuras mais influentes do planeta? Joe Biden, Vladimir Putin e Xi Jinping, ou seja os sucessores de Truman, Estaline e Mao. E nenhum deles renega o antecessor, basta pensar no presidente russo e na justificação para a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022: a "desnazificação" invocada por Putin é uma evocação abusiva da vitória soviética sobre a Alemanha Hitleriana, "a Grande Guerra Patriótica" de Estaline, na verdade a importantíssima frente leste europeia da Segunda Guerra Mundial, com a *Operação Bagration* contra os nazis lançada semanas depois do desembarque dos Aliados na Normandia, o Dia D, 6 de junho de 1944.

Quem percorre o Mall, a grande avenida em Washington onde está o Capitólio e também o Memorial a Abraham Lincoln, lembra-se automaticamente de Roma antiga, afinal os Pais Fundadores dos Estados Unidos olhavam para o passado como modelo, naquele final de século XVIII, talvez mais para a República Romana do que para o Império. Mas hoje os Estados Unidos são imperiais sem dúvida, a única superpotência, os vencedores incontestados da Guerra Fria, como foram os vencedores das duas guerras mundiais. A sua economia é a mais forte, o seu poderio militar convencional incomparável, o seu *soft-power* imbatível. A NATO é essencial para esse estatuto de superpotência, e mesmo Donald Trump, se for eleito em novembro e regressar à Casa Branca, dificilmente ousará romper os laços transatlânticos – quando muito insistirá que os Aliados europeus invistam mais em Defesa, sendo um pouco mais de Marte e um pouco menos de Vénus. Também não deixará de reforçar alianças como o AUKUS, que une americanos a australianos e britânicos, e incentivar maior cooperação militar entre japoneses e sul-coreanos, tudo para contrariar a ascensão chinesa, sobretudo no Indo-Pacífico.

Perante o colosso americano, cuja decadência tantas vezes anunciada tarda a acontecer, a Rússia de hoje tem margem de manobra limitada, intervindo forte na vizinhança, como a Ucrânia, ou até mais longe, como a Síria, mas nunca enfrentando diretamente os Estados Unidos, pois militarmente só se mantém um igual na questão do arsenal nuclear e com esse cuidado.

Visitei um dia a estepe cazaque onde Estaline fez explodir a bomba soviética, aquela que acabou com o monopólio atómico existente desde Hiroxima e Nagasáqui. Para bem do mundo, nunca os russos foram além dos ensaios, e também para bem do mundo os americanos, depois da rendição japonesa em 1945, nunca mais usaram o poder atómico/nuclear. Este equilíbrio estratégico, sinal máximo de bom senso em Moscovo e Washington, é o que resta da Guerra Fria, e será bom que se mantenha.

Da China de Mao resta o retrato d'*O Grande Timoneiro* nas portas da *Cidade Proibida*, em Pequim, e pouco mais. O seu papel no reerguer da China não é negado pelos dirigentes do partido único, mas mesmo Xi, que alguns dizem ser neomaoista, sabe bem que o novo protagonismo global do antigo Império do Meio se deve mais às reformas económicas de Deng Xiaoping do que à ideologia comunista. Segunda economia mundial, com o segundo maior orçamento militar também, a China é hoje o maior desafio à supremacia de um Ocidente liderado pelos Estados Unidos. Mas mesmo que faça muitas vezes frente comum com a Rússia para alterar a ordem internacional, sabe que não lhe é possível enfrentar de igual para igual a superpotência americana. Talvez daqui a uns anos, e, isto, se as contradições do sistema chinês não se revelarem entretanto mais graves do que as hesitações do sistema americano.

A nossa era, este 2024 em que vivemos, depende pois muito da relação entre americanos, russos e chineses. Que é de óbvia competição, não de cooperação. A União Europeia tem obrigação de ter uma palavra a dizer, e o Sul Global (só na aparência unido), esforça-se por fazer ouvir a sua voz. Mas é no triângulo Washington-Moscovo-Pequim que tudo de importante se joga. Não é totalmente evidente? Mais do que em 1949.

OS NÚMEROS DO DIA

2105

EUROS
O preço ouro atingiu um novo recorde histórico, acima de 2266 dólares por onça *troy*, o que corresponde a uma subida durante o mês de março.

6,7

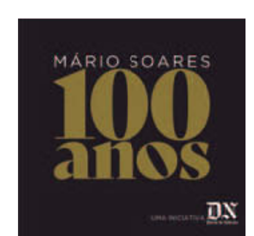
POR CENTO
É a taxa de desemprego no mês de fevereiro, que corresponde a uma quebra de 0,2 pontos percentuais em relação ao período homólogo, mas 0,1 pontos percentuais acima de janeiro, segundo dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística.

9500

EMBALAGENS
Foi a quantidade de medicamentos e produtos de saúde que o Banco Farmacêutico angariou para ajudar 76 instituições de solidariedade social.

17

MINISTROS
Tomaram ontem posse no Palácio Nacional da Ajuda e formam, com o primeiro-ministro Luís Montenegro o XXIV Governo Constitucional. Os secretários de Estado apenas vão tomar posse na sexta-feira. O anterior Governo era também formado por 17 ministros.





3.4.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editor-chefe** Nuno Ramos de Almeida **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Bruno Horta, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, João Pedro Henriques, Manuel Catarino, Margarida Davim, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Sara Azevedo Santos, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida e António Mateus (coordenadores), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio, Sofia Fonseca e Valentina Marcelino **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.





PORTUGAL HÁ 50 ANOS

O que era a vida quotidiana dos portugueses há meio século, antes do 25 de Abril? O que faziam e como recordam hoje esse tempo em que eram jovens e o país era velho. E como esse mundo era retratado nas páginas do DN da época. Visado pela censura.

No DN



A MAIOR TIRAGEM E EXPANSÃO DE TODOS OS JORNAIS PORTUGUESES

Diario de Noticias

Director — FERNANDO FRAGOSO

FRANCÊS TESTAGENS DE FLUENCIA cial CENTRO DE LINGUAS

O BRASIL E O ULTRAMAR PORTUGUÊS

O OCIDENTE PERDE UM DOS SEUS MAIORES "LEADERS"

MORREU O PRESIDENTE POMPIDOU

APESAR DA GRAVIDADE DA DOENÇA QUE O ATINGIRA A NOTÍCIA CAUSOU SURPRESA E CONSTERNAÇÃO EM TODO O MUNDO

* O PRESIDENTE FRANCÊS SABIA PERFEITAMENTE QUE ESTAVA PRÓXIMO DO FIM — Indicam no Eliseu
* CONTINUA A DESCONHECER-SE OFICIALMENTE A CAUSA DA MORTE
* A FRANÇA TERÁ DE ELEGER DENTRO DE UM MÊS O NOVO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ÓBITO Aos 62 anos morria Georges Pompidou. O presidente francês estava doente, mas, neste dia, ainda não tinha sido anunciada a causa oficial da morte. No Brasil, as inundações continuavam a ser notícia. Cães com raiva e cobras andavam pelas águas.

Morreu o presidente Georges Pompidou

TEXTO **ISABEL LARANJO**

A morte do presidente da República Francesa ocupava a maior parte da primeira página do DN. *O Ocidente perde um dos seus maiores 'leaders': Morreu o presidente Pompidou*, titulava o jornal. E prosseguia: "Apesar da gravidade da doença que o atingira a notícia causou surpresa e consternação em todo o mundo".

Do Eliseu chegava a informação de que "o presidente francês sabia perfeitamente que estava próximo do fim". Neste dia, continuava a desconhecer-se a causa oficial da morte do presidente Georges Pompidou e a França tinha um mês para eleger um novo presidente da República. A notícia da morte, apesar de tudo, não foi assim tão surpreendente. Recorde-se que Georges Pompidou já tinha falhado alguns compromissos, em março.

As cheias do Brasil continuavam a ser notícia, pela sua gravidade e consequências. *No sul do Brasil: Cobras venenosas e cães raivosos fogem como as pessoas das terras alagadas*, podia ler-se, no canto inferior esquerdo do jornal. "Cobras venenosas e matilhas de cães raivosos juntaram-se hoje ao êxodo humano, a fim de fugirem das piores inundações na história do Brasil", lia-se. "As víboras e cães deram uma nova dimensão de horror a dezenas de milhares de sobreviventes das cheias. As inundações deixaram mais de 300 000 sem lar em dez estados."

Se da América Latina vinham más notícias, na Europa também nem tudo corria bem. *Desacordo em Bruxelas: A França bloqueou uma possível conciliação dos nove com os americanos.*

Um editorial, que continuava na segunda página do jornal, referia: *O Brasil e o Ultramar português,* numa dissertação entre a antiga e as ainda, à época, atuais Colónias Portuguesas.

Neste mesmo dia, por decisão do ministro da Indústria e da Energia, Daniel Barbosa, decretava-se o *Abastecimento livre de combustíveis no sábado e no Domingo de Páscoa.*

O preço do petróleo, há 50 anos, era um problema muito sério e o seu preço era fixado periodicamente. Neste dia, no canto inferior direito do DN, uma notícia dava conta: "A exemplo do petróleo: O Chile pensa que o preço do cobre deve ser fixado pelas nações produtoras", dado que este metal também se encontrava com bastantes oscilações de preço nos mercados.

Onde eu estava

Isabel Pires de Lima é professora emérita da Universidade do Porto. Doutorada em Literatura Portuguesa, nasceu em Braga, em 1952.



No final de 1969, cheguei à Faculdade de Letras da Universidade do Porto vinda de Braga, uma cidade de província, fechada, clerical, socialmente muito estratificada, do seio duma família da classe média, em muitos aspetos distinta: criticava-se o regime (Guerra Colonial, presos políticos, censura, emigração massiva); a minha mãe tinha vida profissional; viajava-se para o estrangeiro nas férias; lia-se livros censurados e lia-se a *Match*, das poucas revistas estrangeiras que circulavam; eu frequentava o ensino público; o meu pai reclamava-se ateu e criticava a Igreja, ao contrário da minha mãe que me educou catolicamente; valorizava-se a cultura física, educava-se para a autonomia…

No mais, vivia como vivia uma menina e depois uma adolescente da classe média: um quotidiano confortável, a escola reproduzindo os valores do Estado Novo e da moral dominante, convívio social em casa de amigos e vizinhos (festas de aniversário, fim de ano, S. João…), uma ida ou outra ao cinema, sempre acompanhada, ver fitas do Cantinflas, da Marisol, mas também já *A Hard Day's Night*, as primeiras festas de garagem em que se dançava *ié-ié* e ouvia os Beatles, Adamo, Doors, Françoise Hardy, Frank Sinatra, Mireille Mathieu, a minissaia acompanhada do anoraque e do casaco *maxi*, mas ainda não o biquíni (na recém-criada e quase deserta Piscina Municipal – o biquíni era proibido), nem calças compridas, proibidas no liceu feminino.

Chegar à Universidade em 1969/70 significou chegar depois dos *Maios de 68*, o francês e o nosso, o da agitação estudantil dessa década em Coimbra e Lisboa. Isto é, a minha geração já não entrou "inocente" na Universidade e, no meu caso, o ambiente familiar ajudara muito: lembro-me por exemplo de ver, na *Match*, imagens de *Maio de 68*, que não passavam na televisão.

A Universidade, ainda sede hierática do saber, surgia também, para alguns que a contestávamos, como espaço de liberdade, de convívio, onde coisas podiam acontecer e aconteciam: *meetings*, invasões da polícia, R.G.A., discussões que separavam águas entre fascistas e revolucionários, entre revolucionários e mais revolucionários ainda, etc. Recordo a brilhante voz do ideólogo revolucionário, Pacheco Pereira, perorando para as massas da escadaria do velho edifício das Letras; recordo, em contraponto, um Sotto Mayor, líder dos apoiantes do regime, o qual recusar-se-ia, no 25 de Abril, a cumprir ordens superiores de disparar dum tanque militar contra as forças revoltosas…

Além da Universidade, havia os cafés – o "institucional" Piolho, onde todas as discussões prosseguiam depois ou em vez das aulas – sob a atenção da PIDE, que convidava a "dispersar", e ainda, no meu caso, também o Orfeu, na Boavista, onde se cruzavam estudantes, advogados, jornalistas, num *pot-pourri* ideológico curioso. E como espaços culturais estimulantes havia a cooperativa Árvore, as livrarias Unicepe e Leitura, que a PIDE gostava de "visitar". Para além disso, havia o *Festival da Canção*, o Rali de Portugal, o cinema possível, futebol e fado, muito fado…

E havia muitas flores nos cabelos, muita música no ar, muitos sonhos *hippies* de paz e amor, muito desejo de liberdade sexual com a pílula a chegar – houve até, em Vilar de Mouros, um *Woodstock* à portuguesa, onde estive –, mas havia, entretanto, o espetro da Guerra Colonial, o ativismo pacifista contra a Guerra no Vietname. Para mim, houve a primeira viagem sozinha a França, para um curso de férias, onde convivi com jovens de todo o mundo e conheci um judeu holandês que me falou de outra guerra: o conflito israelo-palestiniano.

Havia, enfim, os ingredientes suficientes para gritarmos, como em *Maio de 68*: "Vamos ser realistas e pedir o impossível."

O impossível chegou no 25 de Abril, com as flores que a primavera e os tempos pacifistas pediam.



"O impossível chegou no 25 de Abril com as flores que a primavera e os tempos pacifistas pediam."

Depoimento recolhido por Alexandra Tavares-Teles



Presidente alerta Montenegro que, "para o que foi prometido o em campanha, o tempo é muito curto".

GOVERNO

Marcelo avisa: Portugueses deram "a vitória ao setor moderado e não ao setor radical" da direita

CONVERGÊNCIA No dia da tomada de posse dos ministros, Luís Montenegro prometeu que iria desafiar todos os partidos a fixar uma "agenda ambiciosa, eficaz e consensual de combate à corrupção" e lançou um dilema especial para Pedro Nuno Santos, que não esteve presente, decidir: "Ser oposição democrática ou ser bloqueio democrático".

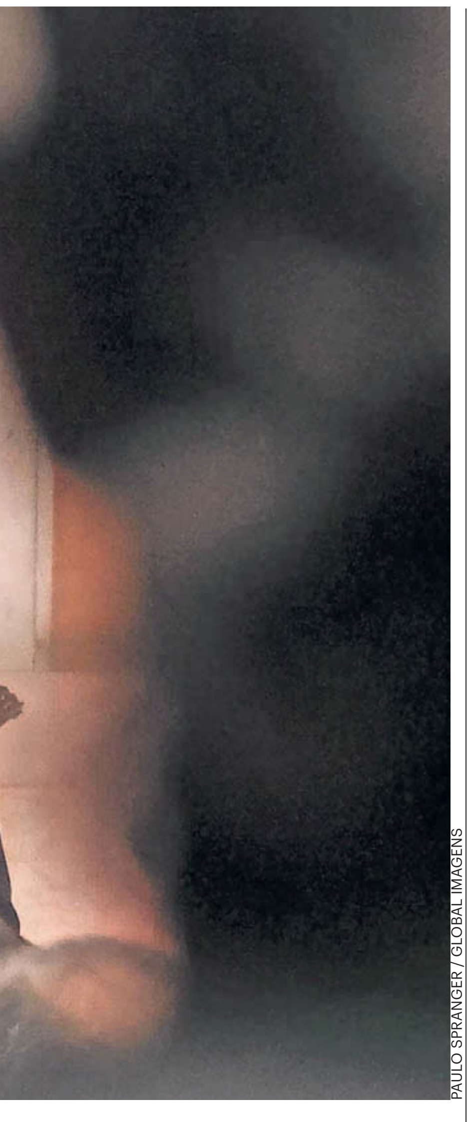
TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, ontem, no momento em que deu posse aos 17 novos ministros e ao primeiro-ministro, deixou um aviso que procurou ter eco em todos os cantos da democracia: Os portugueses "escolheram dar a vitória ao setor moderado e não ao setor radical".

As palavras do Chefe de Estado lembraram o resultado das eleições legislativas de 10 de março, que acabaram por dar a vitória à Aliança Democrática (AD), que elegeu 80 deputados, deixando o PS em segundo lugar, a escassos dois mandatos de diferença. Mas os pratos da balança parlamentar ficaram desequilibrados com os 50 deputados eleitos pelo Chega, que trouxeram uma tripartidarização do hemiciclo e pintaram um novo retrato sobre a casa da democracia.

Antes de Marcelo deixar os recados ao país, com instruções para a governação que agora se inicia, a Sala dos Archeiros, no Palácio Nacional da Ajuda, onde a tomada de posse do Governo continua a decorrer, esta semana foi palco de encontros e de passagem de testemunhos.

Durante alguns minutos, a ministra da Agricultura cessante, Maria do Céu Antunes, conversou com a sua colega de Executivo, a ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato. Entre braços cruzados e um ar leve, davam as boas-vindas aos minis-


PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

tros socialistas que agora dizem adeus aos cargos.

Os elencos de ambos os Governos – o cessante e o recém-empossado – juntaram-se naquela sala, quase demasiado pequena para a cerimónia.

Aos governantes juntaram-se representantes dos outros partidos, pelo menos a líder parlamentar do livre, Isabel Mendes Lopes, e o presidente do Chega, André Ventura. Entre os dois, ainda chegou à Ajuda o líder da Iniciativa Liberal, Rui Rocha, que parecia em casa junto dos sociais-democratas que o recebiam.

Por fim, acomodados para o início da cerimónia, o secretário-geral do PSD, Hugo Soares, sentado ao lado de André Ventura, partilhava comentários sussurrados com o deputado do Chega. Eram inaudíveis para o resto do mundo.

O ambiente foi sempre de passagem de testemunhos para uma governação que se espera difícil, tal como lembrou Marcelo.

Os portugueses "escolheram pelo aumento da participação" e optaram por "mudar de hemisfério" face às eleições de há dois anos, mas não deram à AD a maioria absoluta, disse o Presidente da República, o que não torna esta legislatura uma "missão impossível" para os sociais-democratas e centristas, mas será "muito difícil".

Apesar de conjuntura "importa saber com o que conta o Governo e o que deve alcançar", sublinhou Marcelo. "Conta com o apoio solidário e cooperante do Presidente da República, que aliás nunca o regateou ao seu antecessor. Mas não conta com o apoio maioritário na AR e tem de o construir com convergências mais prováveis em questões de regime: política externa, de defesa, financeira, de repercussões internacionais, Ou de compromissos eleitorais semelhantes." A coroar o seu discurso, Marcelo ainda citou Francisco Salgado Zenha, o lembrar que "há sempre soluções em democracia".

A julgar pela intervenção do primeiro-ministro empossado, as palavras de Marcelo não foram em vão.

Luís Montenegro começou por apelar à "maturidade" dos agentes políticos para a "resolução dos problemas das pessoas" e rapidamente assumiu um objetivo: "Este Governo está aqui para governar os quatro anos e meio da legislatura".

Entre promessas de "transformação estrutural da economia" e garantias de que o Executivo não está "aqui" para fazer apenas o mais "fácil", Montenegro colou o Parlamento à aprovação do programa do Governo. Para isso, desafiou o PS a tomar uma atitude: "Ser oposição democrática ou ser bloqueio democrático".

De seguida, Luís Montenegro procurou desmontar o *superavit* orçamental herdado da governação socialista. "Essa ideia [a de que somos um país rico] pode ser considerada uma ofensa para milhões de portugueses que vivem em dificuldades extremas por auferirem salários ou pensões baixas" e por estarem "afogados em impostos". Portanto, é uma ideia "perigosa", "errada e é mesmo irresponsável", disse.

A esvaziar grande parte do programa do Chega, Montenegro ainda prometeu propor aos partidos com assento parlamentar "a abertura de um diálogo com vista a fixar uma agenda ambiciosa, eficaz e consensual de combate à corrupção".

Sem surpresas, a esta proposta juntou-se o choque fiscal em sede de IRS várias vezes proposto pelos sociais-democratas, que vem acompanhado de medidas para combater a emigração dos jovens.

> Os portugueses "escolheram pelo aumento da participação" e optaram por "mudar de hemisfério" face às eleições de há dois anos, mas não deram à AD a maioria absoluta, lembrou Marcelo.

O QUE DIZ A OPOSIÇÃO

"Foi um discurso muito bom, muito claro (...) Tudo aquilo que lhe correr bem será seguramente bom para o país, será seguramente bom para as portuguesas e para os portugueses."

António Costa
Ex-primeiro ministro

"Parece que há já um subterfúgio de Luís Montenegro para fugir aos compromissos que são assumidos. O caminho que aponta, a ser perseguido, só irá agravar esses problemas."

Paula Santos
Líder parlamentar do PCP

"O tempo é curto, porque perdemos muito tempo com o Governo socialista. O tempo está esgotado em muitos indicadores."

Rui Rocha
Líder da IL

É importante que ele [Montenegro] cumpra aquilo que disse. Mas deixou claro que o interlocutor dele é o Partido Socialista".

André Ventura
Líder do Chega

O GOVERNO DE MONTENEGRO

LUÍS MONTENEGRO
PRIMEIRO-MINISTRO
Chegou a líder do partido à segunda tentativa. Não tem experiência governativa.


ANTÓNIO LEITÃO AMARO
MINISTRO DA PRESIDÊNCIA
Tem em mãos a coordenação política do Governo. Já foi secretário de Estado.


JOAQUIM MIRANDA SARMENTO
MINISTRO DO ESTADO E DAS FINANÇAS
Esteve com Cavaco e Rio. Vai dirigir um ministério onde trabalhou dez anos


NUNO MELO
MINISTRO DA DEFESA NACIONAL
É o segundo líder do CDS a ocupar esta pasta. Tem 58 anos.


MARGARIDA BLASCO
MINISTRA DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
Dirigiu a IGAI e o SIS. Foi juíza conselheira no Supremo Tribunal de Justiça.


ANA PAULA MARTINS
MINISTRA DA SAÚDE
Ex-bastonária dos Farmacêuticos. Já foi vice presidente do PSD.


PEDRO REIS
MINISTRO DA ECONOMIA
Dirigiu a AICEP, esteve na banca e liderou o *think tank* do PSD. É um gestor.


MARIA DA GRAÇA CARVALHO
MINISTRA DO AMBIENTE E ENERGIA
É ministra pela terceira vez e eurodeputada desde 2009.


JOSÉ MANUEL FERNANDES
MINISTRO DA AGRICULTURA E PESCA
Eurodeputado desde 2009 e ex-autarca. É engenheiro informático.


MANUEL CASTRO ALMEIDA
MINISTRO-ADJUNTO E DE COESÃO TERRITORIAL
Já foi por duas vezes secretário de Estado. Vai gerir todos os fundos europeus


PAULO RANGEL
MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Já foi a votos contra Passos e Rio e foi oposição a Montenenegro. Tem 56 anos.


PEDRO DUARTE
MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
Ex-líder da JSD, ex-deputado e ex-secretário de Estado. Foi diretor de campanha de Marcelo.


RITA JÚDICE
MINISTRA DA JUSTIÇA
Eleita deputada e ministra pela primeira vez. Estava no conselho estratégico do PSD.


FERNANDO ALEXANDRE
MINISTRO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO
Já foi secretário de Estado. É professor na Universidade do Minho e vice-presidente do CES.

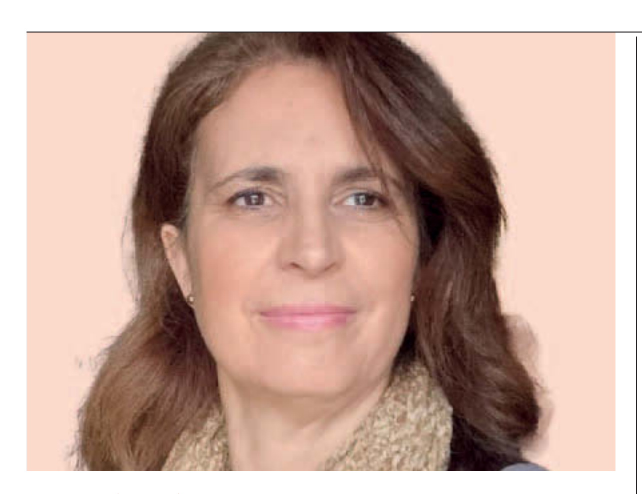

MIGUEL PINTO LUZ
MINISTRO DAS INFRAESTRUTURAS E HABITAÇÃO
Foi adversário de Rio e Montenegro e secretário de Estado de Passos Coelho.


MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO
MINISTRA DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL
É professora catedrática e consultora da Comissão Europeia.


MARGARIDA BALSEIRO LOPES
MINISTRA DA JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO
Deputada e ex-líder da JSD. Vai liderar um ministério que não existia desde 2004.


DALILA RODRIGUES
MINISTRA DA CULTURA
Historiadora de arte. É desde 2019 diretora da Torre de Belém e dos Jerónimos.


Negociar com quem e até quando? O "inevitável" dilema da AD



Paula do Espírito Santo

"O primeiro tira-teimas será centrado na consistência do Programa do Governo"

Este Governo terá a longevidade que a relação de forças no Parlamento, em articulação com o Governo, permitirem e entenderem benéfica para os próprios e respetivos objetivos políticos e eleitorais. Por outras palavras, espera-se um Governo resistente, apesar de muito exposto pela base de suporte parlamentar, pouco alavancada numa maioria à tangente, que obrigará a uma ligação cautelar e arriscada com as oposições. Qualquer vaticínio de longevidade pode pecar pela periclitante conjuntura parlamentar, política internacional e pela destreza política de manter a contento interesses e reivindicações setoriais, atentas e prontas para a contestação.

O primeiro tira-teimas será centrado na consistência funcional do Programa do Governo, o qual, estará em exposição pública, numa moção de rejeição deste mesmo programa, apresentada pelo PCP que, apesar de não ser procedente, pela não-viabilização por parte do PS, obrigará, contudo, o Executivo a vincar posições e opções programáticas.

Previdentemente, a primeira experiência política parlamentar, motivou a que a opção política de um primeiro *acordo de cavalheiros* com a extrema-direita, não proporcionasse a tão desejada e apregoada ponte de entendimento com esta força política. Como tal, a jogar pelo seguro, as opções viáveis são as opções democráticas que a restante oposição tornar possíveis, a ganho de todos. Neste contexto, numa aritmética simples, para além do natural entendimento com o CDS e o IL, o PS, na sua opção clara de oposição terá a ganhar nos entendimentos possíveis que permitam a afirmação parlamentar das políticas públicas que possam reforçar anteriores e atuais opções programáticas do PS. Não se tratará de um novo *Bloco central* de entendimentos mas de um *Bloco democrático* que poderá marcar decisivamente as opções eleitorais nos sufrágios que se aproximam, nestes anos e nos seguintes.



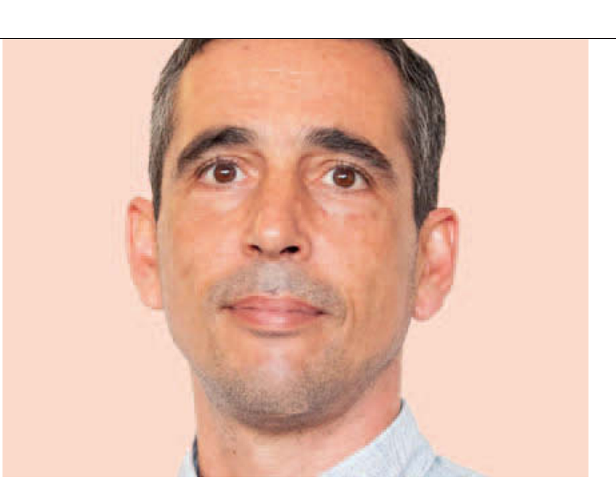
Manuel Loff

"Se o Governo conseguir aprovar medidas populares vai ganhar apoio"

Depende de se haverá um Orçamento Retificativo ou não. Já houve quem dissesse que não será necessário para fazer as coisas de forma faseada, como a negociação com os professores ou os aumentos dos Subsídios de Missão para as forças de segurança. Se o Governo conseguir aprovar essas medidas populares alguns meses antes ou, até, em cima das Europeias, vai aumentar o apoio eleitoral. Este é um quadro parlamentar frágil, e o Governo só conseguirá convencer com essas medidas populares. Há quem aponte que ao fim de seis meses, o Presidente da República dissolve o Parlamento [recupera esse poder a 10 de setembro]. Não acho que seja assim tão automático. Dependerá sempre daquilo que o Governo consiga fazer aprovar.

O tira-teimas vai ser, claro, o Orçamento do Estado [apresentado em outubro]. Precisamos de perceber qual a atitude do PS e do Chega. Isto considerando que os outros partidos essenciais para a democracia não têm representação parlamentar suficiente para influenciar uma negociação. Então, tudo depende de como estes dois partidos se posicionarem aquando da votação do Orçamento para 2025.

Já percebemos que entre PSD e CDS, há uma divisão quanto à relação com o Chega. Nos Açores, já se mostrou que o PSD vai negociar com o Chega, e na Madeira vai-se demonstrar o mesmo. A atitude de "Não é não" de Montenegro foi clara. Muitos não acreditavam que fosse tão clara, não se tendo optado por fazer acordos de qualquer tipo com o Chega (que os queria fazer), para tentar justificar o voto junto do eleitorado. Não havendo este acordo, já percebemos a atitude do Chega, que quer o caos total, sendo este o caldo político onde se sentem melhor. Mas, no fundo, tudo dependerá dessas medidas populares que podem ser aprovadas. Se houver a hipótese de PSD e CDS subirem nas sondagens por acordos com outros partidos, o Chega ficará mais frágil.



João Miguel Carvalho

"O principal impasse será a aprovação do Orçamento para 2025"

A elevada capacidade da Ciência Política para explicar eventos passados contrasta de sobremaneira com a sua incapacidade de predizer o futuro. Apesar de não dispor duma bola de cristal, creio que será muito difícil ao Governo atual cumprir a sua legislatura dado o equilíbrio de forças na Assembleia nacional. A elevada competitividade demonstrada pelo resultado eleitoral em 2024 refletiu a incapacidade do PSD em capitalizar a fragilidade do PS após a súbita demissão do Governo de maioria absoluta.

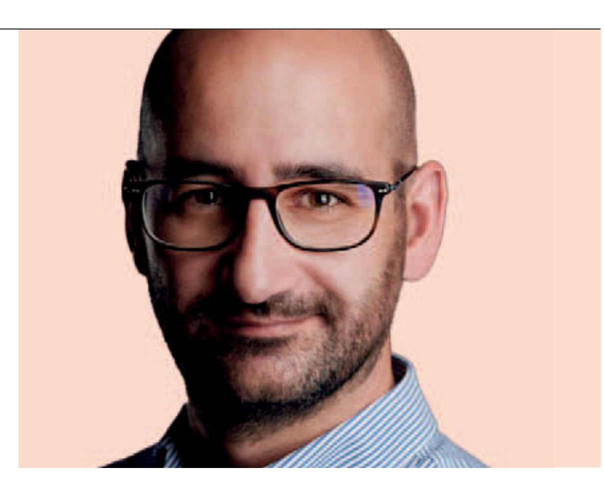
Creio que o principal ponto de impasse e de polarização política será a aprovação do Orçamento do Estado para o ano de 2025. Até então, poderemos vir a assistir a um período relativamente consensual em torno da aprovação de um eventual Orçamento Retificativo para responder a diversas reivindicações sociais. Parece haver um consenso dos principais partidos em torno desta matéria, bem como em torno da promoção de reformas estruturais, como no setor da Justiça. Dadas as circunstâncias atuais, os dois principais partidos representados na assembleia podem procurar alcançar acordos e consensos que dificilmente seriam possíveis noutros contextos políticos.

Depende da estratégia política de curto e longo prazo do PS e do Chega. A curto prazo, os dois principais partidos (PS e PSD) podem procurar consensos em torno de reformas estruturais sobre temas particulares. A longo prazo, o PS parece que irá rejeitar a convergência ideológica dos dois principais partidos nacionais e a promoção do Chega ao título de líder da oposição.
Por outro, o Chega faz depender a aprovação do Orçamento de 2025 dum acordo político formal com o PSD, que rejeitou essa possibilidade. Até que ponto o Chega estará preparado para derrubar o Governo de centro-direita parece-me ser uma das principais questões a esclarecer no futuro próximo.

PERSPETIVAS Há quem ponha a pressão do futuro já no Programa do Governo discutido na próxima semana, ou quem acredite que uma boa prestação de PSD e CDS vá esvaziar o Chega. Mas os quatro politólogos ouvidos pelo DN convergem: à partida, a fragilidade é grande.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**





Pedro Silveira
"Este Governo não tem uma janela de oportunidade. Tem um postigo"

Na sua perspetiva, qual acha que será o tempo de vida deste Governo?

É difícil antever. Este Governo não tem uma janela de oportunidade. Tem um postigo. Para o aproveitar, diria que, mais do que os problemas (como a questão dos polícias ou dos médicos, que também são importantes), é preciso mostrar e explicar o que se vai fazer, focarem-se na comunicação política. Não vai haver tempo para resolver todos os problemas já. Por isso, o Governo não deve cometer erros imputáveis a si próprio. Deve ser muito competente do ponto de vista da comunicação e da negociação. Vai ser importante, desde logo, gerir expectativas. Só assim terá possibilidade de sobrevivência.

Qual considera ser o primeiro tira-teimas para o novo Executivo?

Antes das eleições Europeias [a 9 de junho], vão estar também as medidas que serão propostas. Daí a necessidade de uma comunicação competente, de se explicar o que consideram fundamental, o porquê de se fazer isto e não aquilo. O próprio discurso político de Montenegro será importante. Por outro lado, as Europeias podem ser um resultado importante, no sentido em que podem vir a dar uma imagem de fragilidade do Executivo. Se a AD perder, o Governo fica inevitavelmente fragilizado aos olhos da opinião pública.

Quem prevê que seja o parceiro privilegiado de acordos e negociações durante a Legislatura?

Mais uma vez: é preciso lidar com a opinião pública. É preciso desmontar aquela ideia de que, se PS e PSD votam juntos é um bloco central e que, se o PSD e o Chega votam, afinal, o "Não é não" já não vale nada. Não é isso que está em causa. O Governo terá, necessariamente, de negociar com todos os partidos. A partir do momento em que PSD e CDS precisarem aprovar medidas, será necessário haver essa flexibilidade. Antevejo, como em todos os casos de minoria no Parlamento, um Executivo bastante flexível em relação às negociações com outros partidos.



Opinião
Pedro Tadeu

Quem tem vergonha da sua história?

Estive a ler um documento partidário que muito me impressionou, um programa político para a governação de Portugal que tem esta máxima: "Não há verdadeira democracia sem socialismo, nem socialismo autêntico sem democracia."

Concordo.

O texto critica o capitalismo, embora assinale a sua capacidade de "expandir a produção a um ritmo extraordinário" e de ir "criando as condições de satisfação das necessidades humanas numa escala nunca atingida". Porém, o mesmo texto não se esquece de que "o capitalismo multiplicou por toda a parte as desigualdades, a dependência económica e política, a alienação e a desagregação sociais. E ameaça o futuro da Humanidade através do rápido esgotamento dos recursos naturais, da destruição da natureza e da poluição do ambiente".

Concordo.

Sobre a distribuição da riqueza do país, esse documento historia: "Mentiu-se ao povo, dizendo que a economia nacional não comportava salários mais altos. Mas, de facto, manteve-se uma distribuição funcional do rendimento que atribuía ao trabalho menos de metade do valor do produto e, em alguns ramos de atividade, menos de um terço. Este estado de coisas traduziu-se numa escandalosa desigualdade económica."

Concordo.

Afirmando-se a favor da paz, este documento "admite a adesão à NATO apenas enquanto não estiver institucionalizado um novo sistema internacional e multilateral de segurança. Entretanto, a contribuição portuguesa financeira e humana deve diminuir progressivamente".

Concordo.

Este partido defende que "os trabalhadores passem a participar concretamente, desde já, na gestão das empresas e no capital criado. Essa cogestão implica que os representantes dos trabalhadores tenham assento e voto deliberativo nos órgãos de gestão das empresas, por forma progressiva, com vista à aproximação do ideal da autogestão, próprio da realização integral do socialismo; e implica também que a propriedade de uma parte dos reinvestimentos da empresa advenha aos trabalhadores, sendo-lhes distribuídos os títulos representativos desses aumentos de capital".

À falta de melhor, concordo.

Este partido defende que "o princípio da propriedade privada, sem limitações substanciais, gera situações criadoras de profundas injustiças e de dominação do homem pelo homem, e tende a usurpar poderes que devem pertencer ao Estado".

Concordo.

Está também contra "a passagem dos meios de produção para a propriedade exclusiva do Estado" porque "o poder monopolístico e o poder da burocracia centralizadora constituem entraves à liberdade e à iniciativa dos cidadãos".

Como princípio geral, concordo.

Em várias áreas estratégias da economia, como na energia, este partido defende que o setor, "deverá ser fortemente integrado, vertical e horizontalmente, em grandes empresas nacionalizadas ou com forte predomínio do Estado".

Concordo.

Eis, portanto, um partido que defende a construção do socialismo para Portugal, que é contra o capitalismo desregulado explorador da Humanidade e ameaçador para a vida no planeta, que exige uma distribuição justa da riqueza criada, que quer, a prazo, sair da NATO, que defende a participação dos trabalhadores na gestão das empresas, que combate monopólios privados e burocracias estatais e que exige que o Estado seja dono de vários setores estratégicos da economia.

Concordo com tudo – afinal, não há partes que são quase comunismo?...

Acontece, porém, que este programa partidário está disponível no *site* do PSD, o partido dominante no novo Governo que tomou ontem posse, liderado por Luís Montenegro.

O PSD de 2024 propõe-se combater qualquer ideia socialista para Portugal, pretende dar mais liberdade ao capitalismo, acredita na falácia de que a um maior crescimento da economia corresponderá uma maior distribuição de riqueza, quer reforçar o orçamento militar para a NATO e quer tirar o Estado da economia.

O partido de Luís Montenegro é o mesmo partido deste programa político que Sá Carneiro, Francisco Balsemão e Magalhães Mota subscreveram em 1974, no então recém-fundado PPD, o antecessor do PSD.

Como lidam os, nominalmente, sociais-democratas com tamanha contradição com o passado? Será que alguém deste Governo leu esse programa do PPD? Será que alguém, no passado, andou a enganar alguém? Será que alguém, no presente, anda a enganar alguém? Será a História ou é o presente que os envergonha?

Jornalista

Crianças e jovens aliciados por "firmas" criminosas. Delinquência juvenil e grupal continua a subir

SEGURANÇA O mais exaustivo retrato sobre a criminalidade praticada por jovens, concluído no âmbito da Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta, revela uma realidade perturbadora sobre tudo o que falha no sistema e é preciso mudar para prevenir este descaminho. 64 crianças com menos de 12 anos integraram gangues.



TEXTO **VALENTINA MARCELINO**

"É nossa responsabilidade impedir que os nossos jovens sejam capturados pelos gangues" – estas palavras da ex-secretária de Estado da Administração Interna, Isabel Oneto, serviram tanto de inspiração, como de motor, para o trabalho sem precedentes desenvolvido pela Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta (CAIDJCV), que Oneto coordenou, criada em reação à escalada de criminalidade a envolver gangues juvenis, um fenómeno que tem causado especial alarme público desde 2021. Em vez da simplista resposta securitária, o Governo escolheu juntar todas as entidades e especialistas, e ouvir até o que os jovens tinham a dizer sobre um sistema que não consegue impedir que sejam "capturados pelos gangues".

Segundo o relatório final a que o DN teve acesso, e foi hoje publicado na página da internet do Ministério da Administração Interna, foram feitas "audições setoriais que abrangeram 100 entidades distintas e 163 profissionais/especialistas e jovens, a realização de 12 entrevistas a jovens a cumprir medida de internamento em centro educativo, e seus familiares, oito audições em plenário envolvendo 17 especialistas, e, ainda, análises bibliográfica e estatística de dados provenientes de diversas fontes".

O novo Governo vai ter uma base de trabalho que nenhum outro teve para enfrentar este fenómeno. Os problemas foram exaustivamente identificados em todas as áreas de intervenção, com base em testemunhos de todos os profissionais que conhecem e acompanham estes jovens e que, em nome do Estado, devem e querem cuidar de os colocar num caminho sem crimes. E não há tempo a perder.

As estatísticas, ainda provisórias (os números definitivos só vão estar disponíveis no *Relatório Anual de Segurança Interna*, cuja publicação ainda não foi anunciada), indicam que em 2023 foram registadas pelas Forças de Segurança 18 406 ocorrências de Delinquência Juvenil – crimes cometidos por jovens com idades entre os 12 e os 16 anos – o que corresponde a um aumento de 8,2% face a 2022.

A Criminalidade Grupal – crimes praticados por três ou mais suspeitos, independentemente da idade – acompanhou esta tendência de crescimento: 6757 ocorrências, um quantitativo que corresponde a uma subida de 14,8% em relação ao ano anterior.

Menos homicídios consumados e tentados

Ainda assim, é salientado neste documento, "apesar dos aumentos verificados em 2019, 2022 e 2023 ao nível da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Grupal os quantitativos em 2023 são claramente inferiores" aos registados até 2015 (inclusive), no primeiro caso, e até 2012 (inclusive) no segundo.

Como atenuante desta escalada geral de casos, os números da Polícia Judiciária (PJ) indicam que, no que diz respeito aos crimes mais violentos, nomeadamente homicídios tentados e consumados tendo jovens como autores, depois dos números assustadores de 2022 , os valores voltaram aos dos anos anteriores. Um levantamento da Diretoria de Lisboa e Vale do Tejo – a maior da PJ – demonstra que em 2023 se verificaram nove casos de homicídios tentados e nenhum consumado em contexto grupal/juvenil, enquanto em 2022 se haviam verificado 24 (21 tentados e 3 consumados). "Se em 2022 o peso dos homicídios tentados e consumados sucedidos no contexto grupal/juvenil no volume global de casos de era de 18% , em 2023 o seu peso diminuiu para 6%", é escrito.

A CAIDJCV conseguiu aprofundar a análise dos dados do ano de 2022, tendo concluído que nesse ano, cerca de 25% das ocorrências de Criminalidade Grupal "envolveram pelo menos uma criança/jovem com idades entre os 12 e os 20/21 anos, o que correspondeu a 2704 crianças/jovens envolvidos, dos quais 903 entre os 12 e 15/16 anos, e 29 com menos de 12 anos".

Estes dados representam um aumento muito significativo das ocorrências em relação a 2019 (ano pré-pandemia), designadamente ao nível daquelas que envolveram menores entre os 12 e os 15/16 anos (+73% na GNR e +6,5% na PSP).

Também neste ano, os 7756 inquéritos tutelares educativos (ITE) – para menores de 16 anos – iniciados representaram um aumento de 9% face a 2019, representando o maior valor observado desde 2015. Em 2023 continuou a verificar-se um incremento no número de ITE (7333 até 13/11/2023, o que reflete um aumento de 11% face ao período homólogo de 2022).

Ainda em relação a 2022, os crimes pelos quais mais jovens entre os16 e 20 anos foram condenados foram: condução sem habilitação legal, roubo/violência, furto qualificado, ofensa à integridade física simples/qualificada e tráfico de quantidades diminutas/menor gravidade/consumo de drogas.

Uma caracterização/perfil feita aos jovens a cumprir pena em estabelecimentos prisionais revela, por exemplo, que em mais de metade das ocorrências hou-

64

Crianças As polícias registaram nos primeiros 10 meses de 2023 o envolvimento de 64 crianças com menos de 12 anos em gangues criminosos. Trata-se do número mais elevado de sempre.

18 406

Delinquência juvenil A GNR e a PSP registaram em 2023 (18 406 ocorrências a envolver suspeitos com idades entre os 12 e os 16 anos e DJ, o que corresponde a um aumento de 8,2% face a 2022

6757

Delinquência grupal Em 2023, a GNR e a PSP registou 6757 crimes praticados por três ou mais suspeitos, que corresponde a um aumento de 14,8% face ao ano anterior.



ve "emprego de tortura física, psicológica ou financeira ou ameaças de morte à vítima ou familiares" e que foi "empregue violência de forma "gratuita" ou provocado dano deliberadamente à propriedade, além do que seria necessário para cometer o crime".

"Quando são 'apanhados' já é tarde"

Mas este relatório não se resume a números e é nas descrições de testemunhos dos muitos profissionais no terreno que foram ouvidos que nos deparamos com a mais crua realidade.

"Foi abordada a existência das designadas 'firmas' (termo usado pelos jovens para indicar grupos criminosos coordenados por adultos que apresentam um nível de organização similar ao de uma 'empresa', fornecendo muitas vezes alojamento, alimentação aos jovens), e que se constituem como fortes componentes de aliciamento dos jovens (quer prévio, quer aquando da reintegração, após saída de um Centro Educativo)", é escrito.

No relato, que surge anónimo, é sublinhado que "muitas vezes estas organizações estão associadas à Criminalidade Grupal e com recurso ao meio digital, fatores a ter em conta nas intervenções".

Foi ainda reportado por especialistas o seguinte: "Os jovens estão atualmente mais 'duros', "quando são 'apanhados' já é tarde; poderia ser mais eficaz se os jovens fossem detetados mais cedo"; "firmas dão estatuto, existem papéis diferenciados"; "mais difícil atualmente 'chegar' aos jovens e trabalhar com eles, maior dificuldade de vinculação ao adulto, dificuldade de aceitação da autoridade, muito pouco disciplinados"; "jovens entregues a si próprios, mães trabalham muito, pares dão-lhes a relevância necessitada"; "importante dar apoio às famílias e aos jovens para evitar-se chegar à sinalização"; "maior parte vai à escola, mas não vai às aulas"; "chegam cada vez mais novos ao Centro Educativo exigem outras aptidões por parte dos técnicos"; "importante dar mais atenção ao meio digital"; "falta de afeto – situação base é esta, falta de afeto e carinho"; "jovens em Centro Educativo são os jovens em que tudo falhou... o que marca estes jovens no seu percurso é o abandono... múltiplas falhas, em múltiplos contextos...não existe uma intervenção sistémica e sistematizada sobre estes jovens...intervenção tardia... não há um diagnóstico global e integrado...".

Mais suspeitos de crimes com menos de 12 anos

De salientar que, com os dados já analisados de 10 meses de 2023, o número de crianças com menos de 12 anos envolvidas em criminalidade grupal, subiu de 29, no total do ano de 2022, para 64 (dados só diferenciados pela PSP e GNR). Para qualquer das faixas etárias, de janeiro a outubro de 2023 o número de ocorrências registadas "superou o respetivo valor para o ano completo de 2022, observando-se que 2023 apresenta os valores mais elevados desde 2019 (inclusive), o que indicia um aumento de ocorrências de Criminalidade Grupal envolvendo crianças e jovens, nomeadamente nos últimos quatro anos".

Assinala a Comissão que "estes dados permitem refletir, de certo modo, a existência de uma "escalada" em termos de gravidade da violência, das ocorrências e de indicadores de vulnerabilidade social desde os jovens em AE, aos jovens em ICE, aos jovens acompanhados pelas Equipas de Reinserção Social (geralmente no contexto de uma pena de prisão suspensa na sua execução), até aos jovens em estabelecimento prisional ou com vigilância eletrónica".

Salienta também que "a análise sobre estes diferentes grupos etários e sob medidas e penas diversas, reflete também a existência de diversos momentos no desenvolvimento dos jovens que podem constituir-se como oportunidades cruciais para a intervenção onde pode (ou não) ser efetivamente "feita a diferença", de modo a prevenir que crianças e jovens evoluam em trajetórias desviantes e criminais".

ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

> Reforçar a capacidade de deteção, sinalização e intervenção ao nível de crianças e jovens em risco nas escolas;

> Adotar as medidas necessárias, nomeadamente ao nível de recursos humanos, de modo que decisões ao nível dos inquéritos tutelares educativos (ITE) sejam tomadas em data o mais próxima possível da ocorrência dos factos;

> Prever que as Forças de Segurança sejam notificadas das decisões respeitantes a jovens que tenham sido objeto de PTE que apresentem no seu histórico residência na sua área de responsabilidade;

> Reforçar a sensibilização junto da magistratura judicial para que a suspensão de execução de pena de prisão seja cumprida recorrendo à frequência de programas que impliquem uma participação regular dos jovens condenados;

PERFIL JOVENS (16-21) CONDENADOS

> 95% são rapazes, sendo a idade média à data da ocorrência de 18 anos;
> Pelo menos uma ocorrência de roubo estava presente em 56% dos casos e o homicídio voluntário em 11%;
> Em 36% dos casos não houve lesões para as vítimas ou verificaram-se ferimentos ligeiros, no entanto para 15% dos casos as consequências para as vítimas foram ferimentos graves ou a morte;
> Cerca de 34% destes jovens tinham tido processo tutelar educativo (PTE) anterior;
> 53% destes jovens apresentam problemas relacionados com o consumo de droga, 15% problemas relativos ao consumo de álcool e que em quase um quinto dos casos estavam, aquando da ocorrência, sob efeito de alguma destas substâncias;
> Para alguns jovens existia informação sobre pertença a gangues/grupos juvenis organizados e violentos;
mais de 50% destes jovens estiveram envolvidos (em pelo menos) uma ocorrência em que a vítima se encontrava indefesa (geralmente por via da idade avançada), houve utilização de arma ou outro instrumento perigoso;
> mais de metade das ocorrências houve "emprego de tortura física, psicológica ou financeira ou ameaças de morte à vítima ou familiares" e que foi "empregue violência de forma "gratuita" ou provocado dano deliberadamente à propriedade, além do que seria necessário para cometer o crime".

Sem-abrigo. Nova estratégia abrange população cigana

ALERTA Plano para o período 2025-2030 inclui sistema de prevenção e proteção que contempla pela primeira vez a etnia cigana.

A nova Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) inclui um sistema de alerta e prevenção para uma intervenção precoce e que ajude a prevenir novos casos, que abrange, pela primeira vez, pessoas ciganas.

O documento, que abrange o período 2025-2030, foi ontem publicado em *Diário da República* e inclui quatro eixos estratégicos, entre a promoção do conhecimento do fenómeno, a definição e implementação de Sistema Integrado de Alerta e Prevenção, o reforço de uma intervenção promotora da inclusão das pessoas em situação de risco e a coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA.

No que diz respeito aos eixos estratégicos, a diferença entre o atual e o anterior documento, que vigorou entre 2017 e 2023, está na inclusão do atual eixo n.º 2, que define e implementa o ENIPSSA. Este sistema tem como objetivo uma intervenção precoce e, entre os cinco objetivos, define a prevenção do fenómeno "através da deteção precoce de situações de risco iminente e de reincidência, garantindo uma resposta imediata e de emergência social".

Prevê, igualmente, que sejam garantidas medidas de prevenção e proteção a públicos especialmente vulneráveis e, dentro destes públicos, abrange, pela primeira vez, a população cigana, a par de famílias com crianças, pessoas com deficiência, pessoas idosas, pessoas com necessidade de cuidados de saúde mental, pessoas com consumos e dependência de álcool e/ou substancias ilícitas e pessoas LGBTI (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Trans e Intersexo).

Dentro deste eixo, está também previsto assegurar a qualificação e articulação entre os serviços de identificação de situações de risco e garantir que seja feito um diagnóstico e plano de intervenção personalizado, "com vista à plena inclusão social".

Inclui igualmente a definição de "um sistema de alerta integrado e articulado que garanta a transição das medidas de desinstitucionalização e de intervenção em cenários de exceção".

A quinta medida dentro do eixo n.º 2 prevê promover espaços de diálogo e de partilha "em formas experimentais de intervenção precoce e de inclusão social".

> Assegurar que ninguém tenha de permanecer na rua por mais de 24 horas é um dos objetivos estipulados na nova estratégia para os sem-abrigo.

Por outro lado, o eixo que define o reforço de uma intervenção com vista à inclusão social pretende, entre outros objetivos, "assegurar que ninguém tenha de permanecer na rua por mais de 24 horas".

O primeiro plano de ação desta estratégia deverá ser aprovado até setembro de 2025, cabendo à próxima ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social a nomeação da gestão executiva da ENIPSSA, responsável pela elaboração do respetivo plano de ação.

Até à entrada em vigor da ENIPSSA 2025-2030, em 1 de janeiro de 2025, mantém-se em funcionamento a ENIPSSA 2017-2023, que foi prorrogada até dezembro de 2024. A estratégia para 2025-2030 ainda foi aprovada pelo governo PS, com a justificação de que era "urgente e inadiável, impondo-se a necessidade de garantir a sua continuidade num novo ciclo programático, sem interrupções".

Na mais recente contabilização feita sobre o número de pessoas a viver em situação de sem-abrigo em Portugal, foi possível sinalizar 10 773 casos em 2022, 5975 que viviam na condição de sem-teto, ou seja, a viver na rua, num abrigo de emergência ou noutro local precário, enquanto as restantes 4798 não tinham casa e viviam num alojamento temporário.

DN/LUSA



ARTUR MACHADO / GLOBAL IMAGENS

Portugal tinha 10 773 casos registados de pessoas sem-abrigo em 2022.

CNE quer melhores salários na Educação

O Conselho Nacional de Educação (CNE) recomenda um aumento dos salários dos professores e mais autonomia às escolas para selecionar docentes como duas das formas de tornar a profissão mais atrativa e combater a falta de profissionais.

Numa recomendação publicada em *Diário da República*, os conselheiros do CNE apresentam um conjunto de recomendações dirigidas a vários destinatários, desde "o Governo, as associações profissionais, os centros de formação de associações de escolas, os diretores escolares, as instituições de formação, os formadores, os gestores da formação e os professores".

Os relatores defendem que para tornar a profissão mais atrativa é preciso melhorar as condições de trabalho e "promover a revisão dos índices remuneratórios em início de carreira e as condições de progressão, a aproximação à área de residência e o apoio para deslocações e alojamento".

"Revisitar o modelo de recrutamento e seleção de professores à luz de uma maior autonomia das escolas, num quadro de referência nacional, em função das especificidades e das necessidades de cada contexto" é outras das recomendações, que surgem agrupadas em quatro eixos principais: valorização da profissão; formação contínua; condições de exercício da profissão e profissionalismo docente.

Os relatores defendem medidas como a necessidade de repensar o modelo de formação inicial, estabilidade de pessoal e profissional, diminuir as tarefas eminentemente burocráticas e administrativas ou implementar programas de mentorias e de supervisão pedagógica.

Estas recomendações tiveram por base relatórios internacionais, legislação nacional e "um conjunto de quinze audições junto de personalidades nacionais e estrangeiras", lê-se no documento.

DN/LUSA

BREVES

Dupla detida na Indonésia não tem ajuda externa

A Embaixada da Indonésia em Portugal afirmou ontem que o desfecho do processo dos dois portugueses detidos por tráfico de droga resultará das "provas apresentadas" e da "legislação aplicável", negando qualquer "influência externa", como uma eventual interferência de Ronaldo, que é natural da Madeira tal como um dos detidos. Num esclarecimento solicitado pela Agência Lusa, o ministro conselheiro da Embaixada da Indonésia em Lisboa, Nilton Amaral, disse que "o caso está atualmente a ser investigado em profundidade pela polícia indonésia, que está empenhada em realizar uma análise exaustiva, em conformidade com as leis e procedimentos nacionais" desse país. Os dois portugueses foram detidos a 17 de março, suspeitos de tráfico de estupefacientes, em Jacarta, na Indonésia, país onde o crime é punido com penas até à pena de morte.

Papa Francisco escolheu como quer o funeral

O Papa Francisco pronunciou-se sobre como gostaria que as suas exéquias se realizassem, num livro de entrevistas do correspondente do diário espanhol *ABC* no Vaticano, noticiou ontem a agência italiana ANSA. O chefe da Igreja Católica de 86 anos, Jorge Bergoglio, que tem tido uma série de problemas de saúde e usa uma cadeira de rodas para se deslocar, disse que terá um caixão para os ritos fúnebres, mas não um catafalco.
No livro-entrevista *El Sucesor*, de Javier Martinez-Brocal, Francisco confirmou já ter dado instruções para ser enterrado na Basílica de Santa Maria Maior, ao contrário dos seus antecessores, que o foram todos na Basílica de São Pedro, sublinhando que gostaria de ser sepultado "numa sala onde são guardados os candelabros".

Autoridades dão luz verde à manifestação xenófoba no Porto

SEGURANÇA A PSP não contesta a realização do protesto marcado para dia 6, organizado pelo grupo 1143. Uma música com o refrão "fechem de vez as fronteiras" foi criada para a ocasião.

TEXTO **AMANDA LIMA**

A manifestação *Menos imigração, mais Habitação*, marcada para o próximo sábado, 6 de abril, no Porto, vai mesmo avançar. O grupo nacionalista 1143 recebeu o aval da Câmara Municipal do Porto para a realização do protesto. A Polícia de Segurança Pública (PSP) já tinha dado o mesmo parecer positivo. A informação foi celebrada pelo neonazi Mário Machado, principal porta-voz do 1143.

A não-proibição surgiu após a divulgação de uma carta aberta intitulada *Contra o racismo e a xenofobia, não desmobilizamos!*, enviada a uma série de autoridades. O objetivo da publicação era impedir a realização da manifestação, com base no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, que destaca o princípio da igualdade e acionar "os mecanismos processuais para que se aplique o artigo 240.º do Código Penal, relativo à discriminação e incitamento ao ódio e à violência".

A carta pontua que "além de profundamente racista e xenófoba, esta ação põe em causa a segurança das pessoas imigrantes que vivem e trabalham no Porto". Algumas entidades também estão a organizar uma manifestação de "reação" na Praça dos Poveiros, às 15.30, intitulada *Contra o fascismo, mais e melhor habitação*. Romain Valentino, um dos porta-vozes do coletivo *Habitação Hoje*, afirmou ao DN que o ato é uma "resposta para contradizer uma falsa narrativa do grupo de extrema-direita de que existe uma correlação entre a imigração e a crise de habitação". De acordo com o militante, o problema da habitação "já vem de há bastante tempo" e os "muitos imigrantes são trabalhadores precários e estão lado a lado dos portugueses nesta luta".

Valentino também demonstra preocupação com a segurança dos imigrantes no sábado. "É necessário um cuidado extra, porque virão manifestantes de extrema-direita de todo o país", diz. O porta-voz pontua que todos os que quiserem juntar-se ao ato são "bem-vindos" e "estarão seguros".

O DN solicitou à PSP do Porto informações sobre como será a segurança neste dia, mas não obteve resposta até ao fecho desta edição. Também questionou a Câmara do Porto sobre a autorização dada à realização do evento e uma posição sobre o pedido divulgado na carta aberta. A autoridade municipal respondeu, por fonte do gabinete do presidente, que a avaliação de risco foi realizada pela PSP, entidade competente na matéria. Quanto à carta dirigida ao autarca Rui Moreira, não foi prestada qualquer declaração.

Supremacismo branco e desinformação

No Porto, a concentração do grupo 1143 será na Praça de D. João I, às 17.00 horas. O DN sabe que já estão reservadas, pelo menos, nove carrinhas com participantes de Lisboa, Algarve, Aveiro, Coimbra e outras zonas do país. Segundo Mário Machado, será a "primeira manifestação nacionalista na cidade do Porto, desde o Golpe de 1974". Uma música foi criada especialmente para a data: "Dizemos não à imigração, fechem de vez as fronteiras."

> Uma música foi criada especialmente para a manifestação: "Dizemos não à imigração, fechem de vez as fronteiras." Membros do grupo de várias partes do país vão participar no protesto.

As redes sociais são o principal canal de divulgação do ato, com vídeos que alcançam milhares de pessoas. Miguel Morato é um dos responsáveis pelo *marketing* e intitula-se "ministro da Propaganda do grupo 1143" e o "Goebbels" da organização, em referência à Joseph Goebbels, ministro da Propaganda do Governo nazi de Adolf Hitler, na Alemanha.

Um dos vídeos publicados na conta de Morato no TikTok foi apagado pela plataforma, uma medida classificada por ele como "censura" de uma plataforma "comunista". Numa outra publicação, Morato convoca os participantes com retórica supremacista e de *fake news*. "Não tenham medo, nós somos mais e mais fortes do que todos, nós somos portugueses com orgulho da vossa nacionalidade, sangue puro e não com Cartão do Cidadão comprado, que vêm pra cá pró nosso país receber subsídios enquanto nós temos que trabalhar para lhes pagar os luxos que usam", disse.

Recorde-se que segundo as estatísticas oficiais do *Relatório Imigração em Números*, os imigrantes contribuíram para a Segurança Social sete vezes mais do que receberam: 1,8 milhões de euros em 2022 e usufruíram de 275 mil euros em subsídios sociais.

O grupo 1143 tem vindo a crescer nos últimos meses em todo o país, com a instalação de grandes faixas de frases racistas e autocolantes pelas ruas e em sinais de trânsito e, em fevereiro, realizou um protesto em Lisboa contra a presença de imigrantes. A proposta inicial era fazer uma marcha no Bairro do Martim Moniz, onde mora um grande número de estrangeiros. No entanto, devido ao alto risco de segurança, não foi concedida a autorização.

Os nacionalistas não desistiram e mudaram o local do protesto, que saiu do Largo de Camões até à Câmara Municipal de Lisboa, com tochas e fogueiras. Saudações nazis, canto do hino nacional e frases racistas marcaram a manifestação.

amanda.lima@globalmediagroup.pt

REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

Com inspiração nazi, o grupo 1143 tem vindo a crescer nos últimos meses.

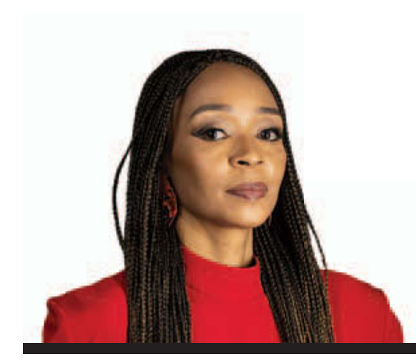
BREVES

MP quer julgamento para seis traficantes

O Ministério Público (MP) deduziu acusação e requereu o julgamento de seis arguidos pelos crimes de tráfico agravado de estupefacientes, associação criminosa, falsificação de documentos e falsidade de declaração. Segundo a acusação do MP junto do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) na sua página na internet, os seis arguidos, de nacionalidades portuguesa, brasileira, egípcia e croata, pelo menos desde finais de 2022 dedicaram-se ao tráfico internacional de estupefacientes. De acordo com o despacho, os arguidos atuavam "no seio de uma organização criminosa" que "comercializava grandes quantidades de cocaína, organizando, ainda, o seu transporte, por via marítima e/ou aérea, a partir da América do Sul até à Europa".

Ovibeja discute integração de migrantes

A integração de migrantes no Baixo Alentejo é um dos temas em debate na 40.ª edição da feira agropecuária Ovibeja, que decorre entre 30 de abril e 5 de maio, em Beja, foi ontem divulgado. Em comunicado, a ACOS – Associação de Agricultores do Sul, promotora do certame, revelou que, apesar de o associativismo agrícola ser o tema central desta edição, ao longo dos seis dias da feira há 'espaço' para discutir vários assuntos. *Integração de migrantes no Baixo Alentejo: qual o caminho?* é a designação da conferência, promovida pela ACOS, que vai decorrer às 14.30 do dia 3 de maio, no Auditório do Centro de Incubação de Base Tecnológica do NERBE/AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral.
Trata-se de uma "temática de grande relevo na atualidade" e que vai beneficiar da partilha de conhecimento com a região convidada deste ano da Ovibeja, o Concelho do Fundão (Castelo Branco).



Entre meadas
Paula Cardoso

Morrer por ser “preto”

Enquanto muitos insistem na pretensa *bondade* de “não ver cores”, e outros tantos acusam os anti-racistas de instigarem ódios, com “a moda do racismo”, mais uma pessoa foi assassinada em Portugal apenas por ser negra. Ou, para usar os termos racistas que, invariavelmente, acompanham essa sentença de morte, mais uma pessoa foi assassinada em Portugal simplesmente por ser “preta”.

O desprezo pelas vidas negras está tão normalizado que o recente homicídio de Ademir Moreno Araújo, nos Açores, merece pouca ou nenhuma atenção mediática.

Aliás, a motivação racista do crime surge – quando surge – como algo marginal, atribuído a uma qualquer percepção exagerada da realidade.

Porque, à luz da prática portuguesa, agredir até à morte uma pessoa a quem se dirigiram ou dirigem insultos racistas é apenas fruto do calor da discussão, e nunca reflexo de tradições supremacistas brancas. Tão enraizadas que, não vá a Justiça tecê-las, convém esmiuçar sempre a história das pessoas negras que morrem às mãos de pessoas brancas.

Neste exercício inquisitivo – e porque a tradição racista ainda é exactamente o que sempre foi –, constroem-se narrativas de protecção ou absolvição do criminoso, e de condenação da vítima.

Só assim se entende que 17 dias depois do assassinato de Ademir Moreno Araújo, aos 49 anos, continuemos sem o conhecer, para além da cidadania cabo-verdiana, e da profissão de calceteiro.

O retrato do Ademir como pai, marido, irmão, amigo e colega – para citar apenas alguns dos papéis que assumiu – teria o condão de humanizar a sua história, em vez de a atirar para uma vala comum de desumanização de vidas negras.

Da mesma forma, a estratégia de proteger a identidade de racistas – sob a alegação de presunção de inocência, que não vemos aplicada nas campanhas de assassinato de carácter de vítimas negras, nem nos processos em que os suspeitos são negros – promove uma cultura de permissividade.

Ao racista permite-se sê-lo, sem que se exija sequer o decoro de parecer que não o é.

Assim se explica, tal como já sublinhou o dirigente do SOS, Mamadou Ba – numa publicação mediatizada a partir de um processo judicial –, que João Martins, embora condenado a 17 anos de prisão efectiva pelo assassinato bárbaro de Alcindo Monteiro, continue, “salvo raras excepções”, a “passar pelos pingos da chuva do escrutínio público”.

Aliás, no ano em que se cumprem 29 anos desse crime, quantos de nós conseguirão reconhecer esse assassino, na infelicidade de nos cruzarmos com ele?

E nem o facto de João Martins persistir na carreira criminosa, especializada em demonstrações de ódio racial, ajuda a construir cadastro mediático, reduzido a um par de fotos não apenas desactualizadas, mas *contaminadas* pela presença de óculos.

O padrão de absolvição mediática de racistas repete-se a cada crime: vemos as imagens das vítimas replicadas até à náusea, enquanto os agressores – a menos que escolham aparecer, nomeadamente nos TikToks da vida – beneficiam de um sistema de protecção.

Recordo-me, por exemplo, que a primeira vez em que ouvi o nome do assassino de Bruno Candé foi numa das manifestações que se realizaram em sua homenagem, uma semana após o crime.

Até esse momento, Evaristo Marinho, entretanto condenado a mais de 22 anos de prisão, era apenas um septuagenário reformado com carreira na enfermagem, e possíveis sequelas mentais por ter combatido nos antigos territórios colonizados. Na ressaca do homicídio, nem os sucessivos e consistentes relatos de um contínuo de agressões racistas nos dias anteriores à execução, inibiram um retrato abonatório.

Pelo contrário, Bruno Candé inspirou campanhas de assassinato de carácter bem eficazes, a avaliar pelos inúmeros comentários produzidos na altura sobre eventuais atenuantes – em vez de agravantes – do crime.

Num jogo de vale tudo em nome da absolvição e normalização racista, assistimos mesmo, no ano passado, a uma espécie de recurso televisivo de uma sentença judicial. Bruno Fará, condenado a 10 anos e três meses de prisão pela morte do estudante cabo-verdiano Luís Giovani Rodrigues, teve honras de defesa na TVI, onde não faltou o retrato de bom homem e pai de família.

Revisito esses casos, deixando tantos outros de fora, à medida que percorro as primeiras cenas pós-assassinato de Ademir Araújo Moreno. Além da prática reiterada de minimizar – e até mesmo invisibilizar – a motivação racista do crime, observa-se, como sempre, a ausência de um criminoso. Porque, bem desumanizadas as vidas, ninguém morreu. “Apenas” mataram “um preto”.

Fundadora do Afrolink.
Não escreve ao abrigo do novo Acordo Ortográfico



Opinião
Francisco George

Opinião pessoal (XVII)

No âmbito das infeções bacterianas transmitidas por via sexual, já aqui esclareci que a sífilis é a mais grave e, ao mesmo tempo, a mais fácil de curar (com a penicilina prescrita pelo médico).

Confirmo que, em Portugal, há uma tendência de aumento de casos novos dessas infeções que constitui justificada preocupação em Saúde Pública.

Os dados publicados, referentes ao ano de 2022, indicam 2200 infeções gonocócicas; 1500 por clamídia e 1500 novas infeções de sífilis (números redondos) que traduzem uma elevação expressiva das respetivas incidências em relação a anos anteriores.

São retrocessos que não podem ser ignorados. Antes de tudo, têm de ser compreendidos. É preciso perceber as razões que explicam esses aumentos para serem aplicadas medidas de controlo, necessariamente baseadas em comprovação científica.

Será que os preservativos são menos utilizados em comparação com anos anteriores?

> **“Em Portugal, há uma tendência de aumento de casos novos dessas infeções que constitui justificada preocupação em Saúde Pública.”**

Para responder à questão formulada terão de ser convocados os especialistas em Psicologia e Ciências Sociais para analisarem as causas da aparente menor adesão ao uso de preservativos. Será devido ao excesso de confiança porque a sida já não é uma doença fatal? Ou serão dificuldades de acesso a preservativos nos locais e nos momentos que antecedem as relações sexuais? Ou serão outras as explicações?

Só depois de respostas, devidamente fundamentadas, será possível desenhar um plano de prevenção, especialmente dirigido aos motivos das falhas identificadas pelas investigações sociológicas.

Na minha opinião, o aumento de casos novos de infeções transmitidas por via sexual não está relacionado com o anonimato da pessoa infetada. Reparemos que a confirmação da doença é sempre competência do médico que diagnostica e trata a pessoa infetada. Ora, é esse mesmo médico que terá de aconselhar e prescrever a terapêutica a todos os contactos do seu doente que fica, ele mesmo, desde logo, incumbido de colaborar nesse sentido. Na dimensão ética não seria aceitável que o médico que declara o caso transmitisse a outras equipas o nome, a morada e a natureza da doença diagnosticada. Aliás, é fundamental que os doentes portadores destas infeções tenham confiança no “seu” médico, sabendo que o assunto é segredo profissional.

Para reduzir o problema, proponho as seguintes seis medidas: **1** Solicitar às faculdades de Sociologia e de Psicologia a análise dos comportamentos de risco de jovens e adultos; **2** Melhorar o desempenho da Educação Sexual nas escolas como parte da estratégia de educação para a saúde e para a cidadania; **3** Introduzir a distribuição gratuita de preservativos em todas as farmácias do país; **4** Alargar a rede de máquinas de venda de preservativos, a baixo custo, em todos os locais de diversão noturna; **5** Organizar centros de testagem com marcação *online*; **6** Garantir o acesso, às pessoas que o solicitem, de consulta médica em regime “via verde”, assegurando o atendimento no mesmo dia, em todas as unidades de ambulatório (setores público, privado ou social).

Ex-diretor-geral da Saúde
franciscogeorge@icloud.com



Opinião
Vítor Sereno

Portugal na Conferência da *Monocle*

É consensual afirmar-se que o lastro histórico de Portugal nos quatro cantos do planeta constitui um importante ativo na nossa inserção internacional. Ele manifesta-se na nossa capacidade de diálogo, numa abertura à diferença, e no compromisso em encontrar valores e interesses comuns que nos tornam um parceiro fácil com quem colaborar.

Porém, cabe-nos cultivar esta diplomacia para valorizarmos os atributos que marcam a nossa identidade e lugar no mundo.

Foi este o propósito da minha participação na Conferência da *Monocle* intitulada *The Chiefs*, ocorrida a 27 e 28 de março em Hong Kong.

O convite da renomada revista deu-se pelo interesse no trabalho diplomático que temos vindo a desenvolver com o Japão, cuja relação de mais de 480 anos tem sido a base para uma revitalização recente nas áreas política, económica e cultural. Mas também resultou do reconhecimento da crescente influência de Portugal no panorama internacional.

O evento reuniu uma elite global de pensadores, líderes e inovadores num fórum exclusivo, partilhando lições sobre o desenvolvimento de negócios robustos e estratégias para o sucesso num mundo cada vez mais complexo.

Permitam-me, caros leitores, que destaque alguns dos temas da minha intervenção, focada nas estratégias do nosso país para acompanhar os rápidos progressos que temos observado no Indo-Pacífico. Desde logo, sublinhei a necessidade de se desenvolver uma ação orientada para o crescimento económico. Esta é uma região em que os negócios ditam o ritmo das relações internacionais. Por essa razão, referi exemplos das nossas empresas que trazem valor acrescentado e produtos diferenciados, assentes na integração entre Estado, setor privado e academia.

Também defendi o enorme potencial que a diplomacia desportiva encerra, juntando parceiros de diferentes áreas para promover o diálogo e aproximação às forças-vivas das sociedades. Frequentemente aliado à cultura, o desporto é um catalisador de boas-práticas de saúde, bem-estar e sustentabilidade que se cruzam com as necessidades das empresas e das pessoas.

Foi com esse ensejo que criei a equipa de futebol do Consulado-Geral de Portugal em Macau, que competiu nos Campeonatos Oficiais daquela Região Administrativa Especial, e que em 2020 organizei a *Mourinho Diplomatic Cup* quando exerci funções no Senegal, ambos exemplos que recolheram o forte interesse da audiência.

O facto de ter sido o primeiro orador português, e, simultaneamente o primeiro embaixador nas três conferências já realizadas, num grupo de oradores proveniente, sobretudo, do setor privado, creio que demonstra as oportunidades para evidenciar a relevância do nosso país no panorama mundial, promovendo a imagem de uma nação inovadora, culturalmente rica e aberta a colaborações internacionais.

Para comprovar o seu caráter eclético e os benefícios de uma "polinização cruzada" entre várias áreas, a conferência também teve um segmento *Top of the Shops*, dedicado ao papel dos centros comerciais nas metrópoles asiáticas, outro sobre o tema *The Road Ahead*, que aprofundou os desafios da mobilidade urbana na Ásia, ou ainda *Machine Learning*, para partilhar a evolução das máquinas de venda automática utilizadas por marcas globais.

Outros painéis, sugestivamente intitulados *Building a Brand*, *What's Your Vietnam Strategy?*, *Talking Shop* e *Tall Stories* anteciparam as futuras tendências no comércio e na arquitetura.

Não deixou de contar com a presença nipónica, com a apresentação *Staying the Course*, de Yuta Oka, sobre o desenvolvimento urbano e hospitalidade no Japão.

Esta III edição, depois de St. Moritz e Dallas, não foi meramente um encontro de talentos globais; foi uma celebração da inovação, liderança e adaptabilidade humana frente aos desafios dos nossos tempos.

Este é mais um relevante fórum em que Portugal marcou presença, dando continuidade àquela nossa forma muito própria de fazer diplomacia.

Próximo passo: trazer a IV Conferência da *Monocle* para Portugal.

Embaixador de Portugal no Japão



Opinião
Jorge Costa Oliveira

A porta do cavalo bancário austríaco e o pusilânime BCE

Desde o final da II Guerra Mundial que a Áustria é um país neutro, tendo mantido este estatuto mesmo após a entrada para a UE (em 1995), nunca tendo aderido à NATO. Este estatuto permitiu-lhe manter com a Rússia uma relação especial duradoura, que tem sido lucrativa para as empresas russas e austríacas.

A Áustria tornou-se uma plataforma para os interesses russos, desde o armazenamento de gás russo (que continua a importar) até à transformação de Viena no principal centro financeiro russo. Até março de 2022, era em Viena que o Sberbank Europe tinha a sua sede. Por outro lado, várias empresas austríacas tiveram acesso facilitado ao mercado russo, entre elas vários bancos. O mais relevante destes bancos é o Raiffeisen Bank, um banco russo universal subsidiário do grupo bancário austríaco Raiffeisen Bank International (RBI) – o 2.º maior grupo bancário na Europa de Leste com presença em 12 países – e o maior banco ocidental na Rússia (em 2022, tinha 90 filiais, 10 000 trabalhadores, 2600 clientes *corporate*, >4 milhões de contas-clientes e era o 10.º maior banco em termos de ativos na Rússia). O Raiffeisen Bank ocupa o segundo lugar em termos de ativos no Grupo RBI e o primeiro em termos de lucro (em janeiro de 2024, o RBI publicitou um lucro consolidado de 997 milhões de euros, excluindo a Rússia e a Bielorrússia; mas o *Financial Times* estima que os lucros na Rússia sejam metade dos lucros totais da RBI).

Para além dos lucros da operação na Rússia, o controlo da RBI pertence a uma entidade mutualista, com enorme capilaridade na Áustria; além disso, muitos deputados e ministros austríacos têm ligações ao banco, considerando a *Novaya Gazeta Europe* e o *Financial Times* que o Raiffeisen Bank é o "banco da casa" do Partido Popular Austríaco, no poder.

Após a invasão da Ucrânia, alguns bancos europeus e americanos cessaram atividade na Federação Russa, tendo perdido muito dinheiro na venda dos seus ativos locais; o último exemplo é a venda do HSBC Russia ao Expobank. Todavia, vários bancos ocidentais continuam a operar na Rússia – o Raiffeisen Austria, o ING Bank (dos Países Baixos), o OTP Bank (da Hungria), o UniCredit (de Itália), o Citibank (dos EUA). Destes, o mais relevante é o Raiffeisen Bank que, de acordo com o *Financial Times*, é responsável por 40-50% de todos os pagamentos entre a Rússia e o resto do mundo.

Estes grupos bancários declararam já tencionar sair do mercado russo, mas têm adiado essa saída. É difícil encontrar compradores que não sejam entidades sancionadas e o Governo russo não quer a saída destas entidades, quer mantê-las reféns. Por outro lado, estes grupos bancários não querem perder dinheiro na venda, nem os lucros decorrentes da operação no mercado russo. Isso é especialmente notório no caso do Raiffeisen Bank.

Apesar do evidente risco colocado pela contínua operação de bancos ocidentais na Rússia, só em dezembro de 2023 uma nova Ordem Executiva do Presidente dos EUA concedeu ao Tesouro norte-americano um poder sancionatório mais amplo, permitindo-lhe perseguir bancos estrangeiros que facilitem transações com a Rússia. Os bancos que forem considerados "facilitadores" pelo Tesouro americano arriscam perder o acesso aos bancos-correspondentes dos EUA, que atuam como a espinha dorsal das finanças globais. Após a Ordem Executiva referida, o Governo americano rapidamente começou a fazer ameaças de aplicação. Bancos dos EAU, da Turquia, da Índia e de outros países que têm aumentado o negócio com a guerra começaram a recusar efetuar operações que vinham fazendo regularmente com entidades russas.

O BCE lançou investigações há mais de um ano sobre as operações destes bancos na Rússia. Mas mantém-se mudo e quedo, bem sabendo que a saída da Rússia destes bancos, em especial do Raiffeisen, catalisaria a desconexão de facto do SWIFT e complicaria seriamente os negócios russos com os seus parceiros estrangeiros. O que espera o BCE para atuar de forma mais firme?

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira

Um quarto dos senhorios enfrenta atrasos no pagamento das rendas

HABITAÇÃO Barómetro da ALP – Associação Lisbonense de Proprietários mostra que um em cada cinco senhorios não atualizou as rendas de acordo com o coeficiente legal de 6,94%.

TEXTO **ILÍDIA PINTO**



ORLANDO ALMEIDA / GLOBAL IMAGENS

Mais de dois terços dos senhorios inquiridos revela ter até dez imóveis no mercado de arrendamento.

Quase um quarto dos senhorios está confrontado com o incumprimento do pagamento de rendas dos seus inquilinos, indicam os dados do Barómetro da Associação Lisbonense de Proprietários – ALP. Em causa estão 23,6% dos inquiridos, o que leva a associação a sublinhar que este é um fenómeno que se tem mantido "sustentadamente alto" ao longo das sete edições deste inquérito.

"A maior alteração face às seis últimas edições é o facto de a fatia de senhorios que têm mais de seis meses de incumprimento de rendas liderar globalmente junto daqueles que estão a suportar perdas. São, nesta amostra, 30,3% dos proprietários que têm rendas em atraso", indica a associação em comunicado, dando conta que "aqueles que acumulam perdas de dois a três meses de rendimento representam 28% das respostas".

Apesar deste agravar do problema, só 48,7% dos senhorios em causa pondera avançar com o despejo dos inquilinos, sendo que a maior parte considera que tal "será [um processo] demorado e terá mais custos do que o valor que está em dívida pelos inquilinos".

Para 18% dos proprietários, "a resolução passa sempre pela via extrajudicial", mas há 15,6% que mostram "compreensão pela situação económica e social que atravessam os arrendatários". Destaque, ainda, para 17% da amostra que "acredita que a justiça favorece sempre os inquilinos, mesmo em casos de flagrante incumprimento" e para os 4% dos senhorios que dizem "não ter meios para aceder à justiça".

Nesta sétima edição do Barómetro "Confiança dos Proprietários" da ALP, que auscultou 525 senhorios entre 14 e 22 de março, ficamos a saber que um em cada cinco (21,4% dos inquiridos, para ser mais exato) não procedeu à atualização anual de renda de 2024 pelo coeficiente legal de 6,94%. "Se é verdade que cerca de um terço dos respondentes não o fez porque tem contratualizado por mútuo acordo outro coeficiente anual no contrato de arrendamento, há a destacar os 14% de inquiridos que responderam ter preferido atualizar a renda noutro valor percentual, por entenderem que o coeficiente apurado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para 2024 poderia colocar os seus inquilinos em incumprimento", justificam.

2460

Mais de metade dos senhorios auferem até três salários mínimos nacionais brutos (2460 euros) pelos imóveis que têm colocados no mercado de arrendamento, revela o barómetro da APL.

Dos senhorios que participaram no inquérito, 10% indicam que mantiveram a renda inalterada "por considerar que qualquer aumento que fosse seria incomportável para os agregados de arrendatários" e há ainda 9% que dizem não terem mexido nas rendas "por terem atualmente um rendimento que lhes permite ter uma vida confortável, sem necessidade de retirar poder de compra aos inquilinos".

A ALP destaca a "falta de confiança no mercado de arrendamento ao longo do ano passado, muito marcado pela instabilidade provocada pelo pacote "Mais Habitação"", com 9% dos inquiridos a darem conta que venderam imóveis que estavam afetos ao arrendamento tradicional e mais 6% que transferiram imóveis que estavam colocados no arrendamento tradicional para o arrendamento de curta duração.

"Metade dos respondentes acham que o imobiliário e arrendamento é um mercado com margens cada vez menos atrativas. Uma larga fatia de proprietários (43%) considera que o imobiliário e arrendamento são mercados burocráticos e difíceis de entender. Para 29%, é um investimento que exige custos operacionais excessivos, mas ainda assim, para quase um quarto dos respondentes (24%), é um mercado rentável e seguro para investir", pode ler-se no comunicado da ALP. Só 2% dos senhorios inquiridos celebraram contratos ao abrigo dos programas de arrendamento acessível ou do Programa "Arrendar para Subarrendar", criado no âmbito do pacote "Mais Habitação".

E quem é senhorio em Portugal? É uma 'profissão' envelhecida, mostra o barómetro, que indica que sensivelmente metade da amostra (48,2%) pertence à terceira idade, com mais de 65 anos, sendo que 33,9% tem mesmo entre 65 e 75 anos. Há apenas 1% de jovens proprietários com idade até aos 34 anos.

Mais de metade dos inquiridos (51,4%) revela ser dono de até cinco imóveis e mais de dois terços da amostra (76,4%) até dez. A maioria (93%) tem os imóveis colocados no mercado de arrendamento tradicional, 11% diz ter as casas em arrendamento de curta duração e 7,6% revela ter os imóveis alocados a arrendamento a estudantes. O barómetro da ALP revela ainda que "mais de metade dos senhorios auferem pelos imóveis que têm colocados no mercado, até três salários mínimos nacionais brutos (2460 euros)".

"Este valor mantém-se totalmente estável ao longo das sete edições do barómetro. Os senhorios pertencem à classe média baixa. Pelos critérios de transição das rendas anteriores a 1990 para o NRAU teriam carência económica. Muitos dos nossos associados passam grandes dificuldades financeiras pois suportam rendas congeladas muito baixas", sublinha ao DN/Dinheiro Vivo Diana Ralha, diretora da ALP (*ver entrevista ao lado*).

Dos inquiridos para o barómetro, 56,4% revelaram ter contratos de arrendamento anteriores a 1990, ou seja, as chamadas rendas congeladas. E mais de metade destes recebem entre 50 e 100 euros de renda.

ilidia.pinto@dinheirovivo.pt

Diana Ralha

"Há condições para reverter políticas erradas aprovadas nos últimos anos"

ARRENDAMENTO Diretora da Associação Lisbonense de Proprietários defende que "há uma relação direta entre impunidade e incumprimento" no pagamento das rendas.

ENTREVISTA **CARLA ALVES RIBEIRO**

O que levou mais de 20% dos proprietários a não procederem à atualização de 6,94% das rendas prevista pela lei?
O coeficiente legal está desde o início da década de 90 com valores muito baixos – tão baixos quanto a inflação registada. Muitas vezes era tão baixo, que aplicado a rendas igualmente baixas, nem suportava os custos com o correio registado que implicava.
A ALP defende há muito que este coeficiente de atualização legal não faz qualquer sentido e tem de ser revisto. O segundo motivo é que houve uma grande noção de muitos proprietários de que se fosse aplicado o coeficiente legal, que não espelha mais do que a inflação, tal colocaria os inquilinos em risco de incumprimento e em dificuldades.

O barómetro revela que há mais senhorios com rendas em atraso há mais de seis meses. Um eventual descongelamento das rendas agravaria este cenário?
É um dado muito preocupante. Ao longo das sete edições do Barómetro tivemos sempre dados consistentes de incumprimento entre 1 em cada quatro ou 1 em cada 5 senhorios a assumirem rendas em atraso, mas com a maior fatia a fixar-se em dois a três meses. Não há uma ligação entre descongelamento de rendas e incumprimento. Há uma relação direta entre impunidade e incumprimento. Os arrendatários sabem que se deixarem de pagar a renda nada vai acontecer. Se o fizerem a um crédito à habitação, não há essa impunidade. Se não pagarem a conta do supermercado, também não. Mas podem manter-se numa casa que não é sua, sem cumprir contratualmente aquilo que se comprometeram durante mais de dois ou três anos. Porque a justiça não funciona e não há mecanismos céleres que previnam o incumprimento sistemático. Há inquilinos que são reincidentes porque há total impunidade. Há um prémio de risco nesta atividade também por isso.

O que explica a baixa adesão dos proprietários aos programas Arrendamento Acessível e Arrendar para Subarrendar?



É uma verdadeira tragédia. São programas que deveriam ser um sucesso, que têm tudo para atrair proprietários para as enormes benesses prometidas. Mas falham porque são várias as gerações de senhorios que sabem que o prometido não é devido quando o tema é arrendamento em Portugal. Os riscos político e fiscal em Portugal são muito grandes. O que hoje vale amanhã é alterado e sem qualquer justificação. A confiança é um pilar-mestre neste mercado. Não existindo, não convence nem os proprietários portugueses nem os investidores estrangeiros.

O que espera a ALP do novo Governo?
Uma mudança rápida e inequívoca das políticas de habitação para a retoma da confiança dos proprietários. Não pode haver solução desta grave crise sem os privados, muito menos com medidas hostis sobre estes. Conhecemos os programas dos três partidos de direita que foram sufragados e que formam a confortável maioria que há no Parlamento, e sabemos que há condições para reverter muitas das políticas erradas que ao longo dos últimos anos foram aprovadas. Para a ALP, a primeira medida e mais simbólica de todas é ter a coragem de acabar com o escandaloso congelamento de rendas que vigora há mais de cem anos em Portugal e que o Mais Habitação vergonhosamente perpetua. Este é o pecado original da crise de habitação no nosso país. Vale 16% de todo o arrendamento e mais de metade do mercado em Lisboa e Porto. É o espinho que distorce todo o mercado, há várias gerações, e que destruiu a possibilidade de muitos jovens terem habitação a preços acessíveis.

carla.ribeiro@dinheurovivo.pt


PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGEN

Votação do pré-acordo laboral para três anos termina às 17h na fábrica de Palmela.

Trabalhadores da Autoeuropa decidem aumento de 6,4%

TRABALHO Votação de pré-acordo laboral chega esta quarta-feira ao fim. Caso seja aprovado, vai vigorar até 2026 para 5 mil pessoas.

TEXTO **JOSÉ VARELA RODRIGUES**

Termina esta quarta-feira a votação de um novo pré-acordo laboral para os anos de 2024, 2025 e 2026 na Volkswagen/Autoeuropa. Em causa está um pré-acordo que garante aos trabalhadores um aumento salarial de 6,8%, em 2024, e de 2,6%, ou 0,6% acima da inflação, em 2025 e 2026. A valorização percentual visa salários base, subsídios de turno e trabalho ao fim de semana. Todos os incrementos pré acordados com a administração da fábrica de Palmela terão retroatividade a janeiro de 2024.

O pré-acordo votado assegura também um prémio de objetivos anual que poderá proporcionar, em média, mais de 2500 euros a cada trabalhador. Está também previsto um prémio único, a atribuir no próximo ano, que deverá ser equivalente a um mês de salário, pelo lançamento do novo modelo híbrido T-Roc (a produzir em 2025, nas instalações de Palmela).

Em comunicado, a comissão de trabalhadores da Volkswagen/Autoeuropa explica que "os aumentos salariais atingidos só foram possíveis a um acordo a três anos", sendo o principal objetivo manter a paz social na empresa.

"Com os aumentos salariais sempre acima da inflação garante-se assim que em todos os anos do acordo os trabalhadores ganhem sempre poder de compra, independentemente de a inflação subir ou descer", lê-se no esclarecimento da comissão de trabalhadores sobre o acordo em causa, emitido no dia 1 de abril.

A estrutura liderada por Rogério Nogueira refere, ainda, que este pré-acordo surgiu das negociações com a administração da empresa, após os plenários de trabalhadores, com o objetivo de "obrigar a empresa a ir mais longe nas negociações e assim conseguir um melhor resultado".

> Pré-acordo entre comissão de trabalhadores e administração da fábrica de Palmela garante aumentos salariais até 2026, com retroativos a janeiro deste ano.

"Com a instabilidade mundial a que todos assistimos, qualquer fator externo ou interno pode ser condicionador para uma futura negociação, se algo acontecer nesse sentido, este acordo a três anos, salvaguarda os trabalhadores da Autoeuropa, os seus rendimentos e o seu poder de compra", lê-se na nota.

Para a comissão de trabalhadores, a ser aprovado, este pré-acordo dará uma "garantia de estabilidade" que permite posicionar a empresa "de uma forma mais estruturada para a obtenção de um novo modelo após o Troc NF, que terá de acontecer até 2026".

Caso seja aprovado, o pré-acordo laboral garante "um dos aumentos salariais mais altos na história da Volkswagen/Autoeuropa", de acordo com uma comunicação interna aos trabalhadores, assinada pelo diretor-geral, Thomas Hegel Gunther. Mas, ao mesmo tempo, diz o gestor, o pré-acordo também "dificulta a situação financeira e aumenta o custo de fábrica", sendo que o "custo de produção da fábrica é crucial para a empresa ganhar mais um carro".

A Volkswagen/Autoeuropa produziu um total de 220 100 T-Roc, único modelo em produção na fábrica de Palmela este ano. *jose.rodrigues@dinheirovivo.pt*

Israel entre a ameaça do Irão e a pressão da comunidade internacional

GUERRA Líder supremo iraniano prometeu punir Israel pelo bombardeamento do consulado de Teerão em Damasco. Telavive não admitiu esta ação, mas assumiu um ataque "não-intencional" em Gaza que matou sete trabalhadores humanitários da World Central Kitchen.

TEXTO **ANA MEIRELES**

A tensão no Médio Oriente atingiu um novo pico esta semana depois de Israel ter sido responsabilizado pelos ataques aéreos mortais na segunda-feira contra o edifício do consulado iraniano na capital da Síria, que mataram vários generais da Guarda Revolucionária, com Teerão – que apoia o Hamas e vários outros grupos que lutam contra Israel e os seus aliados em toda a região – a prometer vingança contra Telavive. Ao mesmo tempo, o primeiro-ministro israelita assumiu a responsabilidade pela morte de sete funcionários da organização não-governamental World Central Kitchen na sequência de um bombardeamento na noite de segunda-feira na Faixa de Gaza, enquanto a comunidade internacional, incluindo os Estados Unidos, exige explicações pelo sucedido.

O líder supremo do Irão, o *ayatollah* Ali Khamenei, prometeu ontem punir Israel pelo ataque de segunda-feira em Damasco que matou 13 pessoas, incluindo sete elementos (entre os quais dois generais) da Guarda da Revolução iraniana. O ataque, que não foi reivindicado pelas Forças de Defesa de Israel, destruiu o edifício que abrigava o consulado e a residência do embaixador do Irão em Damasco. "O regime sionista perverso será punido pelos nossos bravos homens", disse o líder iraniano num comunicado citado pela AFP. "Faremos com que se arrependa deste crime e de outros", reagiu Khamenei, apresentando condolências aos familiares das vítimas.

Sem admitir diretamente responsabilidades no ataque em Damasco, o ministro da Defesa israelita afirmou ontem que Telavive está a travar uma guerra em múltiplas frentes e atua diariamente em todo o lado para dissuadir ameaças. "Agimos em todo o lado, todos os dias, para impedir que os nossos inimigos ganhem força e deixar claro a qualquer um que nos ameace, em todo o Médio Oriente, que o preço será elevado", afirmou Yoav Gallant no Parlamento israelita.

De acordo com vários analistas, este ataque contra o Consulado do Irão e atribuído a Israel pode desencadear uma repercussão da guerra em Gaza por toda a região, uma escalada que Teerão procurou evitar até agora. Ali Vaez, do Grupo de Crise Internacional, classificou o ataque como "uma escalada significativa", referindo que Israel "ultrapassou os limites". "É mais provável que o Irão imponha um custo a Israel, mas é provável que o faça de forma indireta e através dos seus parceiros e representantes na região. O dilema do Irão é que a falta de resposta pode mostrar fraqueza a Israel, mas a retaliação corre o risco de uma ação mais dura dos EUA ou de Israel", acrescentou.

Já Nick Heras, do New Lines Institute for Strategy and Policy, defende que este ataque pode mostrar que Israel pode estar a preparar-se para um conflito regional mais abrangente. "Israel vê os conflitos contra o Hamas, em Gaza, e o Hezbollah, no Líbano, como duas frentes numa guerra transnacional contra o Irão, que os iranianos dirigem a partir de Damasco", disse, acrescentando que Netanyahu "espera que Israel tenha de travar em breve uma guerra regional com o Irão" e que os Estados Unidos se juntem a ela.

De referir que os Estados Unidos avisaram Teerão que não estiveram envolvidos no ataque ao consulado, segundo uma fonte da Administração Biden citada pelo *site* Axios. Os aliados do Irão em toda a região e fora dela ofereceram apoio, desde o Qatar à Arábia Saudita, Iraque e Líbano. A China condenou os ataques e a Rússia culpou Israel por um "ataque inaceitável", enquanto a União Europeia se mostrou "alarmada com o suposto ataque israelita", alertando contra qualquer escalada depois da promessa de vingança por parte de Teerão. "Nesta situação regional altamente tensa, é realmente da maior importância mostrar moderação, porque a nova escalada na região não é do interes-



Espanha vai reconhecer Palestina

Espanha prevê reconhecer o Estado da Palestina até julho, disse o primeiro-ministro, Pedro Sánchez, que espera novidades relacionadas sobre este assunto nos próximos meses, no âmbito de instâncias como a ONU, que levarão vários países a fazer o mesmo. Segundo vários *media* espanhóis, Sánchez fez estas considerações numa "conversa informal" com jornalistas a bordo do avião em que viajou, na segunda-feira à noite, para a Jordânia, onde ontem iniciou um périplo por três países do Médio Oriente para abordar a situação na Faixa de Gaza e o conflito israelo-palestiniano. Na semana passada, Espanha, Malta, Eslovénia e Irlanda anunciaram estarem prontos para reconhecer o Estado da Palestina e insistiram que é necessário um "cessar-fogo imediato". Os quatro países comprometeram-se a reconhecer o Estado palestiniano quando "se traduza numa contribuição positiva e as circunstâncias sejam as corretas". A Palestina é reconhecida por 138 dos 193 países-membros das Nações Unidas.





O carro onde seguiam os funcionários da WCK atacado em Gaza.


Iranianos manifestam-se em Teerão contra o ataque em Damasco, queimando bandeiras de Israel e dos EUA.

EPA / ABEDIN TAHERKENAREH


EPA / MOHAMMED SABER

se de ninguém", disse o porta-voz da UE, Peter Stano.

Numa outra frente, Israel assumiu ontem a responsabilidade pela morte de sete funcionários da organização não-governamental World Central Kitchen (WCK) na sequência de um bombardeamento na Faixa de Gaza, com o Benjamin Netanyahu a afirmar que este foi um ataque "não-intencional". "Infelizmente, ontem [segunda-feira], aconteceu um incidente trágico. As nossas forças atingiram de forma não-intencional inocentes na Faixa de Gaza. Isto acontece numa guerra. Estamos em contacto com os Governos e faremos todo o possível para que não volte a acontecer", declarou o primeiro-ministro israelita. Entre os sete mortos estão três britânicos, um polaco, um australiano, um americano-canadiano e um palestiniano. Antes destas declarações, o Exército israelita já havia prometido investigar o ataque.

A ONG explicou que um dos seus veículos foi atacado na noite de segunda-feira pelo Exército israelita ao passar por Deir al-Bala, no centro da Faixa de Gaza, depois de sair de um armazém onde tinham descarregado 100 toneladas de alimentos, num movimento coordenado com as autoridades israelitas.

O porta-voz das Forças de Defesa de Israel, Daniel Hagari, disse que falou pessoalmente com o *chef* espanhol radicado nos Estados Unidos José Andrés, fundador desta organização não-governamental que fornece refeições em cenários de guerra ou catástrofes naturais, para expressar as condolências pela morte dos trabalhadores. Na sequência do ataque, a World Central Kitchen anunciou que vai suspender as operações na região e responsabilizou o Exército israelita, considerando que se tratou de um ato imperdoável. "O Governo israelita tem de acabar com esta matança indiscriminada" e "precisa de deixar de restringir a ajuda humanitária, de deixar de matar civis e trabalhadores humanitários, e de deixar de usar a comida como arma", escreveu Andrés na rede social X. A ONG espanhola Open Arms anunciou também que os navios que iam entregar ajuda humanitária a Gaza regressaram à base em Chipre com boa parte da carga

> Israel trava uma guerra em múltiplas frentes e atua diariamente "em todo o lado" para dissuadir ameaças, afirmou ontem o ministro da Defesa israelita, Yoav Gallant, sem admitir diretamente responsabilidades no ataque em Damasco na segunda-feira.

União Europeia, Estados Unidos Polónia, Austrália e Reino Unido são alguns dos países que exigiram ontem explicações a Israel por estas mortes. O chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, condenou o ataque e pediu para ser aberta uma investigação "o mais rapidamente possível", como escreveu na rede social X. "Apesar de todos os apelos para proteger os civis e os trabalhadores humanitários, continuamos a ver pessoas inocentes a ser mortas", acrescentou.

Também Radoslaw Sikorski, ministro dos Negócios Estrangeiros da Polónia, país de uma das vítimas, exigiu explicações de Israel, adiantando que Varsóvia planeia conduzir a sua própria investigação.

Entre as vítimas contavam-se também três britânicos, o que levou a ministra da Educação, Gillian Keegan, a recordar que Londres instou Israel "a fazer mais para proteger os civis" e para permitir a entrada de ajuda humanitária em Gaza.

A Austrália, através do seu primeiro-ministro, Anthony Albanese, defendeu que tem de haver uma "responsabilização total". A mesma posição foi tomada pelo secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, que afirmou que os Estados Unidos querem "uma investigação rápida, completa e imparcial para entender exatamente o que aconteceu. Blinken pediu ainda a Israel para que "faça mais para proteger vidas de civis inocentes, sejam eles crianças palestinianas inocentes ou trabalhadores humanitários".

ana.meireles@dn.pt

Drones ucranianos alcançam alvos a mais de mil quilómetros

GUERRA Refinaria e fábrica de montagem de aeronaves não-tripuladas foram os alvos deste ataque com aparelhos dotados de Inteligência Artificial.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

A Ucrânia atacou alvos na Crimeia ocupada e no interior da Rússia, no mesmo dia em que Moscovo afirma ter capturado 400 quilómetros quadrados de território ucraniano desde o início do ano.

Drones ucranianos atingiram uma central elétrica em Sebastopol, na Crimeia, tendo deixado uma parte da cidade portuária sem energia. Também através de aeronaves não-tripuladas, Kiev atingiu uma refinaria e uma fábrica de montagem de *drones* de tecnologia iraniana (Shahed).

Os ataques aconteceram a mais de 1100 quilómetros de território ucraniano, em Nizhnekamsk e em Yelabuga, respetivamente, ambos no Tartaristão. Na fábrica de *drones* terão ficado feridas 13 pessoas, "estudantes e menores" incluídos, segundo o líder daquela república, Rustam Minnikhanov. O canal independente russo Dozhd (também conhecido como TV Rain) e que emite desde 2022 a partir da Letónia, emitiu uma reportagem sobre esta unidade de produção de *drones* que emprega estudantes à força, incluindo africanos, para poder montar até mil unidades por ano.

Um deputado russo, Andrey Kartapolov, duvidou da capacidade ucraniana para alcançar alvos tão distantes. "Não é um facto que tenham sido lançados a partir do território da Ucrânia. Também é possível que tenha sido feito a partir da Ásia Central, porque as áreas do lado noroeste não são praticamente controladas nem pelo ar, nem por sistemas de radar", considerou.

Segundo a CNN, os *drones* ucranianos estão equipados com uma forma básica de Inteligência Artificial de modo a ultrapassar as barreiras defensivas.

O facto é que a Ucrânia tem vindo a fazer a Rússia provar do seu veneno, ao levar a guerra para território russo. Os *drones* chegaram a Moscovo e São Petersburgo, mas mais do que esses ataques simbólicos, nos últimos meses os alvos passaram a ser as refinarias e demais infraestruturas de energia. Segundo uma estimativa da Reuters, realizada antes deste último ataque, a Rússia perdeu 14% da capacidade de produção de petróleo.

O ministro russo da Defesa, Sergei Shoigu, afirmou que as suas forças conquistaram 403 km^2 de território ucraniano em 2024. Para suster esse avanço, a Alemanha indicou contribuir com 576 milhões de euros para a aliança liderada por Praga para a aquisição de munições.

A outro nível, o grupo de contacto de Ramstein, que coordena a assistência militar e que é liderada pelos EUA, deverá ser transferida para a NATO. O objetivo é prevenir os eventuais efeitos da hipotética eleição de Donald Trump, avança o Politico. Já o secretário de Estado norte-americano Antony Blinken, em visita a Paris, disse que o seu país está a trabalhar "dia após dia" para impedir as transferências de armas para a Rússia, em especial do Irão, Coreia do Norte e China.


MINISTÉRIO DA DEFESA DA RÚSSIA / AFP

Shoigu disse que este ano a Rússia tomou 400 km^2 à Ucrânia.



Daniel Alves

"As divisões políticas são um dos aspetos mais dinâmicos e mutáveis da Revolução Francesa"

CICLO ACADEMIA DAS CIÊNCIAS *A Revolução Francesa e os Direitos do Homem: Silêncios e Contradições* é o tema que abre o ciclo de conferências *online*, de acesso aberto, promovido pela Academia das Ciências de Lisboa. Até 14 de maio, o debate recai sobre a *Diversidade Cultural, Desenvolvimento e Direitos Humanos*. O primeiro momento, a 3 de abril (18.00 horas), é entregue a Daniel Alves, Professor Auxiliar do Departamento de História e investigador do Instituto de História Contemporânea, da Nova–FCSH.

ENTREVISTA **JORGE ANDRADE**

Em dezembro de 1948 a Assembleia-Geral das Nações Unidas adotava e proclamava a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Decorridos 75 anos após a publicação do documento composto por 30 artigos, a Academia das Ciências de Lisboa (ACL), através do Instituto de Altos Estudos, inicia um ciclo de conferências sobre *Diversidade Cultural, Desenvolvimento e Direitos Humanos*. O debate, aberto a toda a sociedade e com acesso livre, *online*, via plataforma Zoom, visa "promover uma reflexão ampla e abrangente sobre o tema dos Direitos Humanos", sublinha a instituição sediada na capital.

Até maio deste ano, sempre às quartas-feiras (18.00-19.00 horas), "são interpeladas várias áreas do conhecimento como História, Filosofia, Direito, Literatura e Medicina, de modo a propiciar um diálogo enriquecedor e estimulante. Abordar-se-ão as origens históricas dos Direitos Humanos, seus fundamentos filosóficos, bases legais, expressões literárias, bem como questões emergentes de saúde e de cidadania que passam pela qualidade da educação e da formação", adianta a ACL. Ainda de acordo com a mesma fonte, este ciclo "pretende contribuir para a apropriação pela sociedade de um tema fundamental, promovendo a diversidade cultural e o conhecimento dos princípios e práticas de uma cidadania comprometida com os direitos de toda a família humana", conclui a ACL.

À conferência na Academia das Ciências de Lisboa leva uma questão para reflexão: *A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão aprovada em agosto de 1789 era um texto de muitos compromissos, algumas contradições e outras tantas omissões ou silêncios*. Antes de nos determos nas contradições, omissões e silêncios, gostaria de o ouvir a propósito dos compromissos. Um compromisso subentende um acordo mesmo quando há visões opostas e tensões. Nesse sentido, a que compromissos se refere?

O primeiro compromisso resultou do esforço de conciliar 35 textos diferentes que foram presentes à Assembleia Nacional entre junho e agosto de 1789. Mas foram necessários compromissos igualmente para gerar um consenso mínimo entre grupos sociais e políticos que estavam em oposição mesmo antes do início dos Estados Gerais, mais tarde Assembleia Nacional, reunidos em maio desse ano. Uma grande maioria dos representantes da nobreza e pouco mais de metade dos representantes do clero opunham-se inicialmente às reivindicações dos membros do Terceiro Estado e só a tomada da Bastilha, em 14 de julho, permitiu desbloquear alguma resistência. Mesmo dentro do Terceiro Estado existiam grupos que pretendiam manter as prerrogativas do rei e outros que consideravam que Luís XVI deveria ter os seus poderes cerceados. Havia ainda debate sobre o papel da religião e da liberdade de expressão, entre outras questões. Tendo tudo isto em conta, o texto final foi o mínimo denominador comum às diferentes sensibilidades políticas e sociais em presença.

No seguimento da sua citação: A que contradições alude?

Talvez se possa falar mais corretamente em limites ou hesitações. Se é certo que a *Declaração* apenas refere "direitos", ao contrário da versão de 1795 que também enumera "deveres", não deixa de impor limites. Por exemplo, se por um lado é reconhecido aos cidadãos o direito natural de resistência à opressão [artigo 2.º], por outro é referida como crime a resistência à lei votada pelos seus representantes [artigo 7.º]. No caso da liberdade, outro dos direitos naturais, a mesma é limitada pela necessidade de proteção e segurança dos indivíduos [artigos 4.º e 5.º] e pela necessidade de proteger a ordem [artigos 5.º, 10.º e 11.º]. Estavam ainda ausentes da declaração os direitos sociais, apesar de terem sido inscritos em cerca de metade dos textos inicialmente propostos para o debate. Entre as hesitações que se percebem na declaração está o caso da liberdade de expressão, para a qual se definem também certos limites, a estabelecer pela lei, para evitar "abusos" que se pressupunha que poderiam acontecer [artigo 11.º]. Mesmo que se afirmasse que ninguém poderia ser molestado pelas suas opiniões, o certo é que essas não poderiam colidir com a manutenção da ordem pública [artigo 10.º].

Quando nos fala em "omissões e silêncios" refere-se, especificamente, à questão do papel da mulher na referida *Declaração* e à sensível questão da escravidão que se manteve legitimadas nas Colónias Francesas? No fundo a existência dos chamados cidadãos ativos e passivos.

O papel político das mulheres e a escravatura, ou até os direitos dos homens negros livres, são algumas dessas omissões ou silêncios, sim, mas também a questão religiosa ou da cidadania de grupos religiosos minoritários ficou ausente da *Declaração*. Contudo, todas estas questões eram já debatidas na sociedade francesa, em alguns casos há várias décadas pelos Iluministas, tendo estado presentes nos debates públicos pré-revolucionário, entre 1787 e 1789. Entre outros, Olympe de Gouges publicou panfletos defendendo um papel mais ativo para as mulheres. Em 1788, foi fundada a Sociedade dos Amigos dos Negros que defendia, com certas condições, o fim da escravatura. Em 1787 já tinha sido reconhecido o direito de cidadania aos protestantes, mas não aos judeus. Tudo isto estava presente quando se iniciou o debate sobre a *Declaração*, em junho de 1789. Mas há outros dois grandes silêncios: nada é dito sobre o rei e o seu papel; nada é dito sobre a Igreja Católica, religião oficial da França à época.

Ainda a propósito da questão dos direitos das mulheres, não resisto em trazer à conversa outra declaração redigida por Marie Gouze em 1791, a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* ("Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos"). Que destino teve este documento e a sua autora?

Marie Gouze adotou o nome público de Olympe de Gouges, tendo sido guilhotinada pelos jacobinos em novembro de 1793 com a alegação de traição e "excesso de imaginação", segundo a historiadora Joan Scott. No fundo, mesmo para homens políticos profundamente comprometidos com ideias progressistas, a noção de que as mulheres deveriam ser consideradas como iguais e com direitos políticos similares aos dos homens era um excesso que não estavam preparados para reconhecer no século XVIII. Além disso, como refere a mesma historiadora, De Gouges imaginou ou sonhou o papel da mulher como estando acima das diferenças entre homens e mulheres, mas ao mesmo tempo compreendendo em si características de ambos. Além de ter redigido a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, de Gouges foi dramaturga e panfletária. A sua Declaração, publicada em setembro de 1791, foi recebida com muita cautela, pois a maioria dos políticos da época ainda não aceitava ver a mulher com direitos políticos iguais aos dos homens. Para os mais radicais, a *Declaração* foi vista com suspeita por De Gouges a ter dedicado à rainha Maria Antonieta. Em 1793, num dos seus panfletos, denunciou ainda o que considerava serem os crimes de Robespierre, à época figura destacada dos Jacobinos no poder. Antes tinha defendido o rei Luís XVI durante o seu julgamento. Estas posições, antagónicas ao jacobinismo, terão contribuído para a sua posterior prisão e execução.

Direitos das Minorias em debate

O ciclo de conferências *Diversidade Cultural, Desenvolvimento e Direitos Humanos* prossegue a 10 de abril (18.00) com o tema *Diversidade Cultural e Direitos das Minorias no Direito Internacional dos Direitos humanos: Teoria e Prática*, com a presença de Patrícia Jerónimo, professora associada na Escola de Direito da Universidade do Minho.


REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

"O papel político das mulheres e a escravatura, ou até os direitos dos homens negros livres, são algumas dessas omissões ou silêncios [da Declaração Universal dos Direitos Humanos*]."*

Em momento anterior sublinhou que "a Constituição aprovada em 1791 se apresentava menos avançada do que o texto da *Declaração*", não obstante esta lhe servir de preâmbulo. O que se perdeu de um para o outro documento?
Talvez não se possa dizer que se perdeu algo. Entre a *Declaração* de 1789 e a Constituição de Setembro de 1791 foi preciso tornar reais, concretos, muitos dos direitos abstratamente enunciados no primeiro documento. A liberdade de expressão, por exemplo, foi matizada e circunscrita na Constituição. O papel do rei foi definido, sendo-lhe concedido o direito de veto sobre as leis da Assembleia, por exemplo. Os cidadãos que tinham direitos iguais, foram categorizados e divididos em termos políticos entre cidadãos ativos, que podiam votar, e passivos, que não tinham esse direito. São alguns exemplos.

A Sociedade dos Amigos dos Direitos do Homem e do Cidadão (*Clube dos Cordeliers*) não incluiu na sua designação uma referência à Constituição. Há uma leitura que possamos retirar desta omissão, nomeadamente as divisões políticas que o documento originou?
As divisões políticas são um dos aspetos mais dinâmicos e mutáveis da Revolução Francesa, evoluindo constantemente entre 1789 e 1795. Cada nova fase da Revolução foi acompanhada, por vezes no mesmo ano, por mudanças de campo político muito significativas. Aqueles que num determinado momento eram considerados mais radicais ou avançados, no momento seguinte poderiam ser ultrapassados e passavam a ser vistos como moderados. É o que acontece com os clubes políticos, sendo o dos Cordeliers um desses casos. Em 1790, ao contrário do *Clube dos Jacobinos* e, em 1791, do *Clube dos Feuillants*, os Cordeliers ou Franciscanos não incluíram no nome oficial do clube a palavra "Constituição" precisamente por considerarem que os debates do texto constitucional indicavam cedências moderadas. Contudo, em 1794, quando os Jacobinos estão no poder, o *Clube dos Jacobinos* torna-se o clube político mais radical, sendo alguns membros dos Cordeliers, como Danton ou Camille Desmoulins, guilhotinados precisamente sob a acusação de moderação. Tudo era muito volátil neste período, mas inicialmente, entre 1789 e 1791, ser adepto da *Declaração* era pertencer ao lado mais avançado da Revolução.

Não obstante o texto de agosto de 1789 se ter tornado referência para as instituições francesas, na realidade há outras duas declarações dos Direitos do Homem, a de 1793 e a de 1795. De que forma estes documentos refletem a evolução política da Revolução Francesa?
Efetivamente, podemos associar cada uma das declarações, que correspondem aos preâmbulos de cada uma das Constituições (1791, 1793 e 1795), como sendo produto de fases distintas da Revolução. A de 1789, com as suas inovações e avanços, não deixa de ser vista como relativamente moderada quando comparada com a de 1793. Esta reforçava os direitos, dando um maior destaque à questão da igualdade e referenciando o que poderíamos chamar de direitos sociais, como a felicidade comum, a educação, a assistência ou o direito à vida. Era o reflexo de um momento político mais radicalizado, vivido já depois de abolida a monarquia, em 1792, e morto o rei, em janeiro de 1793. Por sua vez, em 1795, pretendendo por fim aos excessos revolucionários do período do "Terror", os deputados votam uma nova declaração que não só enunciava os direitos, mas também os deveres dos cidadãos.

Acesso à conferência:
https://videoconf-colibri.zoom.us/j/93023760525
ID Reunião: *93023760525*

Aragonès volta a pôr em cima da mesa possibilidade de referendo na Catalunha

ESPANHA Governo rejeita ideia lançada pelo líder da Generalitat, defendendo que essa não é a linha do Executivo, nem a vontade da maioria dos catalães.

TEXTO **ANA MEIRELES**

O presidente da Generalitat sugeriu ontem a utilização do artigo 92.º da Constituição Espanhola como uma "via ótima" para levar a cabo um referendo sobre a independência da Catalunha. Uma possibilidade que já foi recusada pelo Governo espanhol, liderado por Pedro Sánchez.

Esta sugestão foi avançada por Pere Aragonès depois de receber um documento do Institut d'Estudis d'Autogovern, um centro de investigação veiculado ao Governo Catalão, sobre as possíveis vias jurídicas para um potencial referendo.

"Votar sobre a independência é possível no atual marco legislativo e é apenas uma questão de vontade política, como a amnistia", defendeu o governante da Esquerda Republicana Catalã. A pergunta a fazer seria "Quer que a Catalunha seja um Estado independente?" e teria uma resposta de "Sm" ou "Não". "A pergunta é inequívoca e clara, para cumprir com todos os parâmetros internacionais", prosseguiu.

Aragonès explicou ainda que o documento elaborado pelo IEA diz que a via do artigo 92.º – que diz que "as decisões políticas de especial importância podem ser submetidas a um referendo consultivo de todos os cidadãos" – "é prioritária" e que se devia apostar num referendo acordado entre as partes e circunscrito apenas à Catalunha, "sem percentagens mínimas, nem limites de participação". De acordo com o presidente da Generalitat, esta consulta seria um ponto de partida para uma potencial negociação entre o próximo *govern*, que sairá das eleições catalãs de 12 de maio, e o Executivo de Madrid.

E de Madrid não tardou em chegar uma resposta a este cenário de um possível referendo independentista, com a ministra porta-voz do Governo a dizer que a proposta é "absolutamente antagónica" à posição do Executivo de Pedro Sánchez e que "não é querida pela maioria da sociedade catalã". "Não é não", sublinhou Pilar Alegría.

De acordo com a também ministra da Educação, o Governo espanhol tem como ambição o "caminho do reencontro" e da reconciliação, e deverá ser nessa linha que as duas partes devem continuar a "trabalhar e caminhar".

Mais duro, o presidente do Partido Popular criticou Pere Aragonès por voltar "à conversa da independência", mas também Pedro Sánchez, dizendo que o primeiro-ministro deveria "romper hoje mesmo" com os seus parceiros independentistas.

"Se Sánchez tivesse sentido de Estado não deixaria sequer que apresentassem esta proposta de referendo, romperia hoje mesmo com os seus parceiros e punha fim a esta viagem sem retorno. A Catalunha não merece mais fugas para a frente", declarou ainda Alberto Núñez Feijóo.

ana.meireles@dn.pt


JOSEP LAGO / AFP

Aragonès diz que pergunta do referendo seria inequívoca.

Processo de identificação de vítimas da purga de 1977 mina reconciliação em Angola

JUSTIÇA Cinco anos depois de João Lourenço ter criado uma Comissão de Reconciliação e dois anos após ter pedido desculpas às famílias das vítimas, a pacificação está longe de ser realidade. Órfãos e sobreviventes criticam a Comissão.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

As associações de familiares das vítimas do 27 de Maio de 1977 voltaram a entrar em choque com a Comissão de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (Civicop) de Angola, pela forma como esta tem conduzido o processo de identificação das ossadas do episódio mais chocante de Angola pós-independência (*ver caixa*). "Não se pode fazer uma entrega [de restos mortais] em que mais parece que estamos a tratar de um assunto banal, quando é um assunto tão sensível", disse um membro da associações dos órfãos M27 ao DN.

A Plataforma 27 de Maio, que reúne a M27, o Grupo de Sobreviventes do 27 de Maio de 1977 e a Associação 27 de Maio (de sobreviventes e familiares das vítimas), reagiu mais uma vez à abordagem da Civicop, em especial, mas não só, à questão da identificação das vítimas. Desta vez o que desencadeou a reação foi uma reportagem emitida há dias pela Televisão Pública de Angola (TPA). Os jornalistas da TPA seguiram as equipas dedicadas à localização e identificação das vítimas, tendo posto a descoberto três valas comuns junto do Aeroporto Albano Machado, no Huambo. Estas poderão conter restos de até 90 pessoas. Na peça televisiva foram identificados alguns dos nomes de militantes do MPLA, "figuras sonantes que podem ter sido depositadas" nas referidas valas.

O problema é que, como já foi denunciado há mais de um ano pelas referidas associações, Angola não tem ao seu dispor a tecnologia para identificar as vítimas. E quando uma equipa forense portuguesa, sob a direção do ex-presidente do Instituto Nacional de Medicina Legal e professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, pôde analisar as ossadas atribuídas a destacados dirigentes do MPLA como José Van Dunem, Sita Valles ou Rui Coelho, concluiu-se que não havia qualquer ligação.

"De facto, Angola não dispõe da tecnologia de *ADN em ossos* que permita efetuar a correspondência com o ADN recolhido em sangue, saliva ou cabelos, fornecidos pelos familiares", lamenta a Plataforma 27 de Maio, em comunicado, pondo em causa a pretensa identificação das ossadas nas valas comuns do Huambo.

Para um dirigente da M27, que optou pelo anonimato, uma vez que esta questão continua ser muito sensível em Angola, a questão do ADN é central porque "esta situação deve ser tratada com o maior rigor científico e técnico e deve envolver peritagem internacional". O facto de isso não estar a acontecer é "muito preocupante, porque se está a tratar de uma matéria extremamente sensível, que são as ossadas e a respetiva entrega às famílias". Prossegue: "Tem de haver um comprometimento técnico absoluto no sentido de se ter a certeza de que as ossadas, por via dos exames de ADN, pertencem à família X ou à família Y. Não se pode fazer uma entrega em que mais parece que estamos a tratar de um assunto banal, quando é um assunto tão sensível e que toca a tantas famílias."

Na reportagem deu-se voz a um conjunto de pessoas como o Soba, o rei do Bailundo, a governadora do Huambo e o presidente da Fundação 27 de Maio, general Silva Mateus, todos em tom elogioso para com os trabalhos da Civicop.

A Plataforma 27 de Maio, não ouvida pela TPA, tem outra opinião: "A Civicop mantém a opção pelo faz de conta, embuste e propaganda, sendo lamentável a participação de governadores, autoridades tradicionais e outros, bem como o desrespeito pelos sentimentos das famílias das vítimas do Huambo, a quem não foi prestada informação prévia."

O conjunto das associações terminam o comunicado com um apelo para o estabelecimento de uma Comissão da Verdade que permita uma reconciliação nacional, não sem antes lembrar que as famílias continuam "apartadas do processo, não podendo conhecer, participar ou sindicar de forma efetiva os procedimentos adotados", na prática "agravando ainda mais a dor da ferida aberta que não sara" face à "incerteza do destino dos seus entes queridos".

Nem a Civicop, nem o Governo angolano responderam ao comunicado da Plataforma 27 de Maio.

cesar.avo@dn.pt



Reportagem da TPA mostrou trabalhos de exumação no Huambo.



Fundação 27 de Maio diverge da Plataforma 27 de Maio.

As associações de familiares e de sobreviventes exigem peritagem internacional e a criação de uma Comissão da Verdade para uma efetiva reconciliação.

Uma ferida aberta

Em 27 de maio de 1977, na sequência da expulsão de Nito Alves do Comité Central do MPLA, a luta interna no partido extravasa com a invasão da Cadeia de São Paulo e o controlo da Rádio Nacional pelos nitistas. A resposta de Agostinho Neto e do seu círculo foi implacável, nas horas e meses seguintes: com o apoio das tropas cubanas, a alegada tentativa de golpe de Estado foi reprimida com detenções, torturas e fuzilamentos em massa, acabando com o "fracionismo". Na purga morreram pelo menos 30 mil pessoas, muitas sem relação com a fação liderada pelo primeiro-ministro do Interior da República de Angola. Os familiares da vítimas organizaram-se nos últimos anos para pedir a identificação dos restos mortais e a realização das subsequentes cerimónias fúnebres, mas apesar da abertura revelada pelo presidente João Lourenço, o processo está longe de chegar ao fim.



Opinião
Patricia Akester

O “paradoxo da bondade” em tempos de guerra

“*Mais do que em qualquer outra época, a Humanidade está numa encruzilhada.*”
Woody Allen

Após uma análise aprofundada sobre a natureza e a evolução da tirania, da crueldade e da bondade, Richard Wrangham chegou à conclusão de que a capacidade humana para planear e organizar teve um duplo efeito: por um lado, permitiu a supressão do excesso de violência, contribuindo para uma pacificação relativa dentro de cada comunidade e facilitando a formação de alianças entre grupos distintos; por outro, permitiu o aprimoramento das metodologias e do impacto da agressão (O *Paradoxo da Bondade*). Esta análise de Wrangham encontra ressonância na actualidade, tendo em conta que a criação de alianças, organizações, pactos e tratados internacionais não conseguiu deter o avanço e a aplicação bélica da ciência e da tecnologia, nem a persistência de numerosos conflitos e catástrofes humanitárias – muitas vezes exacerbados ou perpetuados por insanidade institucional.

Acresce, no âmbito do “paradoxo da bondade”, que certos conflitos atraem os holofotes globais enquanto outros são relegados à escuridão (*Breaking the Silence: The 10 most under-reported humanitarian crises of 2023*). A reverberação de um conflito, a importância que lhe damos, parece estar ligada a factores como a proximidade geográfica e denominadores comuns, tais como, etnia, religião, língua e afinidades históricas (C. Blattman, *Why We Fight: The Roots of War and the Paths to Peace*). Esses elementos, quando presentes, tendem a evocar uma empatia mais profunda e a conduzir a um apoio mais eloquente. A invasão da Ucrânia, por exemplo, suscitou uma efusão global de empatia, participação e solidariedade, ilustrando o papel dos referidos ingredientes na determinação do grau de atenção emergente.

Importa sublinhar que esta faceta humana é nutrida e acentuada pelos *media*, uma vez que existe uma correlação directa entre a visibilidade mediática de desastres humanitários e a mobilização de recursos a eles destinados, quer provindos do público, quer sob a forma de acções institucionais (*Media, Bureaucracies, and Foreign Aid – A Comparative Analysis of the United States, the United Kingdom, Canada, France and Japan of US foreign disaster assistance*).

Contudo, mesmo os conflitos que atraem a atenção dos *media*, tendem inicialmente a provocar uma onda de atenção generalizada e solidariedade face ao sofrimento alheio e, em seguida, um certo nível de indiferença (uma normalização deste sofrimento, possivelmente como um mecanismo de defesa) e uma mudança de enfoque. Lembremos de novo a invasão da Ucrânia que ressoou profundamente no mundo ocidental, eclipsando conflitos pré-existentes. Trata-se de uma colisão que transcende a dimensão regional, exibindo o sinistro potencial de se transformar numa conflagração global, contendo uma ameaça de escalada nuclear e tendo severas implicações geopolíticas.

Não obstante, a incursão russa foi subitamente suplantada pelos vis actos de terrorismo cometidos pelo Hamas a 7 de Outubro que espoletaram uma impiedosa campanha militar por parte do Estado israelita. Verificou-se uma reverberação sísmica a nível global que colocou o Médio Oriente no centro do mundo. Por cá o tema foi, contudo, relegado para segundo plano, no decurso de conturbações políticas que espoletaram um processo eleitoral.

Sucederam-se, então, como questões temporariamente centrais, escolhas partidárias, campanhas, eleições, contagem de votos, idas a Belém e prognósticos e comentários atinentes à composição do Governo.

É inegável, portanto, que o mundo se concentra em determinados conflitos e catástrofes, negligenciando outros; que quando essa atenção se manifesta, se revela como efémera e passageira; que o interesse público tende a diminuir à medida que certa crise persiste, resultando numa redução no grau de assistência, auxílio e apoio previamente configuradas como indispensáveis para a causa em questão. Vivemos, decididamente, numa era caracterizada pela transitoriedade dos interesses, pela inconsistência das causas que nos movem e por uma atenção que oscila e vacila, sem encontrar um ponto de fixação duradouro.

Esta realidade é vividamente ilustrada pelo fenómeno global que é o TikTok, uma plataforma que congrega aproximadamente 1,7 mil milhões de utilizadores activos (*whatsthebigdata.com*), que se dedicam à partilha de vídeos de curtíssima duração, numa esfera digital que se sustenta num algoritmo cujo princípio fundamental é evitar o tédio. Este fenómeno não é meramente indicativo; é simbólico, servindo como uma metáfora acutilante da condição contemporânea. A popularidade estrondosa do TikTok revela uma preferência colectiva por conteúdos rápidos e facilmente consumíveis, reflectindo a volatilidade do nosso foco e o declínio da nossa capacidade de concentração prolongada e suscitando interrogações profundas sobre as implicações desta tendência em sede de desenvolvimento humano.

> **“É inegável, portanto, que o mundo se concentra em determinados conflitos e catástrofes, negligenciando outros; que quando essa atenção se manifesta, se revela como efémera e passageira; que o interesse público tende a diminuir à medida que certa crise persiste.”**

O desafio que se impõe é contrariar a corrente de desumanização que parece emanar deste ciclo, em que a profundidade, a substância e a constância são frequentemente sacrificadas no altar do imediatismo, da superficialidade e da transitoriedade. Como podemos, então, reverter esta tendência?

Comecemos por reconhecer que somos seres em constante evolução, cabendo a cada um de nós a responsabilidade de transcender o que nos afasta de valores essenciais à nossa “humanidade”. Invoquemos, aqui, o conceito de “humanidade” visto como um potencial a ser atingido (e não como uma condição determinada por um contexto histórico específico), implicando um ideal de “ser” que, por sua vez, nos obriga a um “fazer”. Lembremos, por fim, que esse imperativo de “fazer” se apresenta como uma missão contínua no sentido de construção “da humanidade” e “de humanidade” – visando a bondade sem paradoxo ou, como bem disse o filósofo Gerard Legrand, “agir com humanidade”.

Nota: A autora não escreve o abrigo do novo acordo ortográfico

Patrícia Akester é Fundadora do Gabinete de Propriedade Intelectual /Intellectual Property Office (GPI/IPO) e Associate, CIPIL, da University of Cambridge

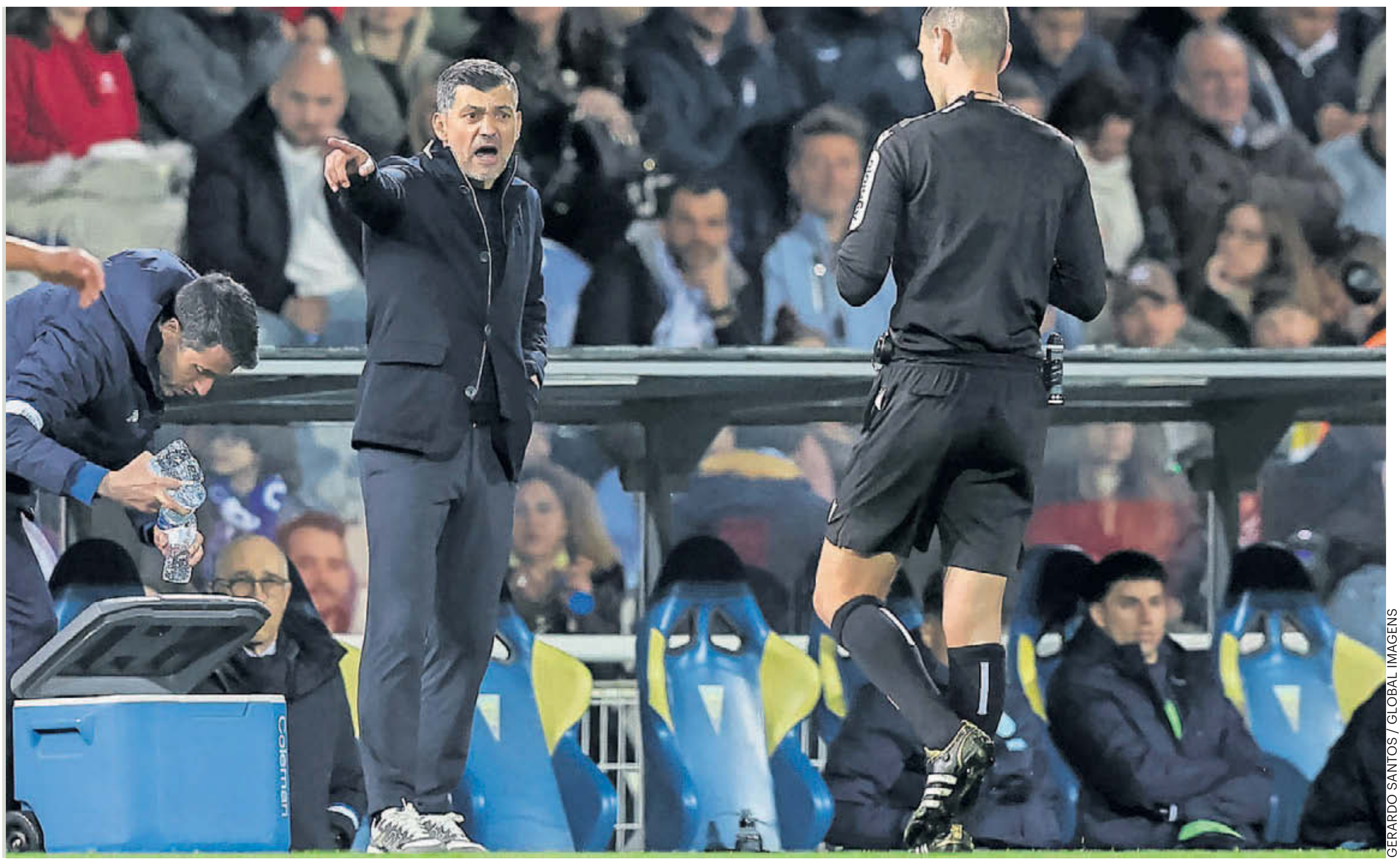
BREVES

Trump paga caução para evitar apreensão de bens

O ex-presidente dos EUA Donald Trump depositou uma caução de 175 milhões de dólares (163 milhões de euros) num processo de fraude civil, em Nova Iorque, para impedir o Estado de confiscar os seus bens. Com esta caução, a cobrança da dívida do candidato presidencial republicano de mais de 454 milhões de dólares fica suspensa e o Estado fica impedido de confiscar os bens do empresário, enquanto decorre o recurso que interpôs, de acordo com o processo judicial. A decisão foi emitida pelo tribunal de recurso estadual onde Trump, que ontem retomou os comícios no Michigan e Wisconsin com vista às presidenciais de 5 de novembro, procura anular a decisão de um juiz de 1.ª Instância, em 16 de fevereiro, que determinou ter o empresário cometido fraude financeira ao mentir sobre a sua riqueza para obter favorecimento em negócios.

Novo presidente do Senegal promete mudança

Bassirou Diomaye Faye, um pan-africanista de esquerda, tornou-se ontem presidente do Senegal e prometeu uma “mudança sistémica” na gestão do Estado. Faye, que será o quinto presidente do país, prestou juramento perante centenas de autoridades senegalesas e diversos chefes de Estado, no Centro de Exposições na nova cidade de Diamniadio, perto de Dacar. Prometeu, “diante de Deus e da nação senegalesa, cumprir fielmente o cargo de Presidente da República”, defender “a integridade do território e a independência nacional e não poupar esforços para a concretização da unidade africana”. Aos 44 anos, Faye tornou-se o presidente mais jovem desde a independência do país da África Ocidental em 1960. Faye sucede Macky Sall, 62 anos, que liderou o país de 18 milhões de habitantes por 12 anos e manteve relações estreitas com o Ocidente e a França.



GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

O treinador do FC Porto acusa os árbitros de provocarem os seus jogadores durante os jogos.

Sérgio Conceição: "Jogamos sempre contra mais de onze jogadores"

FC PORTO No lançamento da meia-final da Taça de Portugal de hoje em Guimarães, o treinador criticou a arbitragem no jogo do Estoril e denunciou provocações dos árbitros aos seus atletas.

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA**

Sérgio Conceição voltou ontem a repisar o polémico jogo de sábado com o Estoril para a I Liga, relegando um pouco para segundo plano a 1.ª mão da meia-final da Taça de Portugal frente ao V. Guimarães, marcado para esta noite (20.30 horas, RTP1) no Estádio D. Afonso Henriques. Depois de ter ficado em silêncio após a partida da Amoreira (derrota por 0-1), o treinador do FC Porto foi desta vez contundente, reclamando "um penálti claríssimo" de Mangala sobre Francisco Conceição num jogo que "resume um bocadinho o que foi a época". E de imediato disparou: "Jogamos sempre contra mais do que 11 jogadores. Vou ter mais um processo, mas é verdade. A equipa de arbitragem por vezes não é feliz e é algo que tem acontecido algumas vezes. Não são erros técnicos, é a provocação dos árbitros aos jogadores."

O treinador portista admitiu, no entanto, que a reação dos jogadores e de todo o *staff* portista no final da partida "obviamente que não foi bonita", mas aproveitou para justificar este tipo de comportamento com as revelações que fez depois.

"No jogo do Bessa, o senhor Manuel Oliveira foi capaz de perguntar ao Eustáquio em que piscina andava a treinar. O que queria do jogador? Que fosse expulso? Não entendo. O senhor Hélder Malheiro, e eu meto os nomes, no penúltimo jogo na Amoreira, passou pelo Francisco Conceição – e há imagens disso –, deu-lhe um encontrão com o ombro e disse-lhe: 'Estás feito comigo, vai-te f...'. Não sou eu que estou a dizer. Os áudios existem. Imaginem o que é um árbitro dizer a um miúdo de 20 anos que está tramado", explicou, admitindo que o filho Francisco "devia ter visto o vermelho".

"Vejo os meus jogadores a serem atacados pelas reações que têm e não vejo ninguém a defender o que tem levado a isso, o que é estranho", argumentou, sublinhando que é tudo por causa dos alegados erros de arbitragem: "São penáltis claros e depois revertidos quando são mostradas parte das imagens... Entretanto, já perdemos pontos e ninguém fala disto."

As críticas de Sérgio Conceição dirigiram-se ainda para quem lidera a arbitragem. "O treinador perde dois ou três jogos e vai embora, os árbitros fazem com que esses pontos sejam importantes e vão para a Arábia apitar. Têm um prémio...", acusou, lembrando que o jogo com o Estoril "era aquele que podia manter o FC Porto na corrida pelo título, tendo em conta que vem aí um Sporting-Benfica". E, nesse contexto, diz ser "estranho" que na Amoreira tenha havido "uma arbitragem muitíssimo fraca, de um árbitro que há dias tinha apitado alguns jogadores do FC Porto num Espanha-Brasil". Além disso, referiu que no VAR esteve "o senhor Tiago Martins, que também é recorrente ter azar contra o FC Porto".

Após desfiar o rol de críticas, Sérgio Conceição fez, depois, um *mea culpa*. "A culpa também é nossa. Há momentos na época que são decisivos e nos quais temos tido azar. No ano passado com o Gil Vicente, este ano na Amoreira", disse, recusando depois comentar o facto de o presidente Pinto da Costa ter dito, numa entrevista à SIC, que os erros da arbitragem surgiram com a candidatura de André Villas-Boas à liderança do FC Porto. "Não me ficaria bem, porque sou um empregado do clube e não tenho de comentar as palavras do líder", disse.

Elogios ao V. Guimarães

Sérgio Conceição admitiu depois que a luta pelo título "está muito difícil, praticamente impossível", razão pela qua, neste momento, o FC Porto irá "trabalhar muito para tentar chegar à final", embora considere que a Taça de Portugal não sirva para salvar a época: "Estamos habituados a lutar pelos títulos até ao final. No campeonato também vamos dar tudo, encarar cada jogo como se fosse uma final. Aqui ninguém desiste de nada."

Para chegar à final o FC Porto terá de ultrapassar o V. Guimarães, sendo que a 1.ª mão é esta noite no Estádio D. Afonso Henriques, na qual não poderá contar com Diogo Costa e Francisco Conceição, que cumprem castigo, algo que o treinador acabou por tentar desvalorizar: "Toda a gente é importante e tem valor, mas não estarão esses dois jogadores, estarão outros. Temos opções."

Apesar da turbulência dos últimos dias, o treinador dos dragões garantiu que a preparação foi "normal", durante a qual foi analisada "uma equipa que nas transições defesa-ataque é muito capaz, mas tem outros momentos muito interessantes". "O V. Guimarães tem feito uma época muito boa, está num bom momento, com uma boa atmosfera e ambiente", frisou.

carlos.nogueira@dn.pt

Álvaro Pacheco tem "sonho de criança"

Álvaro Pacheco assumiu que o Vitória de Guimarães pretende esta noite dar "um passo importante" para chegar à final da Taça de Portugal. A jogar em casa na 1.ª mão, o treinador dos minhotos admite que "os dois jogos são importantes", mas desde já quer "ganhar" ao FC Porto no Estádio D. Afonso Henriques. "Temos de ter a tranquilidade de perceber que temos a 2.ª mão para discutir a eliminatória, mas a nossa intenção é ganhar vantagem", explicou.
O treinador de 52 anos admitiu que chegar a uma final no Jamor é "um sonho de criança", mas lembrou que, para isso, é preciso ultrapassar um FC Porto apostado em retificar a derrota de sábado no Estoril e que "tem jogadores mais do que suficientes para demonstrar qualidade". Nesse sentido, revelou ter pedido aos seus atletas para estarem atentos aos "espaços que têm de ocupar" e para serem "proativos" durante a partida. "Temos de ser capazes de não deixar o FC Porto levar o jogo para os momentos que não pretendemos. Temos de entrar com uma mentalidade muito forte, de ser agressivos", sublinhou.
Álvaro Pacheco disse estar à espera de ver o estádio com "uma envolvência fantástica", tendo ainda revelado que o guarda-redes e capitão Bruno Varela vai ser titular, após quase dois meses sem jogar devido a uma lesão muscular.



Autarca espanhol acusa técnico de quatro delitos

Manuel Barroso, alcaide de Cartaya, anunciou ontem que vai apresentar queixa na Justiça espanhola contra Sérgio Conceição por presumíveis delitos como lesões, atentado contra a autoridade, ameaças e alteração da ordem pública. Em conferência de imprensa, o autarca classificou de "agressiva" a atitude de Sérgio Conceição e do filho Moisés, quando entraram no relvado do estádio local após um jogo entre os infantis do FC Porto e Sevilha, realizado a 24 de março. O político garantiu ainda que a situação escalou já dentro do túnel de acesso aos balneários, onde foi necessárias intervenção policial. O advogado de Sérgio Conceição já reagiu, dizendo que Manuel Barroso "entrou numa espiral de mentiras" e prometendo prosseguir com "todas diligências judiciais já em curso".

CMVM suspende ações da SAD do FC Porto

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) suspendeu ontem a negociação das ações da FC Porto SAD, enquanto aguarda "a divulgação de informação relevante ao mercado". O comunicado surgiu após o presidente Pinto da Costa ter dito que não deixará o FC Porto refém de fundos de investimento e de André Villas-Boas, candidato à presidência dos dragões, ter questionado a sociedade sobre negócios estruturantes. A 28 de março, último dia em que negociaram, as ações fecharam estáveis, em 1,15 euros, com 20 títulos a mudarem de mãos. Refira-se que Pinto da Costa incluiu na sua lista às eleições João Koehler, gestor da empresa de capital de risco Quadrantis, sobre a qual Villas-Boas pediu esclarecimentos numa carta enviada à administração da SAD.



Carros do Rali Dakar prontos para os montes alentejanos e ribatejanos. DR

Estrelas do Dakar aceleram em Portugal

TODO-O-TERRENO Carlos Sainz, Sébastien Loeb e Nasser Al-Attiyah competem a partir de hoje na prova portuguesa da W2RC.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

De hoje até domingo, nomes como Carlos Sainz (vencedor do Dakar 2024), Sébastien Loeb e Nasser Al-Attiyah, nos automóveis; Adrien Van Beveren ou Pablo Quintanilla, nas motos, vão participar no Rali W2RC de Portugal, terceira prova do Mundial, que vai decorrer nas pistas de areia e de terra do Alentejo, Ribatejo e Extremadura espanhola.

As estrelas do Dakar iniciam hoje a luta contra o cronómetro nos concelhos de Grândola e de Santiago do Cacém, num Prólogo de 3,53 quilómetros, que junta 169 equipas de 30 nacionalidades.

El Matador, como é conhecido o espanhol Carlos Sainz, Bicampeão do Mundo de ralis, fez história no Dakar, em janeiro, com a Audi, ao tornar-se o primeiro piloto a vencer a mais importante prova todo-o-terreno com quatro marcas diferentes – Volkswagen, Peugeot, Mini e Audi –, conseguindo também a primeira vitória de um automóvel híbrido na prova. Também por isso, a participação de Sainz ao volante do novo Mini JCW Team da X-Raid, acrescenta ainda mais interesse à luta pelo título do W2RC, prometendo atrair milhares de aficionados.

O espanhol, de 61 anos, chega com mais nove pontos que o qatari Nasser Al-Attiyah, o Bicampeão do Mundo em título e cinco vezes vencedor do Dakar, que triunfou em Abu Dhabi na ausência do espanhol e regressa a Portugal com o Prodrive Hunter T1+, que estreou na última Baja Portalegre 500.

Contudo, Sainz e Al-Attiyah não estão sozinhos na luta pelo título, pois Sébastien Loeb é outro ex-Campeão do WRC que agora brilha nos *Rally-Raids*. Terceiro classificado no Dakar, o piloto francês escolheu Portugal para a estreia nesta competição e vai aproveitar para descobrir os trilhos portugueses e espanhóis com um protótipo Dacia.

> O Rali W2RC de Portugal começa hoje com um contrarrelógio em Grândola e Santiago do Cacém.

Entre os portugueses, estarão Tiago Reis e João Ramos, os dois primeiros classificados do Campeonato de Portugal de Todo-o-Terreno, e João Ferreira.

A prova das motos conta com a participação das equipas de fábrica da Honda, Hero e Sherco, cujas estrelas se juntam aos melhores pilotos portugueses. Liderada por Rúben Faria, a Monster Energy Honda tem vários candidatos à vitória, apesar da ausência do norte-americano Ricky Brabec. O espanhol Tosha Schareina, o francês Adrien Van Beveren, que foi terceiro no último Dakar, e o chileno Pablo Quintanilla, ex-Campeão Mundial, formam um trio de potenciais vencedores.

Apesar do poderio da Honda, é a Hero que chega a Portugal na liderança do Mundial nos pilotos e nos construtores. Ross Branch, piloto do Botswana, ficou perto de ganhar o Dakar (2.º lugar) e passou para a frente do Mundial no Abu Dhabi *Desert Challenge*, surgindo motivado na prova portuguesa, organizada pelo Automóvel Club de Portugal. António Maio (Yamaha), Bruno Santos (Husqvarna) ou Martim Ventura (KTM) vão tentar usar o fator casa para surpreender a elite mundial nos 1758 quilómetros de percurso.

isaura.almeida@dn.pt

Chuva adia estreia de João Sousa no Estoril

A chuva anulou a jornada de ontem do Estoril Open e a estreia de João Sousa no torneio em que fará a despedida, após 17 temporadas no circuito ATP. O encontro do melhor tenista português de sempre com o francês top-40, Arthur Fils, foi adiado para esta tarde.

A chuva intensa ameaça ser o adversário mais complicado de bater por parte da organização do Estoril Open e logo num ano em que luta por incluir de novo o torneio no calendário ATP do próximo ano, pois para já está fora do circuito.

O austríaco Jurij Rodionov e o chileno Cristian Garín, que começaram o seu confronto na segunda-feira e viram a chuva obrigar ao adiamento para ontem, afinal só hoje vão terminar o encontro... se São Pedro permitir. Na mesma situação estão os três duelos luso-franceses previstos. A começar com Jaime Faria (262.º), que espera estrear-se no quadro principal de um torneio ATP diante de um *lucky loser*, o espanhol David Jorda Sanchis (329.º), podendo assim fazer história se fizer valer o melhor *ranking* em *court*.

O dia de hoje deve fechar com o duelo entre Henrique Rocha e Gaël Monfils. Já na variante de pares, os campeões de 2022, Nuno Borges e Francisco Cabral iniciam também hoje a caminhada no quadro de pares no Court Cascais, tendo pela frente os gauleses Sadio Doumbia e Fabien Reboul.

O primeiro dos quatro duelos luso-franceses foi ganho por um português, na segunda-feira, com Nuno Borges a bater Lucas Pouille, continuando assim em prova. O tenista entrou muito mal no jogo e acabou o primeiro set sem pontuar (0-6), mas equilibrou no segundo (7-6), depois de salvar um *match point* no *tie-break* e superiorizou-se no terceiro parcial (6-3). Borges irá agora defrontar Lorenzo Musetti, nos oitavos-de-final. Um jogo que só deve ser quinta-feira, na melhor das hipóteses.



100 ANOS DE MARLON BRANDO
Um homem chamado desejo

ÍCONE Assinala-se neste dia o centenário do ator que, para muitos, encarnou a arte de representar, criticando a fama que o manteve refém de um certo vazio existencial. Uma figura de fascínio e contradições, como qualquer grande lenda, embora singular na sua imagem. Recordamo-lo sem tabus.

Ser ou não ser Stanley Kowalski.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

Dele se disse que foi "o melhor ator de sempre"... Talvez possamos começar por aí. Ou então por um parágrafo da biografia *El Hombre Salvaje*, escrita pelo espanhol Luis Gasca (estudioso do cinema, que foi diretor do *Festival de San Sebastián*), cujo resumo também oferece um bom arranque, evocando a mítica cena de *Um Elétrico Chamado Desejo* em que o polaco Stanley Kowalski grita por Stella, com o peitoral meio descoberto: "A *T-shirt* rasgada, manchada de cerveja e suor, o rosto, de uma só vez, brutal e doce, o cabelo encaracolado e brilhante, o fogo nos seus olhos, iriam fazer daquele rapaz chamado Marlon Brando o *sex-symbol* de toda uma época. E um dos homens mais insatisfeitos do seu tempo." Será esta a introdução certa? Todas as palavras parecem ficar um pouco aquém da medida justa. Aquém do impulso preciso com que este ícone nascido há 100 anos no Nebrasca se fez corpo e alma de uma ideia de cinema assente na corrente elétrica da representação.

Filho de pai severo, que quis corrigir-lhe a rebeldia matriculando-o numa academia militar, e de mãe poética, uma atriz amadora cuja frustração levou pelos caminhos do alcoolismo, pode dizer-se que Brando se inscreveu na História do mundo e do cinema através de uma sensibilidade "suja" e revoltada. Isto muito antes de vestir a pele de Kowalski e gritar "Stella!", ou de envergar, para além da *T-shirt*, o blusão de cabedal preto e a boina do *motard* de *O Selvagem* (1953), de László Benedek, filme que imprimiu em Hollywood a sua imagem jovem, sexual, indisciplinada, correspondente à própria natureza do intérprete. Afinal, ele era aquele que gostava de andar de mota pelas ruas de Nova Iorque a altas horas da madrugada, frequentar os clubes noturnos do Harlem e explorar o erotismo do encontro fugidio com outros corpos.

As origens do Método: Stella Adler

Na imensidão do que se escreveu sobre Marlon Brando ao longo das décadas, colocando o Actors Studio no centro do seu período formativo, pouco se vê referido, com a devida especificidade e importância, o nome de Stella Adler (1901-1992). Com efeito, houve esta outra Stella, fora do palco e do grande ecrã, que marcou definitivamente o percurso do jovem ator: a professora de Interpretação da New School for Social Research, para onde Brando foi estudar pouco depois de se ter juntado às duas irmãs mais velhas em Nova Iorque, e onde aprendeu as bases da sua forma de representação. O que significa, muito concretamente, que foi Adler quem transmitiu a Brando o famoso "Método" de Constantin Stanislavski, tendo estudado com discípulos diretos desse mestre rus-

so e ajudado a cimentar nos Estados Unidos os seus ensinamentos sobre a arte dramática.

Assim, quando falamos do Actors Studio, do professor Lee Strasberg, e do modo como Brando se tornou a quintessência do Método, é preciso ter em conta que, antes de frequentar essa escola (e antes do contacto frutífero com o realizador responsável pelo seu lançamento, Elia Kazan), a figura de Stella Adler deve ser recordada como a verdadeira mentora do génio, a mulher que descortinou o seu talento em bruto, e a brutalidade do seu talento, quando outros ainda não o tinham compreendido: "Não é um brutamontes, e muito menos um louco. É um poeta, um artista. Por vezes pergunto-me como é que os jornalistas não o veem. Falam indiscriminadamente sobre ele, sem saber como apreciar um artesão."

Em que consistia então o Método que formou também Paul Newman e James Dean? Basicamente, trata-se de um princípio segundo o qual a verdade interior da interpretação se deve tornar tangível pelo corpo. E a expressividade corporal/carnal revelou-se, de facto, a primeira arma de Brando, que a passou do palco para o cinema, desde logo, através da ilustre peça de Tennessee Williams, *Um Elétrico Chamado Desejo* (1951), sob a direção de Elia Kazan, o mesmo realizador dos outros dois sucessos da fase inicial da carreira do ator, *Viva Zapata!* (1952) e *Há Lodo no Cais* (1954), este último o filme que lhe valeu um dos seus dois Óscares.

Já tinha, por essa altura, encarnado Marco António em *Júlio César* (1953), de Joseph L. Mankiewicz, e estava prestes a disputar o carisma com Frank Sinatra na comédia musical *Eles e Elas* (1955), também de Mankiewicz, mas teria de atravessar toda a década de 60 numa crise mais ou menos constante de projetos e polémicas pessoais (ou de rodagem), até ser bafejado pelo talento de um jovem Francis Ford Coppola, que, em 1972, lhe devolveu a dignidade na tela com o grandíssimo papel de *Don* Vito Corleone em *O Padrinho*. Seguiu-se *O Último Tango em Paris* (1972), de Bernardo Bertolucci, por certo o retrato mais cru da sua tristeza íntima, e aquele sublime "*The horror... the horror*" do Coronel Kurtz em *Apocalypse Now* (1979), antes de entrar numa nova fase de esquecimento de si próprio, cedendo ao desleixo da imagem. Essa que, nos primórdios, lhe tinha dado a fama quase de bandeja.

As causas cívicas, a vida amorosa e a tragédia familiar

Homem de muitas inquietações políticas e sociais, Marlon Brando nunca separou propriamente o cinema das causas que defendia. Não admira, por isso, que Stanley Kramer, ele próprio dedicado a um cinema-espelho da sociedade americana, tenha produzido o primeiro filme da carreira do ator, *O Desesperado* (1950), de Fred Zinnemann, onde este interpreta um veterano de guerra paraplégico, em processo de readaptação à vida quotidiana. Apenas um dos exemplos dessa faceta da postura artística que o manteve sempre envolvido, por um lado, com o movimento dos direitos civis (foi um dos rostos bem visíveis na marcha de 1963, em Washington) e, por outro, com a causa dos indígenas americanos. Recorde-se que em 1973, quando venceu o seu segundo Óscar, Brando, ausente da cerimónia, fez-se representar pela atriz e ativista nativa americana Sacheen Littlefeather, que subiu ao palco para anunciar a recusa da estatueta dourada como forma de protesto.

Mas esta não foi a única vez que se mostrou pouco agradecido a Hollywood. Em várias das suas declarações públicas, transpareceu o incómodo com as consequências da fama – dizia sentir-se um animal de zoo para os fãs –, e antes do renascimento pela mão de Coppola, viu com desagrado o seu percurso até aí: "Vinte anos que engordaram as minhas células negativas, os meus pensamentos e as minhas sensações mais banais e falsas. Vinte anos queimados no altar da vaidade, da felicidade pessoal. Coisas que não contam."

Palavras de quem não conseguiu escapar aos escândalos contínuos, fosse pelos contornos dos seus três casamentos, fosse pelo apetite sexual que o definiu enquanto estrela desejada e transbordante de desejo. Uma estrela que brilhou cada vez menos nos últimos anos de vida (morreu a 1 de julho de 2004), sobretudo pela tragédia dos filhos; Christian, que matou a tiro o namorado da meia-irmã, Cheyenne, e esta que tirou a própria vida cinco anos mais tarde...

Como sair da pele de Brando? No documentário *Listen to Me, Marlon*, de Stevan Riley, ouvimo-lo assim, numa das suas sessões de auto-hipnose: "Marlon, escuta a minha voz. Deixa-te ir, simplesmente. Deixa-te ir como uma nuvem no céu. Deixa-te levar para esse estado especial, o estado de paz do miúdo que recordas a olhar para as folhas que caem do ulmeiro."

> Em várias das suas declarações públicas, transpareceu o incómodo com as consequências da fama – dizia sentir-se um animal de zoo para os fãs –, e antes do renascimento pela mão de Coppola, viu com desagrado o seu percurso até aí.

O rebelde relutante

MEMÓRIAS A autobiografia de Marlon Brando surgiu em 1994, uma década antes da sua morte. Não é um ajuste de contas, a não ser consigo próprio: mais do que celebrar o seu lugar na história do cinema, ele expõe os sentimentos contraditórios com que viveu o seu próprio mito.

TEXTO **JOÃO LOPES**



Cinco Anos Depois (1961): Marlon Brando, ator e realizador.

A autobiografia de Marlon Brando, escrita com a colaboração do jornalista e romancista Robert Lindsey, surgiu em 1994 (ed. Random House), com um título "roubado" a uma peça para voz e piano composta pelo checo Antonin Dvorak em 1880: *Songs My Mother Taught Me*, à letra, *Canções que a minha mãe me ensinou*.

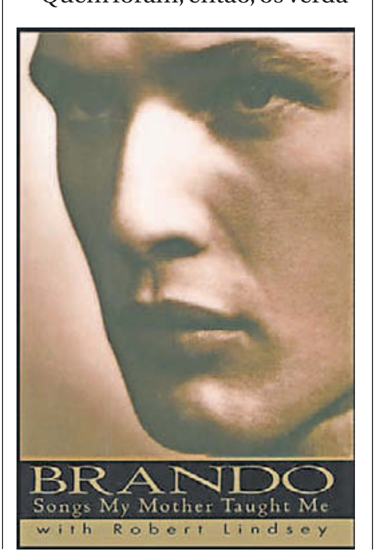
O facto de Brando ter decidido escrever sob o signo da mãe e dos seus ensinamentos constitui, por certo, uma dimensão essencial do livro e dos afetos que por ele perpassam. Em todo o caso, importa não esquecer que tudo isso se materializa em "canções". Umas tristes, outras alegres, algumas deixando a sensação de uma pudica incompletude. Não são narrativas orientadas por uma qualquer moral determinista, antes revisitações de um passado tão singular quanto multifacetado que se exprime através do "canto" – entenda-se: obedecendo a uma musicalidade organizada para expor uma intimidade eivada de um realismo simples, próximo da candura infantil, alheio a qualquer facilidade espetacular.

O cruzamento de referências objetivas e múltiplas ambivalências surge expresso logo nas linhas de abertura: "Ao recuar, inseguro, nos anos da minha vida, tentando lembrar-me do que aconteceu, descubro que nada é claro. Creio que a primeira memória que tenho é de quando era demasiado criança para me recordar que idade tinha."

Tais incertezas não são sustentadas por qualquer forma de lirismo redentor. Com palavras secas, estranhamente serenas, Brando considera mesmo que viveu num cenário errado: "Muitas vezes pensei que teria sido muito melhor se tivesse crescido num orfanato." Porquê? Em boa verdade, confessa que não sabe explicar, mas identifica dois dados muito concretos do seu espaço familiar: "(…) Creio que a minha mãe foi ficando cada vez mais desiludida e zangada com o comportamento de mulherengo do meu pai, enquanto ele ia ficando mais infeliz com o facto de ela beber."

Daí a explorar uma imagem de autovitimação, à maneira das "vedetas" da televisão populista, seria um passo que, obviamente, é totalmente alheio às confissões de Brando. Com algumas surpresas, convém dizer, até mesmo nas referências ao Actors Studio, a "casa" da arte de representar de que ele foi (e é) um símbolo incontornável. Assim, se o víamos como um dos discípulos mais geniais de Lee Strasberg, figura central na história do Studio, somos levados a relativizar o retrato: "Depois de eu ter algum sucesso, Lee Strasberg quis fazer crer que isso se ficou a dever ao facto de ele me ter ensinado a representar. Ele nunca me ensinou nada. (…) Havia quem o reverenciasse, mas nunca percebi porquê. Para mim era uma pessoa sem gosto e sem talento de que nunca gostei muito."

Quem foram, então, os verdadeiros mestres de Brando? Stella Adler e Elia Kazan.



Sucesso & fama

Implacável com os defeitos que atribui a outros, Brando não o é menos consigo próprio, sobretudo quando se trata de recordar os tempos em que começou a experimentar o gosto do sucesso – em particular o período que passou em Paris depois do impacto de *Um Elétrico Chamado Desejo* em palco (1947-49): "(…) Sinto-me chocado por me ver coberto pela mesma sujeira que apontava nas pessoas que critiquei; a fama alimenta-se do esterco ("*manure*") do sucesso e eu permiti que isso acontecesse."

Daí também o misto de desencanto e ironia com que Brando evoca os tempos de glória em que ele e James Dean, mais do que "embaixadores" do Actors Studio, foram transformados em cruzados de um novo conceito de juventude. Na legenda da foto de uma festa em que ambos estão presentes, escreve Brando: "Éramos ambos rapazes do campo, fomos promovidos como rebeldes. Dean imitava a minha maneira de representar e também aquilo que ele acreditava que era o meu estilo de vida."

Dir-se-ia que a relutância em encarnar o seu próprio mito o levou a realizar *Cinco Anos Depois* (1961), *western* atípico que tem qualquer coisa de espelho de uma solidão sem remorso. Será também essa solidão que o leva a encarar a velhice como um tempo de culto do paradoxal minimalismo das memórias – recorde-se que *Songs My Mother Taught Me* foi lançado cerca de dez anos antes da morte de Brando. Assim, por exemplo, para "explicar" uma célebre fotografia em que o vemos ao lado de Marilyn, escreve: "Cruzei-me com Marilyn Monroe numa festa. Enquanto os outros bebiam e dançavam, via-a sentada num canto, quase sem se dar por ela, a tocar piano. Tivemos uma relação. Falámos pela última vez dois ou três dias antes de ela morrer."



LIBIA FLORENTINO / GLOBAL IMAGENS

Artistas e parceiros em "foto de família" no final do apresentação dos finalistas dos Prémios Play.

Prémios Play trazem a música popular para a festa

MÚSICA Carminho, A Garota Não; Pedro Mafama, Jorge Palma, Slow J e José Malhoa estão entre os nomeados – em várias categorias – para a 6.ª edição dos Prémios Play. Os vencedores serão conhecidos a 16 de maio.

TEXTO **FILIPE GIL**

E à 6.ª edição, a música ligeira e popular chegou aos Prémios Play. "É a música que anda pelas festas e romarias do país e quisemos fazer refletir a realidade sem qualquer preconceito, assumindo o importante papel desses artistas para a nossa cultura", explicou Paulo Carvalho, diretor dos Prémios Play, na apresentação dos 50 finalistas da edição deste ano. José Malhoa, Bandalusa, Zé Amaro e Sons do Minho, são os nomeados nesta categoria estreante.

Numa conferência, que decorreu ontem no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, Paulo Carvalho fez saber alguns números que refletem a evolução e impacto na industria da música portuguesa desde o ano em que os prémios foram lançados (2019): "Houve um aumento de 18% nas receitas geradas pelos autores, e um aumento de 42% nas audições de música portuguesa em *streaming*."

As várias categorias dos Prémios Play obedecem a diferentes formas de fazer a escolha dos respetivos finalistas. As nomeações nas categorias (*ver caixa*) Vodafone Canção do Ano, Melhor Artista Feminina, Melhor Artista Masculino, Melhor Grupo e Melhor Álbum são escolhidas por 235 profissionais ligados à indústria musical (agentes, *managers*, artistas, produtores, promotores de espetáculos, técnicos e jornalistas) – mediante uma lista que tem por base critérios volumétricos de vendas e *airplay* de rádio relativos a 2023.

De salientar que as categorias Melhor Álbum Fado, Artista Revelação, Prémio Música Ligeira e Popular, Prémio Lusofonia, Melhor Videoclipe, Melhor Álbum *Jazz* e Melhor Álbum de Música Clássica/Erudita foram sujeitas a candidaturas por parte de artistas e editoras, sendo que, nesta edição, a organização sublinhou o crescimento das mesmas.

Este ano os Play receberam 842 candidaturas, um aumento de 57% face a 2023 (537). Às 12 categorias somar-se-ão mais duas (14 no total), cujos nomes vão ser divulgados na gala de maio: Prémio Carreira, atribuído pelos promotores – Audiogest e GDA – e Prémio da Crítica, o qual é definido por um painel de jornalistas da área da música. De acordo com a organização, todo o processo é auditado.

Os vencedores serão conhecidos a 16 de maio numa cerimónia (ou festa?) que será transmitida em direto pela RTP e Antena 1 a partir do Coliseu dos Recreios e que terá apresentação da totalista neste evento, Filomena Cautela, coadjuvada por Inês Lopes Gonçalves.

filipe.gil@dn.pt

NOMEADOS – PRÉMIOS PLAY
(Consulte a lista completa em dn.pt)

MELHOR ARTISTA FEMININA
> A Garota Não
> Ana Moura
> Bárbara Bandeira
> Carminho

MELHOR ARTISTA MASCULINO
> Ivandro
> Pedro Mafama
> Slow J
> T-Rex

VODAFONE CANÇÃO DO ANO
> *Chakras* — **Ivandro feat. Julinho KSD**
> *Chamada Não Atendida* — **Bárbara Tinoco**
> *Como Tu* — **Bárbara Bandeira feat. Ivandro**
> *Maria Joana* — **Nuno Ribeiro, Calema, Mariza**
> *Preço Certo* — **Pedro Mafama**
> *Where U @* — **Slow J**

MELHOR GRUPO
Calema
D.A.M.A
Os Quatro e Meia
Wet Bed Gang

MELHOR ÁLBUM
> *Afro Fado* — **Slow J**
> *Cor D'Água* — **T-Rex**
> *Portuguesa* — **Carminho**
> *Vida* — **Jorge Palma**

PRÉMIO MÚSICA LIGEIRA E POPULAR
> *Meu coração de cowboy apaixonado* — **Zé Amaro**
> *Recomeçar* — **Sons do Minho**
> *Sapato Apertado* — **Bandalusa**
> *Vamos ó Baile* — **José Malhoa**

Exposição em Paris mostra cumplicidade entre Amadeo e casal Delaunay

PINTURA A mostra, que estará patente no Centro Pompidou, reúne 30 obras dos três artistas que podem ser vistas a partir de hoje e até 9 de setembro.

Uma exposição que sublinha a relação de cumplicidade entre Amadeo de Souza-Cardoso e o casal de artistas Sonia e Robert Delaunay é inaugurada hoje, no Centro Pompidou, em Paris, anunciou a Fundação Calouste Gulbenkian.

Com curadoria de Helena de Freitas, do Centro de Arte Moderna Gulbenkian, em Lisboa, e de Angela Lampe e Sophie Goetzmann, do Centro Pompidou, a exposição reúne 30 obras dos três artistas, provenientes das coleções das duas instituições.

A ligação entre o artista pertencente à primeira geração de pintores modernistas portugueses e o casal Delaunay, três figuras destacadas da modernidade europeia, é o tema central da exposição que ficará patente até 9 de setembro, em Paris.

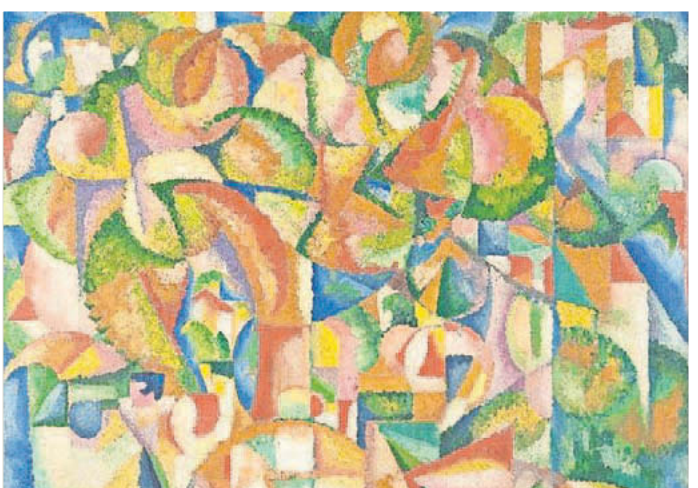
"A fecunda relação entre os artistas iniciou-se em 1912, quando Sonia e Robert Delaunay foram surpreendidos na sua casa, em Paris, pelo jovem Amadeo, que lhes bateu à porta, apresentando-se: 'Sou o pintor português Amadeo de Souza-Cardoso'. Este encontro marcou o início de uma longa relação de cumplicidade artística, que se expandiu no tempo e na geografia", recordou a Gulbenkian, em comunicado.

Os laços entre Amadeo de Souza-Cardoso (1887-1918) e os Delaunay reforçaram-se entre 1915 e 1917 quando o casal, refugiado da Grande Guerra, se instalou em Portugal, em Vila do Conde, numa altura em que Amadeo estava envolvido no Grupo Futurista Português.

"Muitos projetos nasceram desta convergência geográfica em torno de experiências plásticas que, de diferentes modos, aprofundavam o movimento simultaneísta, desenvolvido pelo casal Delaunay com o objetivo de lançar exposições itinerantes na Europa. Estas foram as primeiras ações artísticas de resistência à centralidade de Paris, e de ensaio de outros modos de fazer e de circular experiências plásticas em torno da luz e da cor, no contexto das vanguardas de rutura do início do século XX", explicou a Gulbenkian.

O Centro Pompidou integra na sua coleção obras de Sonia e Robert Delaunay que resultam de uma doação de Sonia e do filho Charles, em 1964, e é também detentor de uma pintura de Amadeo, intitulada *Cavaleiros*, de 1913, que estará exposta nesta mostra. O Centro Pompidou dará ainda a ver 11 telas do casal Delaunay da sua coleção, enquanto o Centro de Arte Moderna fez viajar para Paris 17 trabalhos de Amadeo e um de Robert Delaunay.

O catálogo da exposição inclui a reprodução da correspondência entre os artistas, pela primeira vez traduzida para português, acrescentando que o tom desta "está relacionado com as contingências da guerra e alguns desencontros trazidos pelo acaso, mas também com a absoluta resistência de Amadeo na aceitação de um espírito de grupo e de escola". **DN/LUSA**



Amadeo de Souza-Cardoso, *Cavaleiros* (pormenor), 1913.

PUBLICIDADE

avisos, tribunais e conservatórias




COOPERATIVA DE HABITAÇÃO DOS PROFESSORES

Rua Quinta do Loureiro, lote 10 - loja 2
1350-450 Lisboa
TLM.: 964 644 916

ASSEMBLEIA GERAL
CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2, alíneas a) e b), do Art.º 37.º dos Estatutos da Cooperativa de Habitação dos Professores, C.R.L., convoco os sócios da PROFCOOP – Cooperativa de Habitação dos Professores, C.R.L, para reunião da Assembleia Geral, a realizar no dia 19 de abril de 2024, às 16.30 horas, na sede da PROFCOOP, Quinta do Loureiro, lote 10 – loja 2, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1 – Informações.

2 – Apreciação, discussão e votação do Balanço, Relatório e Contas de 2023 e respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

Nos termos dos n.os 1 e 2 do art.º 38.º dos Estatutos, se à hora marcada para o início da sessão não estiver presente mais de metade dos sócios, a Assembleia Geral reunir-se-á, com qualquer número, meia hora depois.

Lisboa, 2 de abril de 2024

A Presidente da Mesa da Assembleia
Prof.ª Doutora Maria Teresa Rio de Carvalho

ATA N.º 1

A vinte e três de março de dois mil e vinte e quatro, pelas 9 horas, na Rua Fernando Lopes, Lote 7, 2820-128 Charneca da Caparica, conforme Convocatória enviada a todos os comproprietários, reuniu-se extraordinariamente a **AUGI Parcela 49 / Aroeira, Charneca da Caparica**, devidamente convocada nos termos e para os efeitos do artigo 11 da Lei 91/95, de 2 de setembro, alterada pelas Lei 165/99, de 14 de setembro, Lei 64/2003, de 23 de agosto, Lei 10/2008, de 20 de fevereiro, Lei 79/2013, de 26 de novembro, Lei 70/2015, de 16 de julho, Lei 71/2021, de 4 de novembro, para apresentação, discussão e votação da ordem de trabalhos constante da referida convocatória.

Após se ter aguardado a meia hora legal, com os comproprietários presentes, que representavam 3.998,67 avos indivisos do total do prédio, foi dado início à Assembleia.

Quanto ao ponto um, foram prestadas informações sobre as iniciativas desenvolvidas pelo proprietário Manuel Matias com a ajuda da Dra. Arminda Neto.

Quanto ao ponto dois, deliberou-se instituir a administração conjunta do prédio e promover a reconversão urbanística da AUGI, na modalidade de projeto de loteamento da iniciativa dos particulares.

Quanto ao ponto três, foi eleita por unanimidade a Comissão de Administração, que será composta por Jorge Moreno Louro Ribeiro Miranda, como presidente; Manuel Henrique da Silva Matias, como tesoureiro, e Vasco Braga dos Santos, como vogal.

Quanto ao ponto quatro, foi eleita por unanimidade a Comissão de Fiscalização, que será composta por Carlos António Duarte de Jesus, como Presidente; Cristina Maria Bizarro Rodrigues Garcia e Jorge Martins Bettencourt, como vogais.

Quanto ao ponto cinco, foi deliberado que a sede será na Rua dos Pinheiros, n.º 38, 1.º Esq.º , 2820-567 Charneca da Caparica.

Quanto ao ponto seis, foi efetuada a apresentação do orçamento do arquiteto Carlos Alberto, no valor de 4800 € (quatro mil e oitocentos euros), para elaboração de todos os projetos, e até aprovação pela Câmara de Almada, incluindo as necessárias retificações, com exceção dos projetos de especialidade, tudo de acordo com o orçamento apresentado à assembleia, e que fica arquivado na pasta de orçamentos. Devendo ser pagos 800 € (oitocentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal, com a adjudicação e 4000 € (quatro mil euros) acrescidos de IVA à taxa legal, com a entrega do projeto na Câmara de Almada.

Foi sugerido pelo arquiteto Carlos Alberto e pelos presentes que este efetuasse uma verificação da divisão proposta dos lotes e respetivas áreas de construção e implantação, para que os proprietários se voltem a reunir e efetuarem a melhor ponderação dos índices possíveis e das suas pretensões, na medida do possível.

Sendo ainda aprovado orçamento da Dra. Arminda Neto de 1750 €, acrescido de IVA, por lote, para fazer o acompanhamento jurídico da AUGI até ao seu final.

Foram os orçamentos aprovados por unanimidade dos presentes.

Atendendo à necessidade de criar fundos de maneio para fazer face às despesas já conhecidas e como adiantamento para despesas futuras, nomeadamente despesas administrativas, foi aprovado por unanimidade que, em vez dos 50 euros mensais por lote, que já vem sendo praticado há um ano, a partir de maio de 2024, cada lote pagará 100 € (cem euros) por mês.

- Foram prestados esclarecimentos pela Dra. Arminda Neto quanto ao projeto de loteamento da AUGI Parcela 49/Aroeira, Charneca da Caparica, a desenvolver na Câmara Municipal de Almada.
- Foram prestados esclarecimentos sob as ações a desenvolver para dar seguimento ao processo de reconversão, a Dra. Arminda Neto referiu que quando o projeto de loteamento for aprovado pela Câmara Municipal de Almada vai ser necessário efetuar o pagamento das Taxas de Alvará emitidas pelo respetivo Município, o registo do alvará de loteamento, a posterior divisão da coisa comum, a execução de obras de infraestruturas, o registo dos lotes em metros quadrados na conservatória de registo predial.

Foram respondidas todas as dúvidas colocadas pela assembleia.

Estiveram presentes comproprietários representantes de 3.998,67 avos indivisos do total da área. Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, pelas 10.47 horas foi a assembleia dada por encerrada.

Charneca da Caparica, 23 de março de 2024

ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DA AUGI 57 CASAL DE CAMBRA

CONVOCATÓRIA

Nos termos do número 4 do artigo 11.º da Lei 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei 70/2015, de 16 de julho, convoca-se os proprietários dos prédios sitos em Casal de Cambra, inseridos na Área Urbana de Génese Ilegal denominada "AUGI 57 – Casal de Cambra", na freguesia de Casal de Cambra, concelho de Sintra, para uma Assembleia de Proprietários que terá lugar no dia **20 de abril de 2024, pelas 10 horas**, no Edifício Sociocultural (Junta de Freguesia) de Casal de Cambra, sito na Rua de Bragança, n.º 1, Casal de Cambra, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Apreciação do relatório de atividades da Comissão de Administração Conjunta relativo ao ano 2023.

PONTO DOIS: Apreciação e votação das contas intercalares relativas ao ano 2023 e parecer da Comissão de Fiscalização.

PONTO TRÊS: Eleição da Comissão de Fiscalização para o mandato 2024/2025.

PONTO QUATRO: Assuntos de interesse geral.

Se à hora marcada não estiver presente ou representado o número de proprietários suficiente para validamente deliberar, fica desde já marcada segunda assembleia, para **as 10.30 horas, no mesmo dia e no mesmo local**, nos termos do art.º 1432.º do CC.

Casal de Cambra, 2 de abril de 2024

Pela Comissão de Administração AUGI

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do artigo 11.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, convoca-se os comproprietários dos prédios que constituem a **AUGI C1 a C5 da Quinta da Queimada Poente** para a Assembleia Geral a realizar no próximo dia **20 de abril de 2024**, às **14.30 horas**, no Centro de Convívio de Vale de Milhaços, Av. Vale de Milhaços, n.º 221, Corroios, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações sobre o Alvará de Loteamento.
2 – Deliberar sobre despesas da administração.
3 – Votação das contas da Administração Conjunta relativas aos anos de 2021 e 2022.
4 – Deliberar sobre proposta no sentido de aprovar comparticipação de 1 euro por m².
5 – Deliberar sobre proposta para o pagamento dos custos da Divisão de Coisa Comum.
6 – Eleição da Comissão de Fiscalização para o ano de 2024.

Se à hora marcada não houver número legal de proprietários para a Assembleia Geral se reunir em primeira convocatória, a mesma deliberará em segunda convocatória, nos termos do disposto no artigo 12.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a mesma Ordem de Trabalhos, no mesmo local e dia, pelas 15 horas.

Quinta da Queimada, 27 de março de 2024

O Presidente da Comissão de Administração
Basílio João

Aviso (Extrato)

IPOPORTO

Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E., informa que foi publicado:

Aviso n.º 6681/2024 no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 62, de 27 de março, procedimento concursal (comum) para recrutamento de 1 (um) profissional para a categoria de Assistente de Medicina Interna da carreira médica – Área Hospitalar, contrato individual de trabalho a termo incerto, tempo completo.

Mais se informa que o período de candidatura é de dez dias úteis, contados a partir da data da publicação em *Diário da República*.



SINDICATO DOS ENGENHEIROS DA MARINHA MERCANTE

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo da alínea a), ponto 1 do art.º 16.º, conjugado com a alínea c) ponto 2, do art.º 13.º, dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária do Sindicato dos Engenheiros da Marinha Mercante para se reunir em primeira convocação, no próximo dia **18 de abril de 2024**, segunda-feira, pelas **18 horas**, na sede do Sindicato, sita no Armazém 113, Cais da Rocha Conde d'Óbidos, em Lisboa, com a seguinte a ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2023

De acordo com os Estatutos, se à hora marcada não estiver presente o número legal de sócios, a Assembleia reunir-se-á meia hora mais tarde, com o número de associados presentes.

Lisboa, 2 de Abril de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia
José Sertório Brilha Tinto Ortiz

Casas e herdades para desligar da confusão da cidade

TURISMO De Estremoz a Évora, quatro hotéis com conceitos e preços dispares que em comum têm a gastronomia e a paisagem alentejana.

TEXTO **FILIPE GIL**

Uma espécie de retiro para ver as estrelas do céu de Montemor-o-Novo com um restaurante da alta gastronomia. Uma casa "de campo" no meio da cidade, em Estremoz, criada por um par de *chefs* com um pôr do sol "grátis". Uma casa e uma villa para serem reservadas por inteiro por família ou amigos perto de um convento nos arredores de Évora ou ainda uma herdade próxima de Beja com cinco casas espalhadas por 610 hectares, parte da qual é vinha. Esta é a seleção deste roteiro de hotéis no interior alentejano, fora da confusão das cidades grandes e com paisagens bucólicas a perder de vista que sublinham a importância da cultura local com um toque contemporâneo: na arquitetura, na decoração, na gastronomia, no vinho. E na forma de receber, ou não fosse no Alentejo.

1 O retiro

Situado a quatro quilómetros de Montemor-o-Novo e à distância de 20 minutos, de carro, de Évora, o L'And Vineyards é um *design resort* de 5 estrelas inaugurado em 2011. Com 37 *suítes* e sete *pool villas* (casas com piscina), este hotel apresenta-se como uma "espécie" de retiro que mistura arquitetura moderna com a envolvência na natureza. O *design* de interiores tem inspiração no artesanato local: tapetes feitos à mão em Reguengos de Monsaraz, o chão de ardósia e madeira de eucalipto. Entre as várias tipologias das estadias, um dos destaques são as *Sky View Suites*, com 120 metro quadros que incluem um pátio privado com lareira exterior e piscina de imersão, os quartos têm tetos retráteis que permitem dormir sob o céu do Alentejo. Na gastronomia, há o restaurante Mapa, com uma proposta de alta gastronomia criada pelo *chef* David Jesus (ex-chefe executivo do restaurante Belcanto, com duas Estrelas Michelin) e o "descontraído" Café da Viagem. E como indica o próprio nome, este hotel vínico tem uma ligação assumida à cultura do vinho, não apenas com um Spa de vinoterapia mas porque está rodeada por seis hectares de vinhas biológicas onde se produz o vinho de marca da L'and & Vineyards e no qual os hóspedes podem realizar provas, visita à adega entre outros eventos.



FOTOS D.R.

2 A casa

Localizada em Estremoz, a Casa do Gadanha é uma antiga casa senhorial, que foi transformada, em 2022, por um casal de *chefs*, Ruben Trindade e Michele Marques. Com 12 quartos disponíveis, divididos por duas categorias (cidade e superiores) e todos diferentes. Os responsáveis da Casa do Gadanha explicam que é "uma casa de campo no centro da cidade" que manteve os traços do edifício original: portas antigas, azulejos tradicionais, corrimão de ferro e pias de mármore. A uma distância de hora e meia, de carro, de Lisboa e trinta minutos de Évora, a região de Estremoz pode ser explorada por algumas das atividades que a própria Casa organiza:. visitas guiadas por um dos *chefs* ao mercado centenário da cidade, *workshops* de cozinha provas de vinhos, passeios de bicicleta, caminhadas nos Passadiços da Serra d'Ossa, piqueniques e ainda e atividades aquáticas, como *stand-up paddle*, na Barragem do Alqueva. E, claro, numa casa liderada por dois *chefs*, a gastronomia tem o seu destaque. O restaurante é liderado pelo *chef* Rubebn Trindade disponibiliza uma carta em redor dos produtos alentejanos, onde estão presentes o *terroir*, as memórias, a sazonalidade. Nada de novo, e ainda bem. Pratos de partilha que podem chegar à mesa à escolha na carta ou na *Experiência de Chef*, onde o próprio Ruben Santos é quem seleciona os pratos. E para além do restaurante, a Casa tem uma mercearia com produtos regionais, e no último piso uma zona de bar para ver o pôr do sol alentejano.

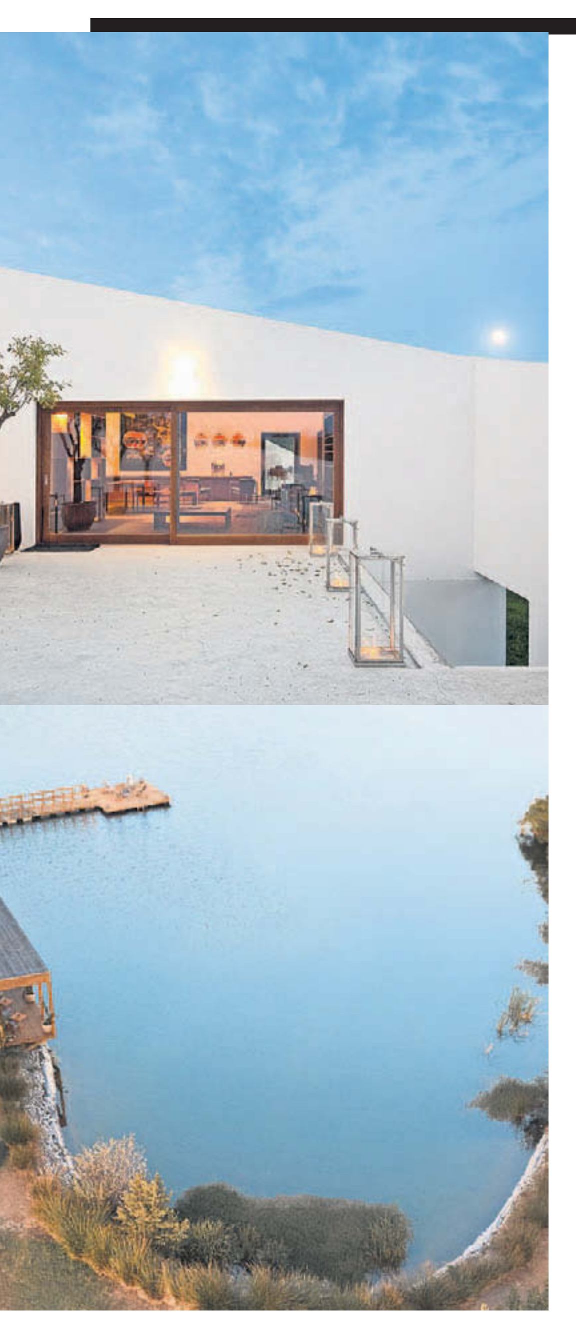
3 A quinta

Imagine um um edifício com quatro *suítes* com cozinha e sala, piscina comum exterior comum, zonas de convívio e jardins que podem ser reservados em exclusividade. A isso pode acrescentar a villa que fica mesmo ou lado, para uma experiência em família ou entre amigos. É assim que a Quinta do Santo funciona. Localizada a cinco quilómetros do centro histórico de Évora, estas duas casas (edifício principal e *villa*) podem ser alugadas em conjunto ou em separado, são geridas pelo *staff* do hotel vizinho, o Convento de Es-



LOCALIZAÇÃO E PREÇOS

Quinta do Santo (Évora)
Preços:
Casa (4 suítes) desde 960 euros
Villa (2 quartos) desde 480 euros
Quinta do Santo Canaviais, Évora
Tef: 266 788 200
reserve@cenoura-brava.com
L'And and Vineyards
Preços a partir 315€ por noite numa *Lake Sky Suite*, com pequeno-almoço
Herdade das Valadas
Estrada Nacional 4, 7050-031 Montemor-o-Novo
Reservas: 266 242 400
reservas@l-and.com
Herdade da Malhadinha Nova
Preços das *suítes* entre: 325€ a 850€
Herdade da Malhadinha Nova 7800-601 Albernoa, Beja, Portugal
Tel. 351 284 965 432
reservas@malhadinhanova.pt
Casa do Gadanha
Preços a partir de 140€ com pequeno-almoço.
R. Vasco da Gama Nº 2, 4 e 6, 7100-559 Estremoz
Telf. (+351) 268 249 790
reservas@casadogadanha.pt





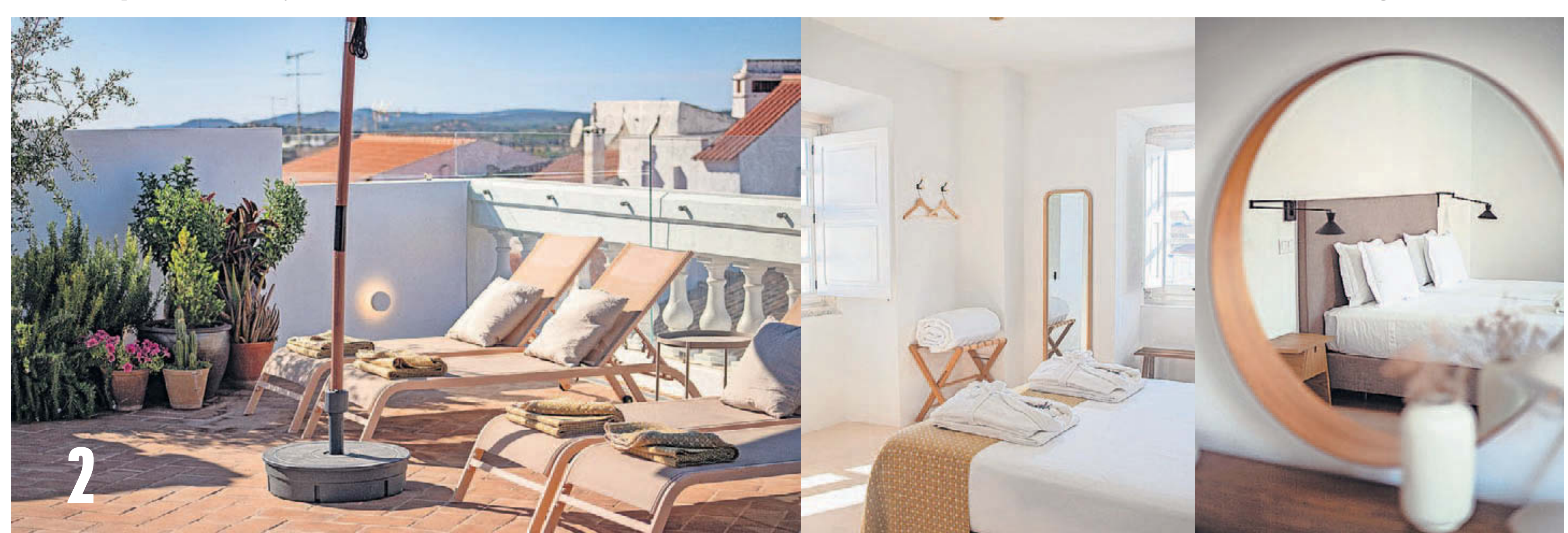
pinheiro. Local histórico que ao longo dos tempos recebeu a visita de alguns reis de Portugal e que hoje está convertido em hotel e *Spa* e onde se organizam muitos casamentos. Todos os dias há uma visita guiada onde é dado a conhecer a história do edifício e a Igreja datadas de 1458 e tudo o que mais se passou em redor desde essa altura.

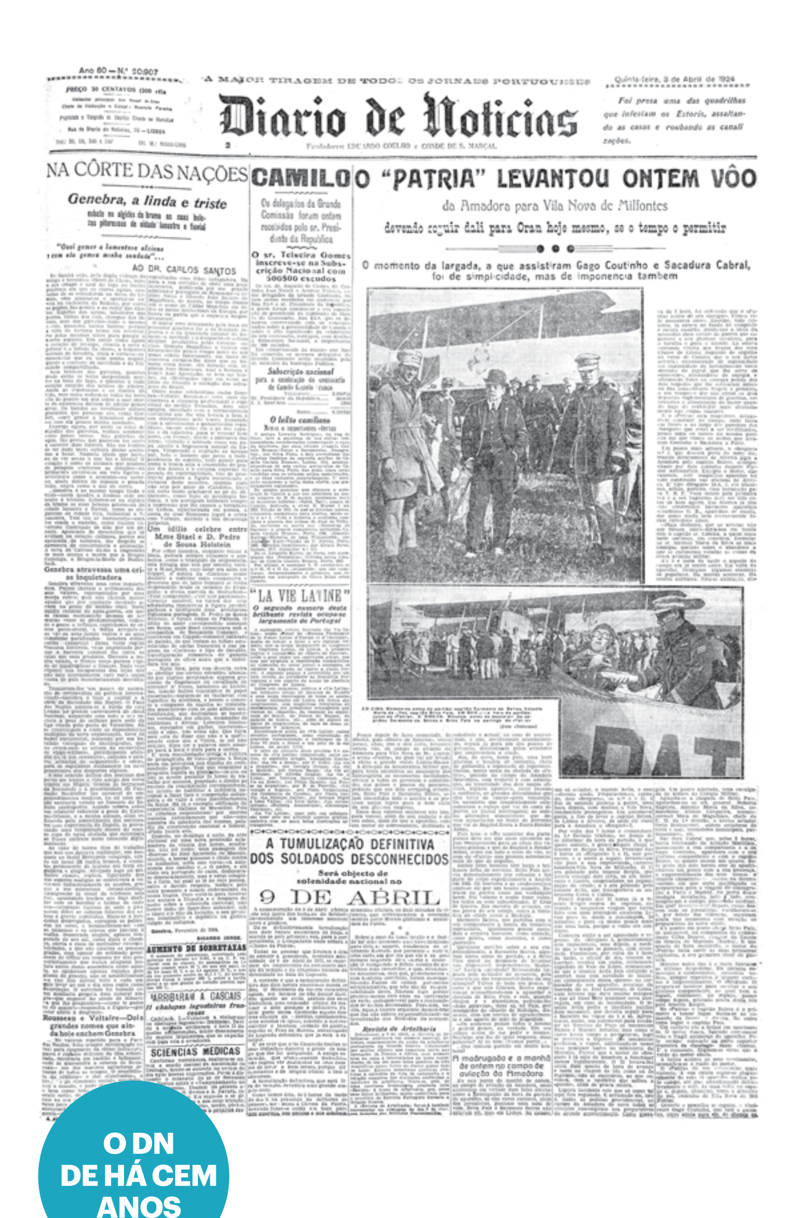
Já a Quinta do Santo é bem mais recente. Ocupa os dois edifícios já mencionados decorados de forma moderna, minimalista com materiais típicos da região alentejana e com o compromisso dos responsáveis na utilização de materiais ecológicos. Em redor da casa há espaço para correr ou andar de bicicleta e ver as quintas vizinhas. Outra dica: no edifício principal (onde estão as *suítes*) há um restaurante com qualidade acima da média, o Cenoura Brava. Está encerrado atualmente, mas segundo os responsáveis da Quinta do Santo irá reabrir em junho.

4. A herdade

É em Albernoa, Beja, que está localizada a Herdade da Malhadinha Nova. Um local com as típicas planícies alentejanas. Localizado num espaço de 610 hectares, dos quais 80 são de vinha, tem uma adega e ainda uma coudelaria com cavalos Puro Sangue Lusitano. Ao mesmo tempo, vacas alentejanas, porcos pretos ibéricos e ovelhas Merino pretas e brancas vagueiam pela propriedade. Segundo os responsáveis do projeto, o objetivo é "parar o tempo e permitir que os hóspedes se fundam verdadeiramente na natureza". A Herdade dá ainda uma ajuda extra com um *Spa* desenhado pelo arquiteto Manuel Aires Mateus.

O conceito de hotelaria da Malhadinha divide-se por cinco casas espalhadas pela herdade. Atualmente, a Malhadinha tem ao dispor a Casa do Monte da Peceguina com 10 quartos; a Casa do Ancoradouro com 7 quartos; a Casa das Pedras (4 *suítes* individuais com piscina privada); a Casa das Artes Ofícios com dois quartos e piscina – apenas pode ser reservada inteira –, e a Casa da Ribeira, com três quartos, também apenas estadia na casa completa. Cada casa tem serviços exclusivos, que vão desde ter um *chef* privado, *room service* ou cestas com ingredientes para cozinhar as refeições. Cada espaço tem um serviço de *buggy* exclusivo equipamentos de BTT. Há ainda Moto4 e cavalos para montar – com valor adicional. A Malhadinha Nova tem vindo a apostar apostado na sustentabilidade e usa energia solar, energia calorífica produzida com caldeiras alimentadas a lenha resultante da limpeza da herdade. De destacar o restaurante da Malhadinha, com consultoria do *chef* Joachim Koerper (*chef* que lidera o restaurante Eleven, em Lisboa), acaba de conquistar uma estrela verde na última gala Michelin.




Ano 60 — N.º 20.807
A MAIOR TIRAGEM DE TODOS OS JORNAIS PORTUGUESES
Quinta-feira, 3 de Abril de 1924
Diario de Noticias
NA CÔRTE DAS NAÇÕES
CAMILO
O "PATRIA" LEVANTOU ONTEM VÔO
da Amadora para Vila Nova de Milfontes
A TUMULIZAÇÃO DEFINITIVA DOS SOLDADOS DESCONHECIDOS
9 DE ABRIL
"LA VIE LATINE"

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 3 DE ABRIL DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

A TUMULIZAÇÃO DEFINITIVA DOS SOLDADOS DESCONHECIDOS

Será objecto de solenidade nacional no 9 DE ABRIL

A comemoração do 9 de Abril oferece este ano junto dos tumulos do Soldado Desconhecido um interesse nacional novo e piedoso.

Dá se definitivamente tumulização aos dois herois anomimos de Raça, e acende se pela primeira vez, para a perpetuidade, o Lampadario onde arderá a «Chama da Patria».

Todas as pessoas que tiveram a dita de assistir á grandiosa, historica solenidade de 9 de Abril de 1921, se recordam da imponencia da cerimonia dentro do templo e da singeleza tocante da solenidade na Sala do Capitulo.

A verdade é que a tumulização definitiva dos dois herois anonimos nunca se deu. O Ministerio da Guerra incumbiu agora, em termos de não deixar duvidas quanto ao exito prático dos seus trabalhos, uma comissão oficial de realizar o acto piedoso e definitivo. Fazem parte dessa Comissão alguns ilustres oficiais do Exercito, combatentes, dois artistas insignes, estando o notavel escritor e tambem soldado da guerra, capitão sr. Pina de Morais, encarregado da Legenda definitiva que ja está a esculpir.

E' de crêr que esta Comissão realize os seus trabalhos durante o prazo de tempo que lhe foi estipulado. A antiga comissão, que afanosamente trabalhou, não logrou vêr realizados os seus desejos de levar a bom termo, porque circunstancias de origem oficial a isso o obstaram.

A tumulização definitiva, que será fóra do templo, revestirá uma grande simplicidade.

Como temos dito, ás 5 horas da tarde do dia 9, na presença de milhares de pessoas, será acesa a Chama da Patria, devendo fazer-se então em todo país, nos quarteis, nas escolas e nos estabelecimentos oficiais, os dois minutos de silencio, que correspondem á evocação sentida pelos Mortos gloriosos e anonimos da Patria.

*
* *

Sobre o caso da tumulização e o facto de ter sido nomeada uma nova comissão para dela se ocupar, recebemos do sr Ernesto Korrodi, que pertence á antiga, uma carta em que diz que ele e os seus colegas julgaram com acerto e dedicação ir cumprindo a dificil missão de que tinham sido investidos, e que, aliás, nunca solicitaram, mas que, gratuitamente e com bastante sacrificio, foram desempenhando. Factos de ordem puramente administrativa, que não são da responsabilidade deles, fizeram logo perder proximamente dois anos na aprovação da verba indispensavel para a realização dos trabalhos delineados. Pretende, assim, aquele ilustre arquiteto demonstrar que lhe não cabem responsabilidadês na tumulização dos Soldados Desconhecidos.

Revista de Artelharia

Solenizando o 9 de Abril, a «Revista de Artelharia» publicará um numero especial, artistico, comemorativo da acção da artelharia portuguesa na Grande Guerra. Colaborado por muitos oficiais que tomaram parte nas operações de França e Africa, esse numero traz na capa e intercaladas no texto reproduções de um dos mais belos quadros de três magnificas aguas fortes do ilustre pintor Sousa Lopes. Encerra numerosas gravuras relativas a episodios da vida de campanha e a relação completa das distinções conferidas a unidades de artelharia. Trata-se, pois, de uma oportuna homenagem prestada pela «Revista» á Arma de Artelharia, que, pelos seus feitos brilhantes, muito contribuiu para o prestigio do Exercito Português durante a Grande Guerra.

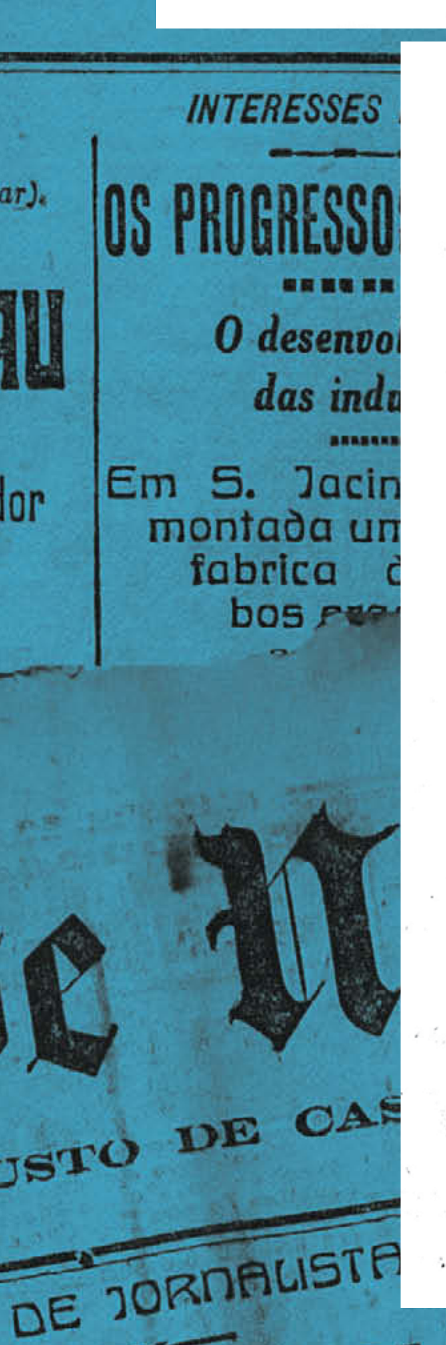
A «Revista de Artelharia» far-se-á tambem representar na romagem do dia 9 de Abril aos tumulos dos Soldados Desconhecidos.

O "PATRIA" LEVANTOU ONTEM VÔO

da Amadora para Vila Nova de Milfontes

devendo seguir dali para Oran hoje mesmo, se o tempo o permitir

O momento da largada, a que assistiram Gago Coutinho e Sacadura Cabral, foi de simplicidade, mas de imponencia tambem





EM CIMA: Momentos antes da partida: capitão Sarmento de Beires, Antonio Maria da Silva, capitão Brito Pais.

(Foto «Noticias»)



SORTEIO: 027/2024
CHAVE: 1-23-31-36-48 + 5-8
NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS



LUIS ROBAYO / AFP

O presidente da Argentina homenageou ontem os heróis que, em 1982, combateram na guerra com o Reino Unido.

Milei insiste em recuperar a soberania sobre as Ilhas Malvinas

CONFLITO No 42.º aniversário do início da guerra no arquipélago que é propriedade do Reino Unido, o presidente da Argentina garantiu ter um "rumo muito claro" quanto a ideia de soberania que tem para o país.

O presidente argentino Javier Milei reivindicou ontem que o seu Governo é o primeiro, em muitos anos, a ter "um rumo claro" para recuperar a soberania sobre as Ilhas Malvinas, que em 1982 foi objeto de um conflito armado com o Reino Unido, que é formalmente o proprietário das ilhas a que chamam Falkland.

Num discurso na cerimónia que assinalou o 42.º aniversário do início da Guerra das Malvinas, Milei criticou o tratamento dado pelos Governos anteriores às Forças Armadas. "Não é por acaso que pouco ou nada se avançou na reivindicação das nossas ilhas: somos, depois de décadas, o primeiro Governo a tomar conta da situação e que tem um rumo claro para ser um país verdadeiramente próspero e soberano", disse, criticando os políticos que "há décadas andam a bater no peito" para demonstrar o empenho na reivindicação das ilhas, com políticas que não produziram "um único resultado".

Milei reprovou ainda que um setor da classe política argentina tenha centrado esforços em "manchar o nome" das Forças Armadas. "Não há soberania, não há respeito internacional pelos nossos interesses se a liderança política se esforça para manchar o nome das nossas Forças Armadas. Nos anos em que a nossa soberania estava consolidada, as Forças Armadas eram valorizadas por todos os dirigentes e pela sociedade", acrescentou.

Milei pediu por isso à sociedade e à classe política que iniciem "uma nova era de reconciliação com as Forças Armadas", na qual "uma homenagem sincera seja prestada aos heróis" do país e o exército receba "o reconhecimento e o apoio que merece".

Já o ex-presidente argentino Alberto Fernández aproveitou a data para recordar que, durante o seu mandato (2019-2023), governou para "preservar os interesses" do país, tendo mesmo conseguido que a União Europeia reconhecesse as Ilhas Malvinas como um território em disputa, destacando a recente e polémica visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido, David Cameron, ao arquipélago, que considerou "uma ofensa direta" à soberania da Argentina que "não pode ser ignorada".

Há duas formas de governar a Argentina: preservar os seus interesses ou ignorá-los", acrescentou.

DN/LUSA

BREVES

Costa pede para ser ouvido com celeridade pela Justiça

O antigo primeiro-ministro António Costa anunciou ontem que deu instruções ao seu advogado para apresentar um requerimento que lhe permita ser ouvido "com a maior celeridade" pela Justiça para "esclarecer qualquer dúvida" e qualquer suspeita no âmbito da *Operação Influencer*. "Constituí advogado e dei instruções ao advogado para hoje [*ontem*] mesmo apresentar um requerimento junto do senhor coordenador do Ministério Público no Supremo Tribunal de Justiça para que, com a maior celeridade possível, possam proceder à minha audição para se esclarecer qualquer dúvida que tenham sobre a suspeita que tenham porque não há nada pior que haver uma suspeita e ela não ser esclarecida", disse António Costa no final da tomada de posse do Governo de Luís Montenegro. Reiterando que está "totalmente disponível para colaborar com a Justiça", o ex-primeiro-ministro reiterou que, tal como disse quando apresentou a demissão, "quem está sujeito a uma suspeição pública" como aquela que existia sobre ele "deve preservar as instituições". A *Operação Influencer* está relacionada com a produção de energia a partir de hidrogénio em Sines, Setúbal, e com o projeto de construção de um centro de dados (*data center*) na zona industrial e logística de Sines pela Start Campus.

ERC não penaliza Chega por sondagem estrangeira

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) deliberou pela não-penalização da *Folha Nacional*, jornal oficial do partido Chega, pela publicação de uma sondagem com dados incompletos. Em causa está a notícia *Pela primeira vez sondagem apresenta empate técnico entre PS, AD e CHEGA para as legislativas*, publicada a 22 de fevereiro. A sondagem foi realizada pelo Instituto Paraná Pesquisas, com sede no Brasil. A deliberação foi de "instar o *Folha Nacional* para o cumprimento da Lei das Sondagens, quanto ao dever de inclusão de todos os elementos de publicação obrigatória (...), sob pena de abertura de correspondente procedimento contraordenacional". A ERC concluiu que o jornal incumpriu parcialmente as regras da Lei das Sondagens, uma vez que publicou "muitos dos elementos" que a legislação prevê. Também é assinalado pela Entidade que a sondagem apresentou "contornos atípicos", por ter sido tornada pública no estrangeiro e em órgãos de comunicação social que não estão sujeitos à lei portuguesa. Quanto à Intercampus, que colheu os dados, foi alertada para depositar sempre as sondagens.



Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Secretário-geral** Afonso Camões **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt



